



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**SILVALDO QUIRINO TAVARES**

**MODO DE VIDA CAMPONÊS NA CONTEMPORALIDADE DE LUTAS E  
RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE ANGICAL – PARANÃ/TO**

**PORTO NACIONAL-TO  
2018**

SILVALDO QUIRINO TAVARES

**MODO DE VIDA CAMPONÊS NA CONTEMPORALIDADE DE LUTAS E  
RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE ANGICAL – PARANÃ/TO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Tocantins – UFT, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. Mariléia Oliveira Bispo

**Linha de Pesquisa:** Análise e Gestão Geo - Ambiental

PORTO NACIONAL-TO

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

T231m Tavares, Silvaldo Quirino.

Modo de vida camponês na contemporaneidade de luta e resistência na Comunidade Angical - Paranaíba/TO. / Silvaldo Quirino Tavares. – Porto Nacional, TO, 2018.

126 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia, 2018.

Orientadora : Mariléia Oliveira Bispo

1. Geografia. 2. Modo de vida camponês. 3. Território. 4. Resistência. I. Título

**CDD 910**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

SILVALDO QUIRINO TAVARES

**MODO DE VIDA CAMPONÊS NA CONTEMPORALIDADE DE LUTAS E  
RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE ANGICAL – PARANÃ – TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Porto Nacional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 26 de março de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Profa. Dra. Mariléia Oliveira Bispo (Orientadora)  
Universidade Federal Tocantins - UFT



---

Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira  
Universidade Federal Tocantins – UFT



---

Prof. Dr. Antonio Miranda de Oliveira  
Universidade Federal Tocantins – UFT

Porto Nacional – TO  
2018

Dedico este trabalho às pessoas que mais confiaram em meus estudos e me ensinaram enfrentar as adversidades do cotidiano, meus pais Raimundo Quirino Da Fonseca e Maria Tavares Barbosa.

Dedico também a todos os meus irmãos e irmãs, em especial, Silvânia Quirino Tavares que me acompanhou em todas as etapas desde a graduação.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter sempre me dado coragem, força e direção diante dos vários desafios enfrentados.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Fundação Universidade Federal do Tocantins, que possibilitou a realização do curso de mestrado na mesma instituição onde cursei a graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que forneceu a bolsa de estudo que muito contribui com minha dedicação e produtividade durante o mestrado.

À Comunidade Angical, pelo acolhimento ao pesquisador e apoio no desenvolvimento da pesquisa, acompanhando, dando entrevista, preenchendo formulários, prestando diversas informações e dialogando sobre os problemas existentes na comunidade.

À minha família que sempre me deu força em tudo que precisei, dando importância aos andamentos dos meus estudos e fornecendo apoio, em todos os sentidos, para que eu pudesse avançar na realização deste importante curso.

A minha irmã Silvânia e meu cunhado Jamil, de modo especial, pelo apoio dado durante meus cursos de graduação e mestrado, tendo me ajudado em tudo que puderam depois que mudei para Palmas.

À Prof. Dra. Mariléia Oliveira Bispo, pela excelente orientação neste trabalho, e contribuição nas demais produções que realizei durante a graduação e o mestrado, sempre com alegria e respeito. Muito obrigado, pela grande contribuição na minha formação acadêmica.

Ao Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira, pela contribuição que teve neste trabalho, dando boas sugestões teóricas e metodológicas e sempre alimentando minha motivação para enfrentar os desafios da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Roberto de Souza Santos, pelas contribuições com apontamentos teóricos e metodológicos nas diversas fases deste trabalho, que foram cruciais para o avanço até a conclusão.

Ao Prof. Dr. Atamis Antonio Foschiera, pelos seus incentivos desde a graduação, que foram fundamentais para minha decisão de entrar no processo seletivo do mestrado em 2015 e, em consequência, entrar no curso e concluí-lo.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, por enfrentar as dificuldades existentes promovendo um bom andamento das atividades e perspectivas de crescimento do Programa.

Aos colegas do mestrado Claudiney, Jobherlane, Luiz Ricardo, Edinaura, Laurecy, Israel e Shirley, pelo apoio de cada um nos momentos das dificuldades e pelas alegrias através do bom relacionamento e amizade de todos.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela organização, esforço e seriedade no trabalho prestado, o que possibilitou o bom andamento de todas as fases do curso.

Meus sinceros agradecimentos.

“O camponês deve ser visto como um trabalhador que,  
mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna,  
ainda que para isso tenha que (e)migrar”.

(Ariovaldo Umbelino de Oliveira)



## RESUMO

Analisar a trajetória do modo de vida camponês no Brasil, independentemente da escala de análise, exige consideração aos aspectos históricos da classe e da essência das práticas socioespaciais e territoriais exercidas no âmbito da luta pela condição de reprodução social. Desse modo, o objetivo principal deste trabalho é analisar o processo de formação territorial, as práticas produtivas e os elementos socioespaciais de resistência da Comunidade Angical em Paranã-TO, frente às adversidades sociais e ambientais do território. O procedimento inicial para o desenvolvimento desta pesquisa consistiu na revisão bibliográfica através de diversas fontes textuais da literatura inerente ao tema. A outra etapa foi o trabalho de campo, que teve como foco a coleta de dados e a identificação das representações sociais do grupo estudado sobre o modo de vida em que está inserido. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com os moradores mais antigos da comunidade e com alguns gestores públicos do município de Paranã. Além disso, foram aplicados, formulários objetivos com as famílias. No processamento das informações foram usadas técnicas qualitativas e quantitativas. Os resultados do presente estudo apontaram a existência de uma luta histórica dos camponeses da Comunidade Angical focada na permanência no território e no enfrentamento das dificuldades produtivas que apareceram, sobretudo, a partir de 1990. Há diversos elementos de resistência da comunidade, sendo relacionados à identidade do grupo com o modo de vida consolidado, às alterações nas relações sociais internas e externas, conforme as exigências e as possibilidades do contexto histórico vigente.

**Palavras-chave:** Geografia; Modo de vida camponês; Território; Resistência.

## ABSTRACT

Analyzing the trajectory of the peasant way of life in Brazil, regardless of the scale of analysis, requires consideration of the historical aspects of the class and the essence of socio-spatial and territorial practices exercised in the context of the struggle for the condition of social reproduction. Thus, the main objective of this research is to analyze the process of territorial formation, productive practices and socio-spatial elements of resistance of the Angical Community in Paranã-TO, facing the social and environmental adversities of the territory. The initial procedure for the development of this research consisted of the bibliographical review through several textual sources of the literature inherent to the theme. The other stage was the practical work, which was focused on data collection and identification of the social representations of the studied group about their lifestyle in which is inserted. Semi-structured interviews were conducted, with the oldest residents of the community and with some public managers of the county of Paranã. In addition, objective forms were applied with the families. In the information processing, qualitative and quantitative techniques were used. The results of the present study pointed to the existence of a historical peasant's conflict in an Angical Community, focused on the permanence in the territory and facing the productive difficulties that appeared, especially, since 1990. There are several elements of resistance of the community, being related to the identity of the group with the consolidated way of life, the changes in the internal and external social relations, according to the demands and the possibilities of the current historical context.

**Key-words:** Geography; Peasant way of life; Territory; Resistance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização da área da pesquisa.....	19
Figura 2 - Mapa de localização da Comunidade Angical.....	52
Figura 3 - Construção da cerca de um sítio na Comunidade Angical .....	60
Figura 4 - Gado em roças de pasto na Comunidade Angical. ....	63
Figura 5 - Folia do Divino na Comunidade Angical. ....	75
Figura 6- Canto do agasalho na Comunidade Angical, no início da noite. ....	78
Figura 7 - Canto para beijar a bandeira no início da manhã.....	79
Figura 8 - Plantio de arroz na Comunidade Angical .....	88
Figura 9 – Colheita de arroz na Comunidade Angical .....	90
Figura 10 - Poço artesiano da Comunidade Angical .....	92
Figura 11 - Cisterna do Programa Água para Todos na Comunidade Angical .....	94
Figura 12 - Reunião dos camponeses da Comunidade Angical .....	96
Figura 13 - Mapa de localização da Sede Municipal, do Povoado Bom Jesus da Palma e da Comunidade Angical .....	107
Figura 14 - Local de passagem sobre o Córrego Palmeira .....	109
Figura 15 – Festa do Divino em Paranã - TO.....	111

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Cronograma básico de um pouso da Folia do Divino. ....	77
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Extrato do balanço hídrico mensal de Paranã-TO. ....	87
Gráfico 2 -Percentual de famílias sobre os tipos de produtos cultivados.....	88
Gráfico 3 - Percentual de famílias por tipos de criações .....	91
Gráfico 4 - Renda familiar mensal na Comunidade Angical.....	100
Gráfico 5 - Meios de transporte usados da Comunidade Angical .....	106
Gráfico 6 - Viagens dos camponeses à cidade ao mês .....	108

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Água consumida na Comunidade Angical. ....	94
---	----

## LISTA DE SIGLAS

<b>CEP</b>	Comitê de Ética em Pesquisa
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBRA</b>	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INDA</b>	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrário
<b>MAB</b>	Movimento dos Atingidos por Barragens
<b>MATOPIBA</b>	Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
<b>PDA</b>	Plano de Desenvolvimento Agrário
<b>POLAMAZÔNIA</b>	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
<b>POLOCENTRO</b>	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
<b>POLONOROESTE</b>	Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste
<b>PPGG</b>	Programa de Pós-Graduação em Geografia
<b>PRODECER</b>	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>RURALTINS</b>	Instituto do Desenvolvimento Rural do Tocantins
<b>SEPLAN</b>	Secretaria do Planejamento e Orçamento
<b>SMARH</b>	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UFG</b>	Universidade Federal de Goiás
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>UFRJ</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>UFT</b>	Universidade Federal do Tocantins
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO DO MODO DE VIDA CAMPONÊS .....</b>	<b>28</b>
1.1 Bases teóricas e processuais do conceito de camponês .....	28
1.2 A luta pela terra e a formação dos territórios camponeses no Brasil .....	35
1.3 Modo capitalista de produção e resistência do modo de vida camponês no Tocantins.....	44
<b>CAPÍTULO II: FORMAÇÃO TERRITORIAL E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA COMUNIDADE ANGICAL .....</b>	<b>51</b>
2.1 Territorialização, estrutura fundiária e conflitos na Comunidade Angical .....	51
2.2 Novas famílias e novas demandas por terra .....	62
2.3 As representações sociais dos camponeses sobre o modo de vida na Comunidade Angical .....	67
2.3.1 <i>Atividades culturais tradicionais dos camponeses da Comunidade Angical</i> .....	74
<b>CAPÍTULO III: A RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE ANGICAL FRENTE ÀS ADVERSIDADES SOCIAIS E AMBIENTAIS.....</b>	<b>86</b>
3.1 Adversidades ambientais e políticas públicas na Comunidade Angical.....	86
3.2 Resistência camponesa, função social da terra e a renda familiar.....	95
3.3 A territorialidade, os valores simbólicos e o sentido de pertencimento .....	101
3.4 A relação campo-cidade nas práticas sociais da Comunidade Angical.....	104
<b>CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>127</b>



## INTRODUÇÃO

A existência da classe camponesa não é recente e está presente em diferentes momentos históricos e lugares do mundo. Os camponeses, ao produzirem na terra, estabelecem um conjunto de relações sociais que apresentam características próprias. Neste sentido a formação socioespacial de uma comunidade camponesa envolve uma série de relações que ocorrem ao longo do tempo.

O modo de vida camponês é caracterizado tanto pela história de luta pelo acesso à terra como pelas especificidades de suas práticas produtivas e culturais. Entretanto, a ligação com a terra está na base da reprodução social. Esse necessário vínculo, como ressalta Oliveira (2007), tem sido motivo de muitos embates frente a expropriação causada pelo capitalismo. Em razão disso, o processo migratório tornou-se alternativo para aqueles que buscam o acesso a uma área de terra para produzir.

De acordo com Martins (2004) o movimento camponês no Brasil já passou por momentos de grande expressão e momentos de repressão pelos interesses dominantes. Durante a ditadura militar, por exemplo, as ações dos trabalhadores sem terra ficaram limitadas. Somente após esse período houve abertura para o “amplo território da liberdade, da democracia e da sociedade como agente do querer histórico”. Os movimentos começam a ganhar força para suas reivindicações.

Neste processo, o direito de acesso à terra por meio de políticas públicas de desconcentração fundiária tem sido objetivo dos trabalhadores rurais. Entretanto, de acordo com Martins (2004), a reforma agrária tem sido uma discussão repleta de equívocos interpretativos, sendo alvo de muitas opiniões irrefletidas. Segundo ele, esses conflitos de ideias são impasses para os avanços no processo necessário para a resolução dos problemas sociais ligados a questão fundiária.

É importante ressaltar que muito antes da Ditadura Militar os conflitos pela terra já eram intensos no Brasil. Conforme Guimarães (1988), no caso da antiga Região Centro Norte de Goiás, onde hoje compreende parte das Regiões Sul e Sudeste do Tocantins, os conflitos ganharam força nos anos 1950 e 1960. Segundo ela, em algumas cidades como Trombas, Formoso, Gurupi e Natividade a situação foi mais tensa. Já em outras que estão na mesma região, como Paranã, os conflitos foram menos expressivos, mas havendo, também, ações violentas contra camponeses.

Neste espaço de luta, perdurado por um longo tempo, as práticas camponesas se consolidam e produzem novos arranjos. Isso ocorre por meio da consolidação do modo vida

intrínseco à classe em lugares onde formam territórios por meio da conquista e resistência. Estes espaços adquirem especificidades conforme o modo de produção camponês, o qual, de acordo com Oliveira (2007), está baseado em relações não capitalistas.

No entendimento de Moraes (1999), toda produção engloba uma série de relações envolvendo diferentes atores em diferentes escalas. São as relações sociais de produção, as quais variam de complexidade conforme o nível das forças produtivas. No modo de produção de subsistência, por exemplo, ocorrem relações mais simples. É nestas relações que ocorre a formação socioespacial das comunidades camponesas.

De acordo com Santos, M. (1982) o referido processo, no âmbito geral, engloba práticas sociais ligadas ao modo de produção dominante. Ele explica que as ações humanas em diferentes escalas produzem, em um tempo histórico, as formas e processos espaciais. Assim, modo de vida estabelecido pelas práticas locais de um determinado grupo social é delineado pelos processos históricos que influenciam a continuidade da reprodução espacial, conforme as especificidades das relações existentes.

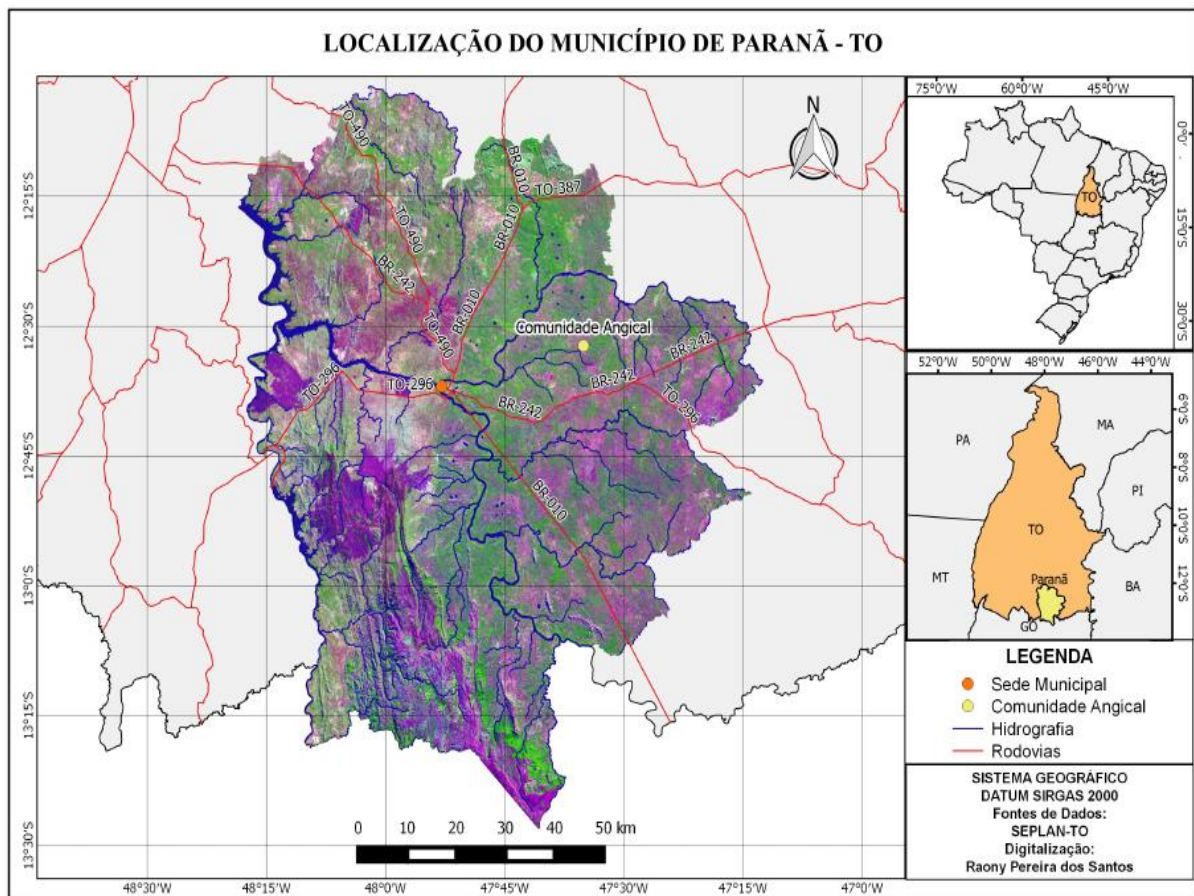
Neste contexto, o universo de relações da reprodução social e do modo de produção camponês apresentam características que distinguem das relações de produção típicas do capitalismo. Considerando estes aspectos e tendo como abordagem norteadora a Geografia Crítica, esta pesquisa foi desenvolvida na Comunidade Angical, em Paranã –TO, que é formada por um grupo de camponeses posseiros que residem resistindo às forças contrárias à classe.

De acordo com o IBGE (2010), Paranã é uma cidade histórica do Tocantins situada na região sudeste do estado. Com latitude 12° 36′ 55″ S e longitude 47° 52′ 59″ W, (Figura 1), a 360 km da capital. De acordo com o IBGE (2010), Paranã foi elevada à categoria de cidade em 05 de outubro de 1857.

É o segundo município em área territorial no Tocantins tendo 11.260.216 km<sup>2</sup>, conforme o IBGE (2010). Conforme o mesmo órgão, Paranã tem uma população de 10.338 habitantes, com densidade demográfica de 0,92 hab/km<sup>2</sup>, sendo 54,3% residentes no campo. Tem como principal atividade econômica a criação de gado (pecuária). Já o cultivo de vegetais (agricultura) é menos significativo.

Já a Comunidade Angical é situada na parte centro-leste do município na latitude 12° 32′ 15″ S e longitude 47° 35′ 05″ W (Figura 1). Nela manifesta as principais características da organização do espaço agrário no município de Paranã. Presenciam-se as realidades físico-ambientais e sociais, englobando o processo de reprodução do espaço, os conflitos territoriais e as principais demandas socioeconômicas do campo.

**Figura 1- Mapa de localização da área da pesquisa**



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

Conforme os dados da SEPLAN (2015), como em todo o município de Paranã, a área ocupada pela Comunidade Angical faz parte do bioma cerrado, ainda com a maioria da cobertura vegetal de formação savânica. A precipitação média anual é de 1300 mm, tendo clima sub-úmido com deficiência hídrica. Na formação pedológica predomina os plintossolos. No que concerne à potencialidade de uso da terra, a área é propícia para pecuária intensiva e culturas de curto e longo prazo.

A Comunidade Angical englobava um número de 32 famílias, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde (2016), Este quantitativo subiu para 43 famílias, de acordo com os dados coletados durante a pesquisa de campo no final de 2017. Todas as propriedades são interligadas tendo distância de 1 a 3 km de uma residência para outra. Estas famílias vivem e produzem sob a lógica do modo de vida camponês. Neste modo produtivo “[...] uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de

subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada.” (OLIVEIRA, 2007 p. 40).

A forma de acesso a terra no município é bastante variada, podendo ser na modalidade “[...] próprias, sem titulação definitiva, arrendadas, parceria e ocupadas.” (SEPLAN, 2015, p.23). No caso do grupo em estudo, o acesso à terra ocorreu por meio de ocupação de terras devolutas e improdutivas do Estado no início do século XX. Posteriormente cada ocupante foi adquirindo Declaração de Posse de sua área, tornando-se efetivamente posseiros.

O modo de vida da Comunidade Angical passa por diversas transformações, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX. Surgem diversas limitações de ordem ambientais e sociais. Além disso, surgem novas relações, movidas por influências externas, que exigem mudanças na forma da reprodução social. Isso ocorre para manter as práticas produtivas tradicionais ou incorporar elementos que garantam a resistência às forças internas e externas que dificultam a permanência.

As práticas agrícolas enfrentam como um dos principais problemas as estiagens prolongadas, as quais afetam tanto o cultivo dos alimentos básicos quanto a criação de animais. É um problema que desequilibra as atividades socioprodutivas da maioria da população do campo dos municípios do Sudeste do Tocantins. Nesta situação os mais vulneráveis são os camponeses localizados em áreas distantes ou de difícil acesso aos rios perenes, como ocorre na comunidade estudada.

De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SMARH, 2010), a média de precipitação no município de Paranã é de 1400 mm, podendo ter ocorrências frequentes de média abaixo de 1000 mm. Apresenta uma estação chuvosa de outubro a março e outra seca de abril a setembro. Entretanto, esses meses chuvosos, muitas vezes, registram índices de precipitação muito baixos. As consequências da realidade expressa nestes dados são nitidamente visíveis na área do município onde localiza a Comunidade Angical.

Segundo Ayoade (1986), o fator climático é uma variável muito importante para as práticas produtivas humanas, tendo influências, sobretudo, nas atividades agrícolas. O autor aponta como elementos climáticos importantes a radiação, o vento, a temperatura e a umidade. Dentre estes elementos a água é vista com maior importância no que se refere à agricultura.

Diante de uma realidade afetada pela seca, a agricultura camponesa, que depende diretamente de condições climáticas favoráveis, enfrenta problema para se manter. Há casos em que se mantém pelo fato do camponês ser “[...] um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar.” (OLIVEIRA,

2007, p.11). Diante da luta pela terra, muitas vezes, as áreas que têm acesso são ecologicamente desfavoráveis para o modelo de produção que desenvolve. Mesmo assim, há um esforço para nela produzir.

A agricultura camponesa tem em sua constituição um forte expoente de resistência ao longo dos anos. As investidas do capital e a manipulação dos agentes construtores das políticas públicas para o campo impediram o avanço da conquista e da redenção desse setor da classe trabalhadora. As demandas e os embates tornaram-se permanentes no que se refere à criação de um programa de política agrária que favoreça esse segmento da sociedade. (LIMA, 2011, p.80).

De acordo com Felício (2006), o camponês é visto sob dois paradigmas. Um deles é a *questão agrária* que vê o sujeito camponês como constituinte de uma classe que luta pelo acesso e permanência na terra, tendo possibilidade de existência e reprodução dentro das contradições do sistema econômico produtivo. O outro é o *capitalismo agrário* em que a existência do camponês está subordinada a sua metamorfose em agricultor familiar. Neste contexto, a presente discussão aprofundará apenas na questão agrária, considerando que:

Nas últimas décadas, a atividade rural e o campo sofreram marcantes transformações, nas relações de produção das famílias no campo. Os ganhos e os benefícios não representaram avanços que melhoram de forma significativa a vida dos camponeses e de suas famílias. As mudanças nas atividades no campo são atribuídas a determinadas contradições do próprio sistema capitalista. (LIMA, 2011, p.04).

Em razão disso, a disponibilidade de recursos acaba sendo insipiente, conforme as adversidades enfrentadas na produção. É neste âmbito que mesmo para os assentados a luta permanece, em confronto com o modo capitalista de produção. É preciso “[...] resistir na terra e lutar por outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa.” (Girardi, 2009, p. 19).

No caso estudado, os problemas na agricultura dificultam a reprodução social da comunidade. O mesmo ocorre com a falta de acesso às políticas públicas fundamentais no campo. Além disso, há conflitos territoriais com latifundiários que são contra a permanência da comunidade na área.

Entretanto, é importante lembrar que a realidade camponesa não se explica apenas pela agricultura que desenvolve, mas também por outros fatores que a define. Felício (2006) defende, no ponto de vista da questão agrária, que os movimentos camponeses ocorrem frente a todas as formas de expropriações geradas pelo capitalismo. Isso ocorre porque o “[...] capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa.” (OLIVEIRA,

2001a, p. 185). Assim, a permanência socioprodutiva exige elementos que vão além do êxito nas práticas produtivas agrícolas.

Dessa forma, entende-se que a convivência com determinada realidade cria uma base mais sólida no enfrentamento dos problemas existentes. Tais práticas se desenvolvem territorialmente e por meio das representações espaciais. Nesta lógica, entende-se que o vínculo de determinado grupo com o território se constrói através das diversas experiências cotidianas.

Nesta reflexão é preciso considerar que tais práticas não ocorrem, necessariamente, isoladas em determinados espaços. A interação entre os diferentes lugares se intensifica a cada momento. “[...] verifica-se, assim, que as relações de complementaridade entre campo e cidade se intensificaram, mas cada parcela do espaço geográfico mantém suas particularidades.” (HESPANHOL, 2013, p.110).

A relação campo/cidade é uma questão que está presente nas práticas sociais dos camponeses. Os dois espaços se complementam, de tal modo que “[...] as atividades produtivas agrícolas tradicionais já não são mais suficientes para explicar, por si só, a dinâmica da renda, a das ocupações das famílias rurais.” (LINDNER, 2009, p. 05). Assim, os meios de vida de determinadas comunidades tendem a necessitar, cada vez mais, de complementos externos. As práticas sociais variam no tempo e no espaço conforme características específicas da comunidade.

Surge uma relação mais estreita entre o campo a cidade, sobretudo no século XXI, a qual provoca transformações nas práticas de reprodução espacial até então consolidadas. Andrade e Alves (2014) salienta que a dicotomia entre campo e cidade vem diminuindo, havendo maiores conexões nas práticas sociais estabelecidas. Portanto, a interação entre estes dois espaços pode influenciar no modo de vida das comunidades camponesas.

No caso da comunidade estudada, pode-se destacar como um fator de influência nas dificuldades produtivas da comunidade a redução no tamanho das famílias, principalmente, em razão da saída de parte dos jovens para a cidade de Paranã ou ainda outras cidades do Tocantins e outros estados. Oliveira (2007) afirma que na agricultura camponesa a mão de obra principal é a familiar. Neste contexto, a dispersão dos membros das famílias pode influenciar na queda da produção agrícola na comunidade.

Ainda que existam as adversidades citadas, a permanência das famílias na comunidade é considerável em relação à tendência de esvaziamento do campo que se processa no Brasil. Com isso, pressupõe-se que as práticas sociais existentes são formadoras de uma base de sustentação da Comunidade Angical.

Essa permanência não pode ser, irrefletidamente, entendida como sinônimo de acomodação neste espaço. As contradições, e os conflitos de diferentes naturezas, ainda que pouco visíveis, estão presentes nas práticas locais e na dinâmica da relação com a cidade e em outras escalas. Neste contexto, surge o seguinte questionamento: Como ocorreu o processo de formação territorial e quais os elementos socioespaciais de resistência da Comunidade Angical em Paranã-TO frente às adversidades sociais e ambientais presentes nas atividades socioprodutivas e na permanência do grupo social?

Desse modo o objetivo principal deste trabalho é analisar o processo de formação territorial, as práticas produtivas e os elementos socioespaciais de resistência da Comunidade Angical em Paranã-TO, frente às adversidades sociais e ambientais presentes na comunidade. Para possibilitar tal análise os objetivos específicos são: interpretar o processo de formação territorial e a organização espacial da Comunidade Angical, identificar as representações sociais do modo de vida camponês, estudar os elementos da relação campo-cidade que influenciam as práticas sociais dos camponeses, analisar os fatores que dificultam as atividades socioprodutivas e discutir os elementos da resistência camponesa diante das adversidades enfrentadas na Comunidade Angical.

Este caminho foi delineado pelo fato de o processo de formação, e a permanência da Comunidade Angical ainda tratar de uma questão a ser entendida. Sendo uma comunidade formada há cerca de 90 anos, resiste todas as forças antagônicas à permanência no território e ainda se reproduz no sentido de crescimento do número de famílias instaladas. Com isso, há conhecimentos a ser, cientificamente, sistematizados tendo utilidade para a comunidade, a sociedade e o meio acadêmico.

Além disso, a realidade dos camponeses de Paranã-TO precisa ser vista mais de perto pela comunidade científica, pois carece de maior reflexão e discussão sobre os diversos problemas e sociais e ambientais que afetam a lógica de reprodução social na qual estão inseridos. Neste sentido, a Geografia pode contribuir com a construção e reconstrução do pensamento a respeito do problema em questão.

A realidade da Comunidade Angical causou inquietação para a pesquisa por ser uma das áreas do município mais afetada pelos problemas levantados sobre modo de vida camponês. Têm-se como base as características e problemas locais, como também, as semelhanças destes fatores com a situação presente em todo o município.

Considerando tais questões e a carência de produção científica a respeito da problemática no município, foi possível identificar a importância e viabilidade de colocar em

pauta de pesquisa as questões levantadas. Desse modo, a preocupação do presente estudo está na contribuição com o campo científico e com a sociedade.

O procedimento inicial para o desenvolvimento desta pesquisa consistiu na revisão bibliográfica através de diversas fontes textuais da literatura inerente ao tema, juntamente com a análise de documentos de instituições públicas federais, estaduais e municipais. Este levantamento tem como finalidade situar a problemática na discussão desenvolvida pelos principais conceitos a serem operacionalizados na elaboração da dissertação. Um dos critérios a serem seguidos para isso é optar por determinadas tendências dos conceitos já que alguns variam em diferentes abordagens.

Os dados secundários foram extraídos de diversos órgãos públicos. Na esfera federal o foco está no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na esfera estadual temos: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SMARH) e Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN), Instituto do Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS). Já no município temos: Secretaria Municipal de Saúde e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Durante a coleta de dados, a inexistência de algumas secretarias municipais, como as de cultura e agricultura, dificultou o acesso aos dados históricos da Comunidade Angical. Com isso, a discussão desenvolvida tem como suporte principal os resultados da pesquisa de campo na própria comunidade. O conhecimento dos entrevistados, sobre a realidade estudada, acabou tendo maior importância nas análises, enquanto os dados secundários foram pouco explorados.

A outra etapa foi o trabalho de campo, realizado após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFT, (Anexo I). Este procedimento “[...] consiste em levar para a prática empírica a construção teórica anteriormente elaborada na primeira etapa.” (MINAYO, 2009, p.26). Desse modo, foi possível um contato direto com o ambiente de pesquisa, priorizando o diálogo com os camponeses que são os principais participantes da pesquisa.

Nesta etapa foi realizado um estudo de caso na Comunidade Angical. De acordo com Triviños (1987) trata-se de uma modalidade de pesquisa realizada de forma aprofundada em uma unidade de estudo. Neste caso o objeto de estudo é analisado mais detalhadamente, mesmo sendo relacionado com outras escalas geográficas.

Como parte desta etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, conforme os (Apêndices A, B e C), com uso de gravador, com os moradores mais antigos que concordaram. No entendimento de Triviños (1987) é um tipo de entrevista que oferece todas as possibilidades para o informante contribuir com a investigação. Nesta modalidade a



pesquisa pode ser complementada ou reestruturada tendo o surgimento de novas hipóteses. Vale ressaltar que estas entrevistas ocorrem em momentos e locais mais favoráveis aos entrevistados.

Foram aplicados, também, formulários (Apêndice D), com todas as famílias da comunidade em estudo que aceitaram fazer o preenchimento. Conforme Gerhardt e Silveira (2009), o formulário trata-se de um instrumento de pesquisa que possibilita a coleta de dados a serem quantificados. Explicam que é o mais indicado no caso de grupos formados por diferentes perfis de pessoas, onde pode haver membros com dificuldades no domínio da escrita. Por ser preenchido na presença do aplicador o formulário permite explicações específicas sobre as questões.

Foram convidados para entrevistas alguns representantes do poder público, em busca de uma noção sobre o andamento das políticas públicas que estão sendo implementadas ou implantadas em benefício dos camponeses do município, no que refere às adversidades ambientais e sociais enfrentadas. Foram entrevistados a Chefe de Unidade do Ruraltins de Paranã e o Presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores Rurais de Paranã.

Como garantia ética aos participantes, todos foram esclarecidos da liberdade de participação como voluntários, O tratamento dos dados e gravações ocorreram mantendo o sigilo das informações disponibilizadas ao pesquisador, sendo usadas apenas as siglas dos nomes dos entrevistados. Os dados obtidos por meio de formulários foram tratados quantitativamente, sem necessidade de identificação dos participantes.

As entrevistas tiveram como principais focos a interpretação da formação territorial e a identificação das representações sociais dos participantes sobre o modo de vida da comunidade. A forma como os grupos sociais experienciam o cotidiano pode variar conforme a visão que têm a respeito da situação vivenciada. Neste contexto, as representações espaciais podem ajudar na compreensão das relações. Assim, “[...] a representação social se torna um instrumento referencial que permite a comunicação em uma mesma linguagem.” (SÊGA, 2000, p. 130). Pode permitir um entendimento mais concreto da realidade estudada. Neste sentido:

[...] as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados em uma ação na vida social. Em sua riqueza como fenômeno, descobrimos diversos elementos (alguns, às vezes, estudados de modo isolado): informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc. Contudo, esses elementos são organizados sempre sob aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade. (JODELET, 2001, p.21).

Lefebvre (2006) apresenta três aspectos constituintes das representações espaciais: o *percebido o concebido* e o *vivido*. O percebido abrange as *práticas cotidianas* presentes no espaço. O concebido é *representação do espaço* que pode ser vista por atores externos. O vivido é o *espaço de representação* composto pelo simbolismo, tradições, história, essência humana e vínculo com natureza.

De acordo com Sá (1998), os estudos das representações aborda a relação existente entre o pensamento construído pelas experiências e o sistematizado cientificamente, podendo haver a difusão de um saber em outro. Segundo ele, a pesquisa deve considerar o conteúdo cognitivo, as condições socioculturais e a natureza epistêmica. Assim o conteúdo produzido ganha uma base mais sólida.

Portanto, os elementos que sustentam a permanência do modo de vida de um grupo social podem ser entendidos a partir das representações sociais. Eles podem estar tanto nas relações estritamente internas quanto nas externas. Mas, entender este processo requer análises e reflexões mais aprofundadas sobre a realidade específica do grupo social estudado. Pois os problemas enfrentados e as relações estabelecidas nas diferentes escalas podem variar significativamente.

Considerando estas questões, o estudo de caso, na Comunidade Angical, buscou a identificação dos elementos formativos de sustentação do modo de vida consolidado. Além disso, buscou identificar as representações sociais dos camponeses sobre a realidade vivenciada por eles. De acordo com Reis (2011) podemos considerar esta abordagem como uma forma de conhecimento que se constrói pela relação entre o homem e o meio.

As representações se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. (SÊGA, 2000, p. 128).

Desse modo, as representações sociais dos participantes da pesquisa contribuíram com a identificação das dificuldades encontradas para manter o modo de vida consolidado no campo. Além disso, a base de sustentação das atividades socioprodutivas diante dos problemas enfrentados.

Concluída a fase exploratória da pesquisa, ocorreu o processamento das informações obtidas nas entrevistas, formulários e nas fontes institucionais. Isto foi feito concomitante com análise e reflexão relacionadas ao campo teórico da pesquisa, mantendo a operacionalização dos conceitos. Nesta etapa houve o confronto inicial entre o conhecimento já produzido e o conhecimento em produção.

Para análises de dados e documentos foram necessárias tanto técnicas qualitativas quanto quantitativas. De acordo com Triviños (1987) as duas podem ser usadas concomitantemente em qualquer pesquisa, desde que haja cuidado para não deixar os dados estatísticos ter sempre maior importância que a interpretação dos mesmos. É nessa perspectiva que os dados desta pesquisa foram tratados.

Em meio ao uso das duas técnicas é importante salientar que a base geral da pesquisa é qualitativa. “A avaliação qualitativa está dentro do mesmo paradigma da pesquisa participante; apenas centra-se especificamente no tratamento metodológico da dimensão qualitativa da realidade social.” (DEMO, 1995, p.241). Entendendo isso, tem-se esse caminho como o mais viável.

Mediante todos estes procedimentos foi produzido o texto da dissertação, o qual está estruturado em três capítulos, além da introdução e conclusão. No capítulo primeiro é feita a discussão da base teórica da pesquisa, abordando a *contextualização o modo de vida camponês*. No segundo é abordada a *formação territorial e as representações sociais da Comunidade Angical*. O terceiro capítulo discute a *resistência da Comunidade Angical frente às adversidades sociais e ambientais* existentes nas práticas e relações espaciais e territoriais.

## CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO DO MODO DE VIDA CAMPONÊS

### 1.1 Bases teóricas e processuais do conceito de camponês

Definir o conceito de camponês no sentido estrito do termo não é uma tarefa necessária e nem fácil, já que este assume diferentes conotações de acordo com os processos sociais e correntes de pensamento em que é inserido. Pode-se considerar que “há razões para definir “camponês” e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento.” (SHANIN, 2005, p. 01). Desse modo, um significado único para o termo pode eliminar a abrangência que este adquiriu nas questões sociais.

Manuel Correia de Andrade traz uma contribuição fundamental sobre o uso do conceito de *camponês* pelo mundo e no Brasil. Ele mostra a dimensão do uso do termo em âmbito geral e em casos específicos de algumas ciências como a Sociologia e a Geografia. Aponta que o uso da palavra tem sido polêmico nos estudos de comunidades rurais e a forma como isso entrou em um relativo consenso nos grupos sociais referentes e nas abordagens teóricas a respeito da questão, inda que diferentes interpretações continuem existindo. Diante disso, é importante lembrar que desde o princípio do seu uso:

A expressão *camponês* em sua acepção geral, é largamente usada como pessoa ou grupo de pessoas que vive em áreas rurais, exercendo profissionalmente atividades ligadas ao campo, estando pouco ligado à vida urbana. Este termo é usado nas mais diversas regiões do mundo e nas línguas mais diversas, ora como *countryman* em inglês, *paysan* em francês, *moujik* em russo, *campesino* em espanhol etc. No Brasil a expressão espanhola *campesino* vem se aportuguesando. (ANDRADE, 2004, p. 67).

Pode-se entender então que a diversidade de uso do termo pode se estender também ao seu significado, podendo em diferentes países o sentido da expressão ser de acordo com a realidade social existente no campo. No caso brasileiro, por exemplo, segundo este mesmo autor, a aceitação do uso da referida expressão só avançou a partir de meados do século XX, com a organização da Associação denominada *Ligas Camponesas* por agricultores de Pernambuco, os quais autointitularam como camponeses. Percebe-se, então, que o significado do termo no país já surge a partir da luta pelo acesso à terra e não meramente como forma de se referir ao pequeno agricultor.

Pensando nesta situação, Marques (2008) aponta que como muitas definições já foram dadas ao conceito de camponês no Brasil, ele precisa ser pensado de acordo com a realidade

do país. Segundo ela, é preciso levar em consideração nas discussões a respeito da questão que, ao falar em camponês na realidade brasileira, refere-se a *um sujeito histórico* presente nos processos e conflitos da organização agrária oriundos da expansão do capitalismo no campo. Dessa forma, é válido relacionar e refletir sobre diferentes posicionamentos teóricos consolidados até então.

O conceito de camponês tem variado, historicamente, adquirindo ampla abrangência do termo nos primeiros estudos modernos de diversos tipos de grupos sociais. É nas “[...] áreas de redes de sítios, de bairros rurais, de quilombos, arraiais, pequenos povoados e, no limite, de pequenas cidades de vida e economia predominantemente agro-pastoril, que os pioneiros "estudos de comunidade" e seus sucessores irão se concentrar.” (BRANDÃO, 2012, p. 01). Entretanto, este autor aponta que diferentes interpretações têm ocorrido a respeito desta questão, a ponto de definir o conceito de modo mais estrito em algumas discussões.

O que não é possível negar é a alteração nas práticas sociais da classe camponesa diante das evoluções técnicas e científicas ligadas ao modo de produção. Kautsky (1980) explica que na idade média uma família camponesa era basicamente autossuficiente, tendo suas necessidades materiais atendidas pela indústria doméstica e agricultura. Entretanto, salienta que o advento da indústria urbana e seu adentramento ao meio rural é o ponto de partida para a gradual redução do camponês a um mero agricultor no que refere às práticas produtivas de bens.

Kautsky entende que a partir destas condições, o camponês passa a ter necessidade de acesso aos produtos industrializados iniciando, com isso, o intercâmbio com comércio. Segundo ele, esta relação exige alteração nas intencionalidades produtivas do camponês, o qual deixa de produzir apenas para seu sustento e começa a produzir também para o comércio. Entretanto, este processo não determina sua transformação em capitalista, já que finalidade do trabalho ainda é garantia da condição de vida digna e não a acumulação de bens.

Engels (1894) em sua obra *A questão camponesa em França e na Alemanha*, apresenta uma definição de camponês que diferencia um pouco daquela apresentada por Kautsky. Ele foca mais nas contradições criadas pelo capitalismo, nas relações de trabalho e na questão da propriedade privada da terra. Diferencia o camponês em grande, médio e pequeno, levando em consideração o nível econômico e situação do acesso à terra. Além disso, distingue o operário do proletário mostrando a resistência do camponês e ao mesmo tempo o risco tendencial de sua transformação em trabalhador assalariado. Nesta perspectiva, em caráter de conceituação e das relações sociais e econômicas afirma:

Por pequeno camponês entendemos aqui o proprietário ou rendeiro – nomeadamente, o primeiro – de um bocadinho de terra não maior do que aquele que, em regra, ele pode cultivar com a sua própria família, e não mais pequeno do que aquele que sustenta a família, este pequeno camponês, tal como o pequeno artesão, é também um operário que se diferencia do proletário moderno por estar ainda na posse do seu meio de trabalho; [é], portanto, uma sobrevivência de um modo de produção passado, do camponês servo, adscrito ou muito excepcionalmente também livre [mas] obrigado a renda [*Zins*] e a corveia. (ENGELS, 1894, P. 01).

Este autor esclarece que a expansão capitalista, sobretudo por meio da exploração da grande indústria urbana e mais tarde rural, afetaria de modo negativo a condição de existência do pequeno camponês. Segundo ele, a tentativa de adequação ao modo de produção capitalista diante da lógica industrial vigente seria o caminho para o endividamento e falência dos camponeses. Dessa forma, esta mudança nas relações produtivas e comerciais seria o trajeto da transformação do pequeno camponês, sem suas possibilidades de autonomia produtiva, em proletariado.

Entender sobre o contexto histórico do campesinato em outras partes do mundo é crucial para reportar a tal processo no Brasil, pois suas diferenças são nítidas. No entanto, a base essencial da constituição da classe é bastante relacionada nos dois casos. Desse modo, retomar à algumas discussões clássicas sobre aspectos históricos da realidade camponesa é fundamental.

Fabrini e Marcos (2010) fazem uma abordagem sobre a reprodução da existência camponesa em diferentes partes do mundo, dando ênfase a questão agrária e às práticas produtivas agrícolas. Inferem que há diferenças nos problemas enfrentados pela classe camponesa nas experiências anarquistas e socialistas. Mostram que estas duas perspectivas são variações no modo de organização do espaço agrário que sai da mera reprodução capitalista.

Estes autores mostram que a relação entre os camponeses e o Estado ocorre de modos distintos em cada situação. No caso anarquista, tendo como exemplo a Colônia Cecília<sup>1</sup> realizada entre 1936 e 1939, há independência das influências do Estado. Na perspectiva socialista, como o caso de Cuba, o diálogo com o estado ocorre por meio de aprovação de leis revolucionárias adotando medidas que estreitam a relação com a classe camponesa. Já no caso do Brasil, há uma barreira política de comunicação com o Estado que não pode ser rompida e nem ignorada até então.

Martins (1981) esclarece que as palavras *camponês* e *campesinato* são consideradas recentes no vocabulário brasileiro, incorporada já em meado do século XX, por meio da

---

<sup>1</sup> A Colônia Cecília ocorreu no Estado do Paraná, por influência dos imigrantes italianos, constituindo em uma tentativa de implantação do regime anarquista no Brasil.

*importação política* que ocorre no país. Segundo ele, esses termos são inseridos definitivamente por intermédio das *esquerdas*, tendo importância nas lutas dos trabalhadores do campo que se propagavam em diversas regiões no referido período. A partir daí o uso destas palavras vai se expandindo, passando a representar, os trabalhadores que recebiam denominações diferentes (caboclo, caiçara, caipira, colono...) em cada região, mesmo sendo de classe social e posições políticas semelhantes.

É importante considerar que no Brasil as expressões *camponês* e *latifundiário* “[...] são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras.” (MARTINS, 1981, p. 21). Em razão disso, o uso destes termos até hoje é polêmico nas discussões de alguns autores, pois há aqueles que defendem a verdadeira essência das palavras, e aqueles que a repudiam integralmente por acharem inadequadas ou com intenção de destruir o pensamento político que elas carregam.

Além disso, existem os que não negam esforço de mudar o significado destas expressões e substituí-las por outras. Um exemplo disso é a tentativa de usar *agricultor familiar*, que é um termo alternativo criado pelo Estado e voltado exclusivamente às práticas agrícolas, como substituição de *camponês*. Entretanto, ao considerar o surgimento e o histórico de expansão não é possível entender a resistência à aceitação e ao uso de *camponês* e *latifundiário*, palavras que:

Estão enraizadas numa concepção da História das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Neste plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço, no campo em contraposição à povoação ou a cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1981, p. 21).

Seguindo um raciocínio semelhante ao de Martins, Marques (2008) defende que o conceito de camponês é atual e de fundamental importância na interpretação da realidade social brasileira, sobretudo, no que refere aos problemas agrários. Segundo ela, mesmo diante de questionamentos sobre o uso deste termo no Brasil ele não poderá entrar em desuso, pois os processos sociais em que está inserido se intensifica com a nova realidade do campo diante do cenário político e econômico vigente. Argumenta que a expansão do agronegócio intensifica os conflitos territoriais e a luta pela terra. Dessa forma, em uma análise dialética e mais aprofunda das relações de classe é preciso entender:

[...] o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o

campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro - o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade. (MARQUES, 2008, p. 58).

É válido, portanto, entender que o conceito de camponês se altera historicamente tanto nas discussões acadêmicas quanto nos processos sociais representados pela classe social por ele designada. Entretanto, há elementos destrutíveis e outros permanentes nestas alterações. É certo que a relação do camponês com a natureza e sua relativa autonomia e independência produtiva para suprir as necessidades familiar, como Kautsky (1980) explica que acontecia na Europa ainda na Idade Média, fragilizou significativamente com advento da indústria moderna e da expansão capitalista pelo mundo. Porém, os elementos ligados às lutas pela terra e contra a opressão do sistema econômico e produtivo dominante permanecem e, às vezes, se fortalecem diante das contradições sociais de cada período histórico.

Pensar a trajetória e o modo de vida camponês no Brasil requer uma volta aos aspectos histórico desta classe sem perder de vista a essência das práticas socioespaciais e territoriais exercidas no âmbito da luta pela condição de reprodução humana. De acordo com Oliveira (2007) não se trata de uma luta pautada apenas numa escolha de vida, mas também na busca de uma sociedade melhor em que justiça, cidadania e dignidade possam estar presentes. Desse modo, a trajetória do campesinato no Brasil está ligada aos mais diversos interesses sociais ligados a questões culturais, ambientais, políticas e econômicas, dentre outras.

O surgimento e a trajetória desta classe social no Brasil consistem em processos ligados à expansão do capitalismo mundial como determinantes das escolhas e interesses políticos no país. De acordo com Martins (2010) o controle da elite agrária e do Estado sobre a terra e a força de trabalho impulsionou todo o processo de expropriação do trabalhador do campo na medida em que aprova a *Lei de Terras*<sup>2</sup> nº 601 de 1850, no período em que ocorreu o fim do tráfico negreiro e na perspectiva de abolição da escravatura, o que aconteceu em 1888.

Segundo Martins (2010), a estratégia de aprovar a *Lei de Terras* antes da abolição da escravatura condicionou a formação de uma população negra desprovida de terra e de trabalho somando à população que já existia em tal situação. Neste processo parte da mão de obra escrava é substituída pelo trabalho do imigrante na produção do café, que era a base da

---

<sup>2</sup> De acordo com Martins (2010) A Lei de Terras nº 601, de 1850 proíbe qualquer forma de posse de terras que não seja por meio da compra, até mesmo as terras do Estado. Foi o elemento jurídico que garantiu a proteção da propriedade privada da terra e, em tese, sujeita o trabalhador à venda de sua força de trabalho aos fazendeiros.



economia neste período. Este processo cria uma população desprovida de trabalho e de acesso à terra para se tornar “trabalhadores livres”, repercutindo na formação inicial da classe camponesa existente no Brasil.

Considerar o campesinato no contexto do sistema produtivo e econômico exige reflexão sobre o camponês como sujeito produtor deslocado de suas possibilidades pela expropriação do seu principal meio de produção, que é a terra. Ainda assim, a agricultura camponesa não deixa de existir, sendo uma das bases de sustentação dos grupos existentes e da sociedade no geral. Nestas relações de resistências reproduzem, simultaneamente, “[...] de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não capitalistas.” (OLIVEIRA, 2007, p. 21). Neste sentido, há uma contradição dos dois modos de produção, mas não é possível afirmar a destruição plena de um pelo outro.

Uma das características duradouras do campesinato no Brasil é a agricultura focada na sustentação da condição digna de vida e não no mercado, ainda que a ligação com o comércio faça parte das condições de existência do modo de vida camponês, sobretudo nas últimas décadas. É importante considerar que “[...] cada vez mais são raros os casos puros de campesinato exclusivamente agrícola em comunidades tradicionais.” (BRANDÃO, 2012, p. 351). Assim sendo, as definições e consensos a respeito não partem de um discurso radical e fechado, mas sim de interpretações dialéticas da questão.

Pensando ainda nas relações de trabalho e produção, a *não exploração da mais valia* é outra característica fundamental, sendo adotados outros recursos para ampliação da força de trabalho, que não seja especificamente a exploração do trabalhador. De acordo com Oliveira (2001a) a mão de obra camponesa é de base familiar. Caso ela esteja sustentada pelo assalariamento significa que as relações estão se tornando capitalistas, focada em uma produção destinada acumulação e não à sustentação da família.

No entendimento de Miranda e Lira (2015) quando o camponês fornece sua força de trabalho na agricultura subordinada ao capital ele se coloca como um agente produtor, entretanto, alheio aos resultados do seu esforço, os quais se concentram nas mãos dos proprietários dos meios de produção. Mas, nesta relação este camponês torna-se, de todo modo, inserido no capitalismo agrário como fornecedor da mão de obra.

Outro aspecto considerável nas práticas e interesses do campesinato é a forma diferenciada do vínculo com a terra. Ao contrário das forças especulativas capitalistas que movem a formação e resistências dos latifúndios, a pequena propriedade camponesa surge e se mantém pela necessidade de reprodução social da dignidade humana. Dessa forma, é

fundamental a comunidade científica “[...] mostrar a realidade do campo no país, evidenciando a luta dos camponeses e *trabalhadores da terra* que, organizados, reivindicam a *terra de trabalho* como um direito à vida.” (MENDONÇA e JÚNIOR, 2005, p. 18). É importante entender que na relação do camponês com a terra não predomina o interesse capitalista como, às vezes, o senso comum tenta difundir.

Neste contexto, emerge no campesinato um posicionamento político específico, impulsionado pela referida classe e abrangente por defender uma parcela da sociedade que vai muito além do campesinato em si. Pode ser percebido na abrangência das reivindicações dos movimentos organizados pelos camponeses. Um exemplo é a Via Campesina, muito influente no Brasil, que se constitui em “[...] uma articulação internacional de trabalhadores que constrói sua identidade em contraposição ao modelo dominante de agricultura, afirmando a economia, a cultura, os valores, os modos de vida do campesinato.” (VIEIRA, 2008, p.070). De acordo com esta mesma autora, essa organização contempla, além das reivindicações ligadas às questões agrárias, um posicionamento questionador do modelo econômico e produtivo dominante. Trata da reivindicação contra as mais diversas formas de segregação em que:

*A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é, como as vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. (MARTINS, 1981, p. 25).*

Neste sentido, a identidade social do campesinato está demarcada tanto pelos fatores históricos que o constitui, como também pelas relações que este assume diante da luta de classe e dos conflitos entre interesses sociais e econômicos contemporâneos da sociedade em geral. Dentro destas relações conflituosas o posicionamento do Estado nas decisões jurídicas e políticas tem promovido mudanças sociais que produzem a necessidade de uma constante luta de classes. Dentre as reivindicações, a luta pela terra e o direito ao território tem sido uma grande batalha para os camponeses.

Considerando estes aspectos, nossa discussão prossegue considerando o camponês como um sujeito que se reproduz no Brasil em uma trajetória de luta pelo acesso e permanência na terra. Assim como muitos autores aqui citados, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira e José de Souza Martins entendemos que o campesinato no Brasil tem suas especificidades desde sua formação e se reproduz constantemente diante das contradições do capitalismo.

## 1.2 A luta pela terra e a formação dos territórios camponeses no Brasil

Há, historicamente, uma divergência clara entre os interesses defendidos pelo Estado e as necessidades das classes menos favorecidas da sociedade. E isso se acentua, mais ainda, com a expansão dos ideais liberais pelo mundo. De acordo com Santos, M. (2000) com o advento da globalização o papel do Estado passa adquirir outra performance, sendo a partir daí muito mais envolvido com as ações do capital internacional, como mediador, que com as demandas sociais locais. Trata-se de um período histórico que se constrói mediante o discurso de progresso e modernidade, porém priorizando avanços políticos e econômicos que não contemplam a sociedade, mas sim, geram novos fatores de desigualdade social.

Dentro desse quadro, as pessoas sentem-se desamparadas, o que também constitui uma incitação a quem adotem, em seus comportamentos ordinários, práticas que alguns decênios atrás eram moralmente condenadas. Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social. (SANTOS, M. 2000, p. 09).

Estes problemas, oriundos da negligência do Estado, afetam a realidade do campo brasileiro de forma que qualquer modo de vida que não esteja integralmente na lógica capitalista, torna-se alvo do avanço do capital especulativo no que diz respeito às questões fundiárias. De acordo com Oliveira (2015), o vínculo entre os Estados e as empresas multinacionais se efetua por ser o único caminho para elas se mundializarem. Como os Estados também precisam destas empresas para se destacar no cenário econômico internacional, tornam-se aliados com as empresas a qualquer custo. Diante deste cenário, o modo capitalista de produção, avança no Brasil, causando diversas formas de conflitos, sobretudo, por meio da expropriação territorial.

Desde a colonização o arranjo político adotado no Brasil, caminha neste sentido, tendo o controle da terra organizado de modo que o poder econômico esteja como o principal requisito para o acesso a uma determinada área de terra. De acordo com Andrade (2004), a apropriação das terras do Brasil iniciou-se ainda no início do século XVI, quando ocorreu a divisão do país em capitâneas hereditárias, tendo o regime de sesmarias como forma de acesso à terra apenas a um determinado grupo de pessoas. Para isso, foram estabelecidos os critérios que garantisse tal restrição:

[...] ao criar as capitanias hereditárias o rei de Portugal estabeleceu nos forais dos donatários que eles poderiam reservar para si apenas uma determinada porção de terras, devendo doar às pessoas de religião cristã e com capacidade financeira, outras porções em regime de sesmarias. (ANDRADE, 2004, p. 54).

Em decorrência destes trâmites, mesmo antes da aprovação da lei de terras, em 1850, tornando a compra o único meio de posse legal, o seu acesso já dependia de recursos financeiro e poder político. Estrutura-se uma forma de exclusão que perduram séculos após séculos, alterando e criando leis, mas mantendo as velhas intencionalidades dominantes em favor do capitalismo agrário. Contrapondo a isso, surge “[...] a luta pela Reforma Agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos.” (OLIVEIRA, 2001a, p. 195). Neste sentido, por meio dos movimentos sociais de resistência às expropriações e de luta pelo acesso à terra, os trabalhadores rurais camponeses se colocam como protagonistas diante dos conflitos territoriais.

Em razão da subordinação da terra aos interesses do capital, ela passa por uma transformação de funcionalidade no Brasil. A invés de ter uma função puramente social, focada na produção, passa a ter com maior vigor a função de reserva de valor para aqueles que a possui. “Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando a trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho.” (OLIVEIRA, 2001b, p. 113). Com isso, acumular terra passa ser um grande investimento que acontece a qualquer custo e prejuízo social.

Diante disso, a ideia da existência de muita “terra vazia”, a ser ocupada no país, prevalece, mesmo nas áreas povoada em primeiro momento pelos povos indígenas e mais tarde por comunidades tradicionais quilombolas e de posseiros. Andrade (2004) explica que a luta entre a população oprimida e a elite econômica no Brasil sempre foi intensa. Segundo ele, a formação das grandes propriedades sempre foi motivo de exclusão do acesso à terra pelos trabalhadores rurais. Aponta que durante a Primeira República, iniciada em (1889), ocorreram diversos tipos de formação de latifúndio, como por exemplo, aqueles oriundos da exploração das “drogas do sertão” na Amazônia e das grandes fazendas de cria e recria de gado no Cerrado e no Pantanal. Neste período, além desses tipos de exploração outras ocorreram em outras partes do país ligadas à monocultura, sobretudo da cana-de-açúcar e do café, e mais tarde, da soja, processo que se intensifica após a segunda metade do século XX.

A partir deste período, as ideias de modernidade, progresso e desenvolvimento econômico ganham força, tendo como pretexto a mudança de estágio dos países de terceiro mundo para países de primeiro mundo. De acordo com Santos, R.S. (2015) mesmo com a

chegada do capitalismo industrial no Brasil em 1930 a elite agrária continua tendo domínio sobre a terra no país. Ele explica que ao passo que o poder da aristocracia agrária diminui no espaço urbano se fortalece no espaço agrário, que se encontra em fase de modernização decorrente da consolidação do Estado Moderno<sup>3</sup>. Trata-se de mais um fator estrutural do arranjo político e econômico brasileiro que dificulta a democratização do acesso à terra.

A sociedade nacional que, desde 30 marchava na direção da industrialização e da urbanização, continuava a conviver, no lado oposto das elites, com o aprofundamento dos conflitos no campo. Parte desses conflitos derivavam das tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais buscada pelo então, Partido Comunista do Brasil, fruto de sua curtíssima legalidade pós Constituição de 1946. Assim, o final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. No Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das “Ligas Camponesas”, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação. (OLIVEIRA, 2007, p.104).

As influências da Segunda Guerra Mundial também foram consideráveis nas mudanças sociais e econômicas ocorridas no século XX, ligadas à questão fundiária. De acordo com Filippi (2005), findando o referido conflito (1945) a concepção de reforma agrária muda em alguns países, inclusive no Brasil. Se antes o foco era a “distribuição de terra”, passa a ser “colonização”. Inicia-se a exploração das terras consideradas inexploradas, por meio da expansão das atividades agrícolas ou via de ocupação estratégica para demarcação territorial. Trata-se de uma modelo que não contempla a distribuição justa e nem democratização do acesso à terra, mas sim o pleno domínio pelo poder político e econômico do país, consolidando uma conjuntura que provoca ainda mais as lutas dos trabalhadores rurais e dos povos indígenas expropriados.

O Golpe Militar de 1964 é outro evento político histórico marcante no que diz respeito às lutas pelas conquistas sociais. Os conflitos agrários, por exemplo, tiveram no período ditatorial, características diferenciadas dos momentos anteriores, mas as decisões políticas também foram expressivas, mesmo não contemplando as reivindicações da sociedade. Neste sentido, logo no início do governo militar foram tomadas algumas decisões jurídicas voltadas às questões agrárias, criando o Estatuto da Terra como um novo elemento regulamentador do acesso e exploração da terra no Brasil.

---

<sup>3</sup> Trata-se de um arranjo organizacional do Estado que se dá na emergência da expansão do capitalismo, tendo como características principais a centralização do poder estatal, a racionalização, burocratização e a normatização das ações do Estado. Este modelo de Estado nasce na Europa ainda no século XV e é implantado no Brasil em alguns períodos dos séculos XIX e XX.

O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964) promulgado alguns meses após o golpe de estado conservador, representou um documento jurídico de grande importância e, ao mesmo tempo, uma providência para conter o movimento vindo da base em favor de modificações na estrutura fundiária. Na verdade este movimento de base não era bem articulado e definido; ele defendia uma reforma agrária mais não estabelecia diretrizes para ela, nem como seria aplicada nas diversas regiões do país. De modo geral, defendia a ideia de que as terras apropriadas, os latifúndios por dimensão, deveriam ser divididos e entregues a trabalhadores e que os salários deviam ser melhorados. (ANDRADE, 2004, p. 83).

Este autor explica que, o Estatuto da Terra fortalecia, como nunca antes, o poder das grandes empresas, enfraquecendo o latifúndio tradicional, mais ligado à concentração da terra. Em contrapartida, emerge o latifúndio capitalista moderno, diferenciado pela presença ativa das grandes empresas rentistas, que vai ocupando as áreas que constam com infraestrutura rodoviária implantada, explorando as terras de forma inconsequente, do ponto de vista social e ambiental. Em consequência os conflitos intensificam, principalmente na Amazônia, tanto em defesa do meio ambiente como no confronto com a expropriação territorial causada pela implantação de empreendimentos, como por exemplo, a abertura de rodovias.

Entretanto, Andrade (2004) salienta que o referido estatuto serviu como ponto de partida para uma reforma agrária diferente da que até então prevalecia. Um dos fatos que revela isso é a provocação à criação do Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) que passou a ser responsável pela reforma agrária e a criação do Inda (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrário) voltado à colonização. Estes dois institutos se fundem em 1969, formando o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Ainda assim, foi neste período, que foi colocado em pauta a necessidade da terra cumprir sua função social e da desapropriação de áreas de conflitos. Estes foram alguns aspectos positivos para a reforma agrária, porém, pouco significantes em relação aos prejuízos sociais e territoriais.

O governo militar com sua política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários, de um lado, e de outro fomentando, também na Amazônia, a colonização como alternativa à Reforma Agrária nas regiões de ocupação antiga (NE, SE e S), criou o cenário para a violência. Os empresários, para ter acesso aos incentivos fiscais, tinham de implantar seus projetos agropecuários na região, que estava ocupada pelos povos indígenas e, em determinadas áreas, pelos posseiros. Muitos foram os conflitos violentos. Os povos indígenas foram submetidos ou ao genocídio ou ao etnocídio. Aos posseiros não restou melhor sorte: ou eram empurrados para novas áreas na fronteira que se expandia, ou eram expulsos de suas posses e migravam para as cidades que nasciam na região. (OLIVEIRA, 2001a, p. 191).

Neste contexto se estrutura a onda de conflitos agrários, tendo de um lado as populações originárias lutando para permanecer e os trabalhadores rurais sem terra tentando entrar na terra para nela produzir-se socialmente e, de outro lado, a formação dos latifúndios e

suas manutenções mediadas pelo apoio do Estado. De acordo com Oliveira (2001a) esta violência do Estado, tendo como premissa os anseios capitalistas, não é exclusiva do período ditatorial. Trata-se de uma questão duradoura que têm apenas novas nuances em diferentes governos. O autor cita como exemplos, o *Massacre de Corumbiara*, ocorrido em Rondônia em 1995 e o *Massacre de Eldorado dos Carajás* acontecido no Pará em 1996, os quais ocorreram já no final século XX, no governo FHC (Fernando Henrique Cardoso).

A violência contra os camponeses é contínua, permanecendo ativos os impedimentos políticos contra o efetivo avanço da reforma agrária, da mesma forma que a luta também não é nova e, tendencialmente, continuará existindo. Conforme Martins (2004), antes do golpe de 1964 formou-se uma aliança parlamentar entre a esquerda e os trabalhistas, para lutar pelos problemas rurais. Entretanto esse movimento enfraquece com a divisão dos trabalhadores entre os que reivindicavam os direitos trabalhistas e os que lutavam pela terra. Mesmo os dois grupos sendo membros da Contag – Confederação Nacional dos trabalhadores, a divergência de interesses prevalecia, dificultando a articulação dos movimentos sociais por eles realizados. Somando estes conflitos dentro da própria classe trabalhadora com as repressões da Ditadura Militar estruturam-se os elementos para desestruturar as ações das esquerdas.

No que refere aos confrontos políticos é importante pensar sobre as influências da Igreja Católica, como uma entidade social que passa por fases distintas de posicionamento na questão agrária no Brasil. Martins (2004) salienta que durante séculos ela esteve aliada aos grandes proprietários de terra, começando a buscar novos rumos somente em meado do século vinte, entretanto, sem definitivamente romper com a aristocracia agrária. Ele explica que somente em 1980 que um posicionamento sólido a favor da reforma agrária por meio do documento *Igreja e Problema da Terra*, resultante do amadurecimento da pastoral da terra. Mas antes disso a aliança entre terra e capital defendida pelo golpe já se encontra consolidada contemplando o interesse empresarial e criando os impasses políticos necessários para barrar os objetivos das reivindicações sociais vigentes.

Nesta trajetória de luta, em momento que se consolida o posicionamento definido da Igreja Católica a favor da reforma agrária, é importante ressaltar que suas reivindicações se organizam de forma mais articuladas com os camponeses e outras populações rurais oprimidas. A referida instituição entra em cena, a partir daí, batendo de frente com a especulação capitalista voltada a concentração fundiária. De aliada aos grandes proprietários passa ser a opositora de parte dos interesses deles, sendo a partir daí um reforço dos movimentos sociais. Foi neste âmbito que:

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. (CPT, 2010, p. 01).

Trata-se de um período histórico marcado por grandes tensões sociais no campo causadas, principalmente, pela violência ligada aos projetos de desenvolvimento econômico que instauravam. Neste momento começa a haver melhores articulações entre a população do campo atingida. Neste contexto, a “[...] luta dos sem-terra teve início no final da década de 1970 por trabalhadores expulsos e expropriados no processo de ‘modernização’ ocorrido no campo.” (FABRINI, 2007, p. 62). Este autor explica que surgem os primeiros movimentos isolados, mas organizados, sobretudo pela CPT, no Sul do Brasil. Dessa forma, começa a organizar o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), o qual ganha proporção nacional na luta pelo acesso à terra e por outros direitos sociais.

De acordo com Marques (2008), os impactos negativos da agricultura industrial capitalista de caráter social e ambiental, têm sido alvos de debate e críticas pelos defensores dos atingidos. Segundo ela, a intensificação deste cenário na última década do século XX, abriu espaço para a transformação do campesinato em uma entidade política. Explica que é a partir daí que o MST se define, de fato, como um movimento camponês, ao filiar-se a Via Campesina, de caráter internacional, nas lutas e reivindicações comuns no Brasil. Dessa forma a luta pela reforma agrária ganha maior visibilidade nos enfrentamentos.

É evidente que o MST, com apoio da Igreja, tem uma proposta de reforma agrária em que a sua forma difere profundamente da forma que lhe dá o Estado brasileiro desde o Estatuto da Terra e, pode-se dizer, desde a Lei de Terras de 1850. A reforma preconizada pelo Estado esteve longamente subjugada, e não só agora, pelo princípio jurídico de que a propriedade da terra neste país é propriedade individual ou de uma associação de indivíduos. Passa, portanto, por um direito individual e não por direitos coletivos ou comunitários, que são os que dão sentido às propostas do MST e da Igreja, mais naquele do que nesta. (MARTINS, 2000, p.109).

De acordo este autor, tanto os aparatos jurídicos quanto os políticos do Estado vão de encontro muito mais às ideias de reforma agrária centradas no crescimento econômico do país, tendo como base a quantidade e não qualidade das demandas e avanços. Ele defende que a prioridade de atendimento aos camponeses engajados na luta pela terra é uma diretriz necessária. Em síntese, Martins (2000) salienta que a reforma agrária deve ser pensada tendo em vista os problemas sociais debatidos na questão agrária, de forma que possa ocorrer



solucionando os pontos de origem e não apenas minimizando as consequências da concentração fundiária.

É importante considerar que se os problemas agrários são enfrentados ignorando suas raízes, tendencialmente, as intervenções do Estado nos conflitos estarão atendendo a interesses dos latifundiários, os quais alegam o direito de propriedade garantido constitucionalmente. Conforme Oliveira (2001a) a existência de grande propriedade tem provocado a exclusão de acesso e a improdutividade da terra no Brasil. Ele salienta que o controle jurídico sobre a questão do latifúndio é insipiente, pois:

Estudos realizados revelam que se o Incra aplicasse na totalidade os preceitos da Lei 8.624, que define o que é terra produtiva e improdutiva no país, teríamos algo em torno de 115.054.000 hectares (20% da área total) como propriedades improdutivas. O *Atlas Fundiário Brasileiro*, publicado pelo Incra, indicava que 62,4% da área dos imóveis cadastrados fora classificada como não-produtiva e apenas 28,3% como produtiva. Estas informações revelam, pois, a contradição representada pela propriedade privada da terra no Brasil, retida para fins não-produtivos. (OLIVEIRA, 2001<sup>a</sup>, p.187).

Se estes preceitos legais fossem aplicados na íntegra, dariam mais abertura para a reforma agrária ao provocar uma análise mais a fundo sobre a forma de aquisição dos grandes latifúndios e o modo com estes se encontram em termo de cumprir a função social da terra e sobre sua quitação tributária. Nestes termos, podemos “[...] compreender a ação em nome dos camponeses, na função específica no que lhes cabe de questionar na prática a existência irracional do latifúndio tradicional.” (MARTINS, 2004, p. 49). Entretanto, a ligação entre o capital, os grandes proprietários e o Estado Brasileiro é muito clara. Como parte das grandes propriedades pertence aos parlamentares, qualquer diálogo que contrarie a existência delas no Brasil não consegue avançar.

Em razão desta realidade, em muitas situações o confronto entre os trabalhadores sem-terra e o Estado ocorre de modo violento, em que as forças militares que, em tese, estão a serviço dos cidadãos são direcionadas contra eles a fim de evitar o diálogo e resolução pacífica em caso de ocupações e desocupações. Oliveira (2001a) explica que este aspecto foi marcante no governo FHC, no qual as mortes dos camponeses intensificaram e passaram a ser efetuadas pelas forças policiais do Estado. Porém, a forma como estes conflitos são interpretados pela mídia é manipuladora, considerando a resistência dos camponeses como uma força de guerra, sendo que eles não dispõem deste nível de resistência em confrontos armados. Portanto, o desequilíbrio e abuso de poder instaura muito mais um processo histórico contemplado de massacres que verdadeiramente confrontos diante desta disparidade de força.

A justificativa para a aliança do Estado com os grandes proprietários de terra no Brasil tem se sustentando em nome do progresso, sob o discurso da necessidade de avançar do ponto de vista econômico. Nesta perspectiva a “[...] conflitualidade é o processo de enfrentamento perene alimentado pela contradição estrutural do capitalismo que produz concentração de riqueza de um lado e expande a pobreza e a miséria do outro.” (FELÍCIO, 2006, p.209) O projeto de desenvolvimento adotado privilegia a elite política e econômica do país enquanto a grande massa da população não é contemplada com os benefícios, mas apenas com os prejuízos ambientais e sociais.

Nesta mesma lógica seguem os investimentos financeiros do Estado, que priorizam a grande produção com abertura de linhas de créditos e incentivos fiscais. Não foram poucos os programas que os governos já lançaram voltados à exploração econômica, ocupação e controle do território brasileiro, os quais partiram do princípio de que os projetos desenvolvimentistas deveriam passar por cima de qualquer obstáculo, ainda que constituído por pessoas. Na Amazônia Legal, por exemplo:

Programas de desenvolvimento e de fomento agrário implantados a partir de 1970, como o Polonoroeste, Polocentro, Prodecer, Polamazônia, etc. desempenharam papel decisivo no processo de acumulação do capital agroindustrial no campo. São fundamentais para oxigenar os empreendimentos econômicos agrários na região através de implantação de obras de infraestrutura, armazenagem, estradas e aplicação de pesquisa científica na agropecuária em grande escala na região para elevar a produtividade, dentro de uma lógica socialmente excludente. (SANTOS.R.S., 2015, p. 32).

Estes investimentos têm sido muito intensos na região Norte e Centro-Oeste, afetando o Cerrado e a Amazônia de forma devastadora, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX. A abertura de estradas, construções de grandes fazendas, e as diversas formas de exploração dos recursos naturais nestas regiões do país são fatores motivadores de investimentos. Dessa forma, o capital rentista avança de modo esmagador sobre as terras ocupadas por comunidades tradicionais e posseiros, causando intensos conflitos territoriais.

A expansão do agronegócio torna-se um processo causador da expropriação territorial de muitas comunidades e posseiros, agravando o quadro social da classe camponesa e exigindo muito mais esforço na luta pela terra. Isto ocorre porque o “[...] capital agrário se apropria da terra de várias formas pela ‘legalização’ das terras ou pela força física violenta.” (SANTOS, R.S., 2015, p. 37) A necessidade de grandes áreas contínuas agricultáveis para monocultura de alguns produtos voltados à exportação, como o exemplo da soja, tem sido motivo de articulações políticas para desocupar terras habitadas por posseiros, comunidades quilombolas e indígenas.

A construção de barragens para aproveitamento hidrelétrico é outra questão complicada que tem ocorrido de modo massacrante, no Brasil, destruindo territórios e adotando medidas indenizatórias insuficientes. De acordo com Viana (2003) a indenização compreende a restituição de todos os prejuízos causados, mediante compensação financeira, o que nem sempre pode atingir a reparação efetiva dos danos. Dessa forma, o diálogo com as populações atingidas ocorre muito mais no sentido de legitimação da implantação dos projetos. Com isso, a forma como ocorre o reassentamento das famílias expropriadas e deslocadas em razão dos grandes empreendimentos não possibilita a reterritorialização e estabilização de condições dignas de existência.

Em decorrência disso, a luta camponesa se organiza em diversos movimentos, tendo alguns como direcionadores como por exemplo: As Ligas Camponesas, o MST e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Este último, De acordo com Viana (2003), surgiu em 1991 tornando-se o principal atualmente na resistência à Implantação de Usinas Hidrelétricas No Brasil. Segundo esta autora, além de mobilizar a camada popular também há mobilização no meio acadêmico que intensificam a reflexão e análise dos impactos sociais e ambientais causados pelos empreendimentos.

Este cenário tem feito os trabalhadores do campo se articularem na luta contra o modelo de estrutura agrária adotada pelo Estado. Por meio desta luta, ocorre a formação de diferentes modalidades de formação de territórios camponeses no Brasil, tendo como fundamento fatores históricos de exclusão causados pela forma como o país foi ocupado territorialmente. Entretanto, são espaços constituídos de elementos característicos da referida classe, nos quais:

É possível verificar entre os camponeses um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para autoconsumo, autonomia e controle no processo produtivo, a solidariedade, relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. (FABRINI, 2007, p. 09).

A ocupação de terras devolutas, é uma forma de formação territorial e comunitária que ocorre, normalmente, por iniciativa das lutas dos trabalhadores sem terra politicamente informados sobre a existência de áreas improdutivas pertencentes ao Estado, nas quais tornam-se posseiros. Normalmente, os conflitos ocorrem de forma contraditória, tendo de um lado os posseiros que ocupam a terra para nela trabalhar e reproduzir-se socialmente e do outro lado os latifundiários, às vezes grileiros, que forjam documentos para tornarem-se donos das áreas ocupadas com finalidade especulativa. Martins (1995) aponta que a partir de 1964 o

posseiro tornou-se o principal personagem das lutas camponesas contemporâneas no Brasil, presentes em todas as unidades federativas.

Outra modalidade é a formação das *comunidades remanescentes quilombolas*, as quais têm um processo histórico e reconhecimento mais definido, tendo de certo modo mais força jurídica nas suas lutas de resistências. Constitucionalmente, as comunidades remanescentes de quilombos têm “[...] o direito à titularidade das terras onde habitam, de onde retiram o seu sustento, onde produzem e reproduzem sua identidade específica de caráter étnico.” (ROCHA, 2009, p. 234). No entanto, a demarcação de suas terras tem sido uma luta constante em razão do processo de grilagem ser intenso nestas áreas. Além disso, o conflito de interesse entre os órgãos do Estado que tratam a questão é um dos principais impasses.

Nos assentamentos da reforma agrária, produto da luta dos trabalhadores rurais sem-terra, consolidado mediante decisões jurídicas do Estado, os problemas são constantes. Estes assentamentos apresentam maior estabilidade do ponto de vista da entrada na terra, entretanto a permanência depende de continuidade na luta, para resistir conforme as possibilidades de reprodução social dadas aos assentados.

Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa. (GIRARDI, 2016. p. 19).

Desse modo podemos entender que a luta no campesinato é sempre constante, iniciando na conquista da terra e na territorialização dos grupos sociais, mas tendo continuidade ao longo da vivência e permanência no território. Trata-se de uma luta contra as forças capitalistas destrutivas do modo de vida camponês. O poder hegemônico constituídos de grandes empresas e o Estado, articula um modelo de desenvolvimento pautado na ideia de crescimento econômico em que o Brasil se coloca como potência na exportação de produtos primários. Com isso o capital avança por todas as partes do país intensificando os conflitos territoriais, como ocorre no Tocantins, sobretudo, a partir do final do século XX.

### **1.3 Modo capitalista de produção e resistência do modo de vida camponês no Tocantins**

O incremento do modo capitalista de produção no campo Tocantinense provocou a expansão do capital agrário causando muitas consequências negativas no que refere à condição de vida das populações rurais. Isto ocorre porque este sistema não é “[...] circunscrito apenas à produção imediata, mas também à circulação de mercadorias, portanto, inclui também a troca de mercadorias por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por

mercadorias.” (OLIVEIRA, 2007, p. 20). Assim, a reprodução capitalista no campo requer relações econômicas exploradoras e, conseqüentemente, intensificadoras dos conflitos territoriais agrários e da expropriação territorial de povos e comunidade tradicionais em geral. Em resposta a isso, a luta pela terra e resistência às forças destrutivas destes territórios se fazem necessárias, como ocorre no campesinato.

Assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo pois desterrados, “sem terra”, que lutam para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência.” (OLIVEIRA, 2001a, p. 187).

Estas relações contraditórias estão presentes no Estado do Tocantins, onde as forças que movem a expansão do capital agrário são munidas de intencionalidades exploratórias, as quais ignoram a necessidade do desenvolvimento local. Um exemplo disso é a construção da BR-153, que Miranda e Lira (2015) apontam como uma iniciativa do governo federal com papel fundamental na abertura da fronteira agrícola no antigo norte de Goiás, atual Tocantins. Neste contexto a finalidade das articulações políticas, normalmente, é atender interesses econômicos de nível escalar mais abrangente, tendo como prioridade o posicionamento do país no cenário internacional por meio das relações com o capital estrangeiro.

Dessa forma, os programas de desenvolvimento implementados, de iniciativa nacional ou estadual, não levam em consideração as especificidades socioculturais regionais existentes. Para facilitar o avanço dos projetos econômicos seus impactos negativos “[...] foram transformados em questões técnicas, passíveis de serem contornadas mediante a aliança entre capital, burocracia e ciência.” (RIBEIRO, 2005, p. 181). Entretanto, as populações impactadas não entram nesta negociação, restando a elas o enfrentamento por meio de lutas organizadas pela própria classe.

É importante considerarmos que os processos de expansão da fronteira agrícola ocorrido no Tocantins está ligado tanto às políticas desenvolvimentistas implementadas com foco no Cerrado Brasileiro quanto às direcionadas para a Amazônia Legal. Neste aspecto, o estado se encontra numa condição de intersecção regional sendo contemplado por duas frentes de desenvolvimento econômico de caráter nacional. É mais um motivo da intensa disputa territorial.

Neste sentido, “no Cerrado talvez mais do que em qualquer outra região, a modernização da agricultura foi um empreendimento cujos custos foram socializados e os lucros concentrados em poucas mãos.” (RIBEIRO, 2005, p. 211). Na Amazônia Legal as

intenções são semelhantes, quanto à expansão do capital agrário. Santos R.S., (2015) argumenta que as políticas territoriais implantadas na região têm como uma de suas metas a diminuição dos conflitos agrários do Sul do Brasil. Isto significa que a abertura da nova fronteira agrícola não leva em consideração os novos conflitos territoriais que causariam. Desse modo as forças expropriadoras no campo tocantinense são múltiplas e em muitos casos negligenciadas.

Além disso, o Tocantins está inteiramente inserido na área do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia) recentemente “definida” para fins de investimentos do capital agrário no Brasil. Trata-se de mais uma iniciativa de cunho puramente econômico, que amplia, de início os conflitos territoriais nos estados membro. De acordo com Souza (2016) as diretrizes estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Agrário-PDA desta área estratégica do Brasil, são compostas de estratégias políticas voltadas ao incremento da competitividade no setor agrícola.

Souza (2016) aponta ainda que para viabilizar o PDA o Estado investe em infraestrutura e pesquisas científicas que atendam os interesses das corporações e grandes investidores. Assim é lançada uma nova base para alteração da realidade econômica, social e cultural nos estados e municípios abrangidos. Neste plano de “desenvolvimento” as populações do campo são negativamente impactadas de modo mais direto, entrando em conflito com a expropriação gerada pelo capital rentista munido de apoio das políticas estatais. Elas se efetivam por meio de discursos divergentes das intencionalidades, sem gerar os resultados propostos, como ocorre com a ideia de modernização que:

[...] representou para a agricultura uma nova interação entre setores da economia brasileira; embora continuasse a participar como geradora de divisas pela exportação de parte considerável de sua produção, ela agora teria uma crescente integração subordinada com o setor industrial financeiro. A adoção do todo o chamado pacote tecnológico da Revolução Verde, que incluía o uso de máquinas, equipamentos, fertilizantes, agrotóxicos, sementes, matrizes melhoradoras etc., possibilitou o aumento da produção não mais pela expansão da área explorada, mas pelo incremento da produtividade. (RIBEIRO, 2005, p.72).

Estas propostas da Revolução Verde, sobretudo a partir de 1970, possibilitaram muito mais a entrada do capital agrário em novos territórios que a diminuição da demanda por terras agricultáveis, como seria esperado. A necessidade de grandes áreas de terra desocupadas para a produção agrícola em grande escala tem crescido e como fator gerador de violência contra as populações que residem no campo tocantinense. O jogo de interesse entre o poder econômico e o político no Brasil tem permitido articulações massacrantes para possibilitar a reprodução capitalista no campo. Nestes aspectos, o Tocantins é visto como:

[...] uma fronteira agrícola e econômica no interior do Brasil, que vem sendo utilizada a partir de projetos implementados pelo governo em vários setores (agricultura, construção de usinas de geração de energia elétrica e outros investimentos), que visam integrar o estado e sua economia ao contexto da lógica do modelo de desenvolvimento nacional. (OLIVEIRA, 2016, p. 209).

Diante disso, a aliança entre o Estado e o capital permite que os mesmos espaços agrários sejam concorridos de forma mais intensa, o que exige um novo foco em outras áreas de exploração a procura de maiores possibilidades de lucro. Além disso, a sujeição da renda da terra ao capital é crescente sendo “[...] o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa.” (OLIVEIRA, 2007, p. 12). Dessa forma, se em um primeiro momento as vantagens estavam na potencialidade produtiva da terra, agora o preço dela ganha grande importância, de modo que onde o preço é menor o capital avança mais.

Neste cenário, é evidente que a luta das comunidades tradicionais para resistir às forças econômicas tendem a se tornar mais tensa, visto que grande parte delas se encontra em áreas que antes não eram muito concorridas pelo agronegócio. A desterritorialização ocorre sustentada pelo poder político e econômico vigente e “[...] fornecem uma espécie de síntese do neocolonialismo e da violência que tem se abatido sobre as populações tradicionais nos países latino-americanos.” (XAVIER, 2015, p.79). Em consequência, as diferentes comunidades rurais precisam lançar mão dos mecanismos de resistência camponesa na luta pelo acesso e permanência na terra.

De acordo com Oliveira (2016) a luta camponesa no Tocantins tem seu surgimento influenciado por movimentos que ocorrem ainda no ex norte de Goiás. Ele cita o exemplo das ações das Ligas Camponesas na década de 1960 que organizaram os movimentos de Formoso e Trombas, dando uma balançada nas grandes propriedades rurais da região. Foram dois episódios de luta camponesa marcantes e que nortearam as gerações posteriores sobre a necessidade da resistência à formação irregular de latifúndios e à expropriação camponesa.

Um fato preocupante neste cenário histórico e nos processos atuais é que, normalmente, as tensões envolvendo camponeses e fazendeiros partem da existência de apropriação ilegal de grandes áreas de terra. “A grilagem e o apossamento foi um dos meios utilizados pela burguesia agrária para se apropriar de largas extensões de terras no Brasil em todas as regiões.” (MIRANDA; LIRA, 2015, p. 322). Esta realidade faz parte da estrutura fundiária do Tocantins, onde a existência de latifúndios irregulares é alarmante. Isto leva os trabalhadores rurais destituídos de terras e conscientes da presente contradição, estar em luta constante.

Dado o problema da questão agrária, gerado principalmente pelos latifundiários contra os camponeses e a necessidade de lutar contra essa contradição, fez com que os movimentos Sindicais e Sociais de natureza afins comprometido com a reforma agrária, se mobilizassem e lutasse. Dessa forma os movimentos Sociais e Sindicais de luta pela terra, presente no Estado do Tocantins se articularam, se organizaram com a finalidade de entrar na luta e travar o enfrentamento ora pelas vias legais ou ora pelas vias legítimas (ocupações não autorizadas), com ações pacíficas e enérgicas. (BARBOSA, 2016, p. 69).

Neste contexto, as lutas ocorrem tendo dois focos: sendo um voltado à resistência das forças capitalistas nos territórios camponeses já constituídos e outro direcionado à conquista da terra por aqueles que não a possui. Oliveira (2016) aponta que como resultado da luta camponesa o número de assentamentos tem multiplicado no Tocantins, mas, deixa claro que isso tem sido fruto de algumas ações pontuais do estado e da pressão dos movimentos sociais sobre as ações do poder público. Dessa forma, a existência de acampamentos organizados pelos movimentos sociais, sobretudo o MST, reivindicando o avanço da Reforma Agrária é constante no Tocantins.

Outra ação comum no campo da luta camponesa é a ocupação de terras improdutivas do Estado sob “domínio” irregular de latifundiários. É uma iniciativa que pode ter resultados distintos em diferentes confrontos e negociações. Dependendo da articulação camponesa e do posicionamento do poder público pode ser que ocorra um despejo forçado acompanhado de violência. Ou, na melhor das hipóteses, pode ocorrer a conquista por meio de direito de posse ou formação de assentamentos. Entretanto, a violência, em diferentes aspectos, tem sido o desfecho de muitos casos, pois o Tocantins:

[...] se destaca no ranking de violência do poder público no quesito de prisões. No ranking de violência do poder privado, no quesito assassinato, o Tocantins ocupa o 5º lugar. No quesito de prisões, o Tocantins se coloca em primeiro lugar nos remete a pensar na tese de que o governo estadual, do período de 2003, quando foram coletados os dados sobre o mapa da violência, foi altamente autoritário e repressor dos movimentos sociais no campo. (SANTOS, R.S., 2014, p. 213).

Nestes aspectos, o posicionamento do poder público, nas unidades federativas, pode ser visto como uma força de repúdio à resistência da classe camponesa, a qual bate de frente com o avanço do capital rentista expropriador e com a existência de latifúndios improdutivos. É uma reprodução da esfera nacional de poder em que o Estado como regulador das ações políticas e econômicas é contraditório aos interesses sociais emergentes. E isto faz parte de um doloroso processo histórico:

Desde 1964, justamente em face dos impasses políticos resultantes da questão agrária, que levaram ao golpe, o Estado brasileiro criou um aparato institucional para administrar a questão fundiária, de modo a que ela não comprometesse e não



comprometa os planos nacionais de desenvolvimento que a têm como um dado secundário. (MARTINS, 2004, p. 09).

Em decorrência deste mesmo posicionamento político presente no Tocantins, o avanço da Reforma Agrária ainda é muito incipiente, mesmo que alguns passos têm sido dados com a criação de assentamentos. Barbosa (2016), estudando mais a fundo esta questão, chega a conclusão que o fato do estado do Tocantins aderir uma política de desenvolvimento da agricultura capitalista impede o andamento da Reforma agrária e, conseqüentemente, da agricultura camponesa. Nestes termos, na reprodução do modo de vida camponês, a formação e resistência territorial é uma questão de luta frente ao capital privado e as decisões contraditórias ou as negligências do poder público.

Diante destas contradições, os espaços de reprodução do modo de vida camponês se formam, muitas vezes, pela conquista oriunda do protagonismo da classe na luta pelos interesses sociais. As reivindicações dos movimentos organizados ou, às vezes, de grupos isolados colocam em pauta a necessidade de decisões e resolução dos conflitos. “Neste sentido, o Estado apresenta-se como espaço de “solução” para os problemas dos seguimentos de trabalhadores excluídos do sistema econômico, social, político e cultural.” (OLIVEIRA, 2016, p. 208). A intervenção estatal, normalmente, ocorre para controlar as tensões das disputas territoriais. Entretanto, trata-se de um controle paliativo, em que na maioria das vezes, os camponeses têm seus interesses suprimidos.

Estes trabalhadores e camponeses sem terra sabem das histórias de luta para conquistar e para manter um pedaço de terra, contadas por seus antepassados e, embora saibam que historicamente o Estado tem sido incapaz de solucionar os problemas fundiários, com os recursos legais sendo definidos pelos poderosos em benefício próprio, não se cansam de lutar por transformações na estrutura fundiária deste país. (OLIVEIRA, 2016, p. 209).

Neste contexto, há muitos casos em que as iniciativas camponesas, ocorrem fora das orientações jurídicas do Estado, mas dentro da consciência da classe sobre realidade fundiária das terras reivindicadas. Com isso, em casos de ocupações de terras devolutas improdutivas que se encontram sob “domínio” de grandes proprietários, de forma irregular, a resistência dos posseiros é grande. Eles fazem parte de uma “[...] parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, “gendarmes de plantão” dos latifundiários especuladores e grileiros.” (OLIVEIRA, 2001<sup>a</sup>, p.190). Assim, esta luta consciente ocorre em todas as regiões do país.

No caso do Tocantins não é diferente a situação dos posseiros. Faltando elementos legais para a desocupação das terras onde eles vivem, duas situações são possíveis: o uso da violência pelo poder privado e público contra estes camponeses ou permanência do grupo na

área constituindo relações duradouras e se territorializando. Mas não se trata de uma territorialização integralmente pacífica. As tensões são constantes, mesmo nos casos em que os conflitos não chegam à estágio avançado, como os confrontos ou massacres.

A formação destes territórios camponeses, constituídos de posseiros, ocorre sem a intervenção do poder público, tendo algumas especificidades na trajetória de luta que só podem ser compreendidas mediante estudos de casos específicos. As forças que movem o surgimento destes grupos sociais e que permitem a permanência deles em uma determinada área de terra surgem de relações intrínsecas à referida classe. Entretanto, não se trata de elementos desligados das normativas jurídicas e políticas que abrangem a sociedade geral.

Portanto, a condição de existência do modo de vida camponês no Brasil e no Tocantins, especificamente, abrange um campo de luta no qual o poder político e econômico, assumem papel contraditório. As condições de cidadania e reprodução da dignidade humana são construídas dentro das experiências históricas e contemporâneas dos grupos sociais. Com isso, a constituição de uma comunidade camponesa e formação do seu território pode se efetuar mesmo havendo negligências do poder público quanto a esta questão.

## **CAPÍTULO II: FORMAÇÃO TERRITORIAL E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA COMUNIDADE ANGICAL**

### **2.1 Territorialização, estrutura fundiária e conflitos na Comunidade Angical**

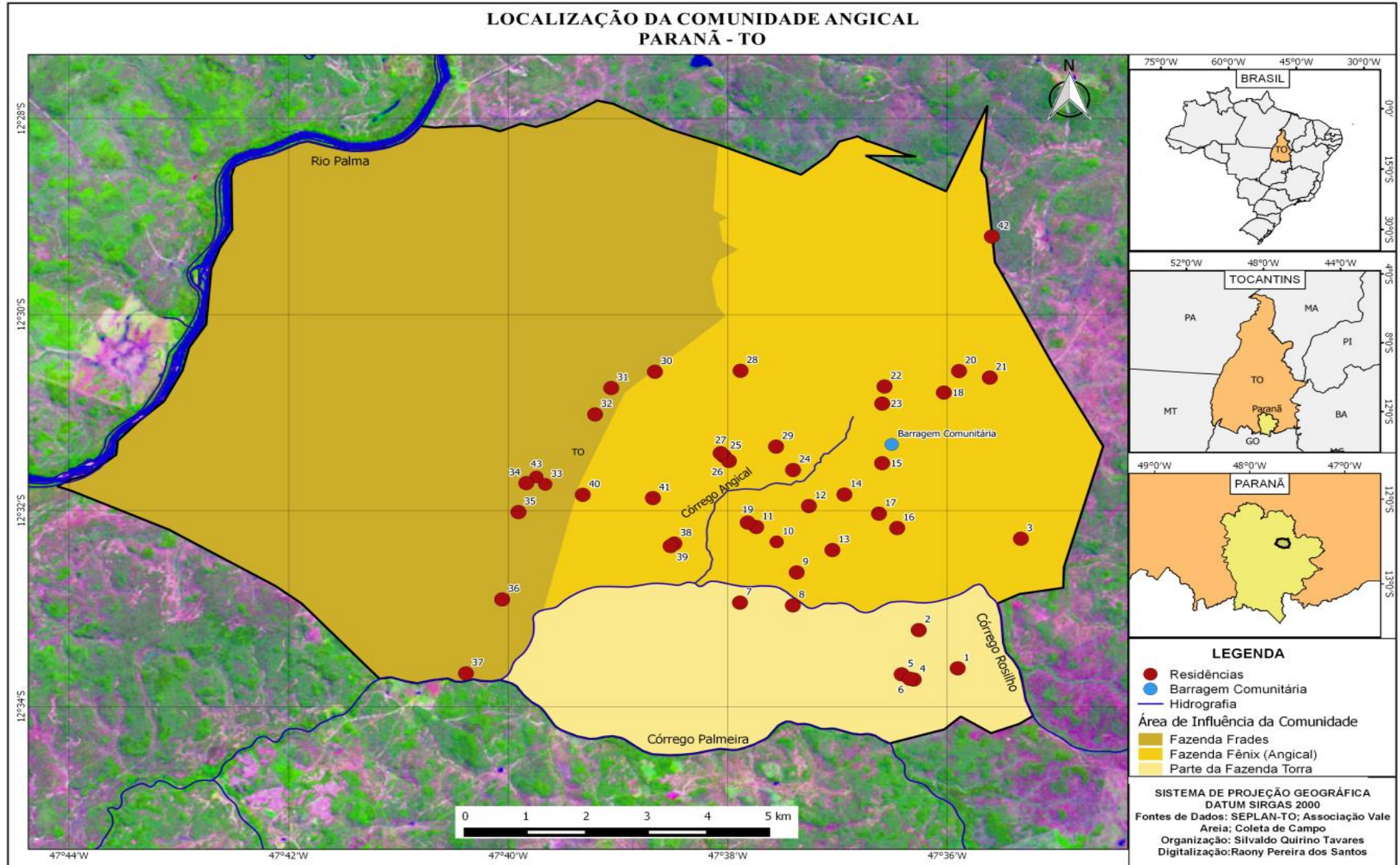
Este capítulo propõe identificar e discutir o processo de formação territorial da Comunidade Angical, tendo como ponto de partida a chegada dos primeiros camponeses na área e o crescimento do número de famílias que chegou a 43 no final da pesquisa em 2017, distribuídas conforme as localizações das residências na figura 2. Além disso, o presente capítulo tem como objetivo identificar as representações sociais do grupo estudado sobre a realidade vivenciada no espaço por ele reproduzido. Neste âmbito, seguindo o caminho teórico e metodológico definidos, produzimos as reflexões aqui presentes.

É importante ressaltar que o mapa de localização (Figura 2) mostra a localização exata de todas as residências, entretanto, não apresenta a delimitação exata da área da Comunidade Angical e nem das fazendas que abrangem sua área de influência. Mesmo diversas pessoas da comunidade tendo contribuído com as informações apresentadas no mapa não foi possível chegar ao nível de detalhes suficiente para ser uma autodemarcação. Desse modo, os aspectos mais importantes a serem considerados no mapa, além da localização, são a área de influência e a intersecção da comunidade com terras de três fazendas.

A área de influência foi identificada de acordo com as informações prestadas pelos próprios camponeses, considerando a abrangência do território reivindicado e dos conflitos enfrentados na formação e sustentação do território da comunidade. Tendo como base, também, o *Diagnóstico Fundiário do Município de Paranã (2010)*, identificamos que das quarenta e três (43) das famílias, vinte e oito (28) estão na área referente à Fazenda Fênix, que foi um novo nome dado pelo Fazendeiro que diz ser dono da área, a qual desde o início da comunidade é conhecida como *Angical*. Dentre as demais famílias oito (8) são posseiras na Fazenda Frade e sete (7) na Fazenda Torra.

O que chama mais atenção na área em conflito com a Fazenda Fênix é o fato de ela ser basicamente toda ocupada pela Comunidade Angical que é um território formado desde início do século XX. É por isso que nesta área a situação é mais tensa, sobretudo quanto a situação das residências mais dispersas e que ocupam áreas maiores, como as posses de números e 3 e 42 presentes na figura 2. De acordo com o entrevistados essas posses de áreas maiores dentro da comunidade, são frutos da compra de outras posses que foram vendidas por posseiros anteriores.

Figura 2 - Mapa de localização da Comunidade Angical



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

A segunda área da Comunidade em maior conflito é a que abrange a Fazenda Frade. Nesta o número de família é bem menor, entretanto, o fato de a referida fazenda estar entre a comunidade e o Rio Palma (8 Km da comunidade) intensifica as tensões por ser uma barreira de acesso a água para os camponeses. Apenas algumas famílias tinham acesso ao referido rio no período da pesquisa, mas sendo ameaçado de bloqueio. Com isso, o conflito territorial com a Fazenda Frade está ligado à permanência na terra e o acesso à água superficial disponível no Rio Palma.

Essa situação não é tranquila com os camponeses que são posseiros na Fazenda Torra, pois é uma área também em conflito com fazendeiros. Trata-se de duas situações em termo do tempo em que ocorreu a ocupação desta área, sendo algumas famílias residentes há décadas e outras mais recentes, com menos de uma década. Entretanto, a campo de luta é único entre todos esses camponeses, tendo como referência espacial a Comunidade Angical.

Partimos do entendimento de que a formação territorial está ligada à existência de relações entre os sujeitos que compõe o grupo social, sendo uma reprodução do espaço por meio das experiências históricas e presentes. O território, nesta ótica, vai além do poder de dominação, abrangendo também a consolidação de um modo de vida na produção do espaço geográfico. É fundamental considerar que a “formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma objetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas.” (ANDRADE, 2004, p. 20). Dessa forma, percebe-se que os aspectos relacionados à identidade dos sujeitos também assumem centralidade por meio das ações coletivas do grupo.

De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Neste contexto, a Comunidade Angical tem uma formação territorial peculiar no que diz respeito à trajetória de luta das famílias que ali residem. Tendo a formação territorial iniciada por camponeses posseiros no início do século XX, passou por momentos distintos de resistências que reporta aos diferentes momentos históricos da formação e exploração do território brasileiro. Se no início da formação territorial as primeiras famílias tinham como principal dificuldade o isolamento da área, com falta de estradas de acesso à sede municipal, esse cenário muda a partir de meado do século XX surgindo novas preocupações.

A criação de grandes fazendas no município de Paranã é outro processo histórico que acentua a partir da metade do século XX, momento em que as terras do município passam a

ser apropriadas por investidores de outros estados Sobretudo de São Paulo. As formações de grandes propriedades surgem por diferentes vias e com distintas intencionalidades. Em algumas desenvolve a agropecuária extensiva. Em outras, a terra é controlada apenas como uma reserva de valor. Essa realidade converge com o problema da concentração fundiária debatido por Jose de Souza Martins:

A concentração da propriedade da terra, nas mãos de grandes proprietários, juntamente com a concentração das unidades de produção nas mãos de pequenos agricultores, coloca-nos diante de uma situação de crise do regime de propriedade no Brasil. Isso porque não obstante a crescente concentração da propriedade, há, como vimos, ao mesmo tempo, um drástico crescimento do trabalho familiar na agricultura. É nesse contexto que o aumento da importância do trabalho familiar só pode ocorrer através de tensões e conflitos, como resistência anticapitalista, como resistência à expropriação. (MARTINS, 1995, p. 143).

Diante disso, muitos posseiros no município de Paranã - TO que até então não enfrentavam problemas de conflitos agrários, passam a serem alvos de expropriação territorial, tendo os grandes proprietários de terra com principais agentes do processo. A apropriação de grandes áreas de terra a baixo custo, por vias legais ou ilegais, tornou-se um campo de ação dos grandes fazendeiros. Esse cenário histórico transforma muitos camponeses que se consideravam donos de suas terras em posseiros ou até mesmo expropriados definitivamente das áreas onde trabalhavam.

No caso da Comunidade Angical esta expropriação não ocorreu pelo fato das famílias que ali residem terem resistido às tentativas de expulsão, como por exemplo, ameaças de fazendeiros que dizem serem donos das terras, mesmo sem apresentar documentos de regularização que comprove tal propriedade. De acordo com relatos de membros da comunidade, as pressões dos fazendeiros acontecem, mas apenas de vez enquanto com tentativa de expulsar os camponeses. Em razão disso, a permanência das famílias mais antigas e o surgimento de outras, normalmente descendentes, tem sido possível. Ainda há a permanência das práticas sociais e culturais que deram sustentação ao grupo desde sua origem.

Partindo do pressuposto de que com a chegada e adaptação houve um processo de territorialização do grupo, é importante entender como este processo ocorreu e como se encontra a questão territorial. Neste sentido, o conhecimento proveniente dos próprios membros da comunidade é fundamental. Compreender o processo histórico e o cenário presente requer o uso de saberes que vão além das discussões teóricas já sistematizadas sobre

o assunto. É preciso aproximar da realidade empírica para identificar as experiências de lutas, conflitos e reprodução social do grupo.

A chegada das primeiras famílias de camponeses na Comunidade Angical ocorreu no início do século XX. De acordo com as entrevistas realizadas (6 semiestruturadas e 19 formulários objetivos), a terra pertencia ao Estado e a principal dificuldade era adaptar com o relativo isolamento do local em relação sede municipal. O objetivo dos camponeses então, foi adaptar de acordo o modo de vida que trazia, tendo como objetivo a permanência e reprodução social naquela área.

De acordo com os depoimentos de idosos da comunidade, o primeiro morador da Comunidade Angical foi o Senhor Felix, que trabalhou como vaqueiro, no início do século XX, para criadores de gado que exploravam aquelas terras. Ele se fixou nesta terra após o fim da fazenda que ali existia e a partir daí o grupo começa a crescer lentamente, de modo que todos os moradores mais antigos encontrados durante a pesquisa eram descendentes dele. Os entrevistados afirmaram que a primeira moradia foi direito de posse transferido para o Senhor Felix, como herança do trabalho que prestou como vaqueiro ao Senhor Victor, que era o “dono” daquelas terras, até então. A gênese do grupo em estudo é uma situação difícil de decifrar na íntegra, por falta de registros, entretanto é a forma como as pessoas que moram compreendem a origem da Comunidade Angical. Uma das entrevistadas relata suas experiências iniciais na comunidade da seguinte forma:

Quando eu cheguei pra aqui só tinha Abel e Petronília mais Neuzinho. Bertulina mais Celino, eles tinham aquela casa ali mas eles eram vaqueiros nas Crafbas. Depois é que eles voltaram pra aqui. Também as pessoas que tinham aqui era eles aí. E Neuzinho do outro lado, que eles vieram pra aqui rapazinho novo, sabe? Onde minha mãe convidou Sarafim. Ele morava no Bom Jesus. Falou: Sarafim vamos embora voltar pro Angical? Ele não quis. Ele era vaqueiro da velha Josa. Diz: Há cê não vai eu vou. Ela me contava isso milhares de vezes. Aí ela veio mais Neuzinho e Abel. Aí eles fizeram essa casa aí. Aí Neuzinho foi morar lá na sede velha do pai dele, que é aonde Loro tá. Que ali era a sede velha do meu sogro. Aí ela Petronília ficou aqui mais ele, Abel. E aí aqui ele casou e teve todos os filhos aqui. 16 filhos morando aqui. Só uma menina que meu pai panhou pra criar, mas ela estava desse tamanho assim, quando meu pai panhou. Mas criei todo mundo e aqui eu estou. E aqui ele foi enterrado. Ele morreu aqui e foi enterrado bem ali embaixo. Só tinha só Bertulina aí, depois é que foi espalhando, Domingo Vermelho pra acolá, Augusto pra acolá. E foi rendendo, né? Foi espalhando. Compoca Zacaria chegou fez um sitiozinho pra acolá. Já é mais afastado um pouco mais é tudo da região. A velha minha cunhada pra ali, a velha Eva. Tudo é parente tudo pertinho. Mas não tinha ninguém depois é que foi chegando. Foi chegando, agora olha o tanto de gente que já tem, né? (T.S.A., 72 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada em 2017).

Nesta fala da entrevistada T.S.A., percebe-se a forma como os primeiros moradores da comunidade chegaram. Percebe-se, na narrativa, que há relações de parentescos entre todos

que compõem o grupo social, inicialmente formado a partir de um núcleo familiar. Possivelmente, este foi um dos fatores que possibilitaram a aglomeração dos posseiros na área de terra, mesmo tendo que enfrentar dificuldades de diversas naturezas. Além disso, pode ter contribuído também para o retorno de alguns que saíram à procura de emprego em fazendas distantes.

Outro aspecto importante no depoimento da entrevistada T.S.A., é a questão da necessidade de permanecer na terra e nela reproduzir o modo de vida, um fato que ocorre quando a identidade camponesa está presente. Isto pode ser percebido ao observar a trajetória daqueles que saíram da comunidade para ser vaqueiros em grandes fazendas no município e em pouco tempo retornaram para construir suas residências na Comunidade Angical. Este fato vai de encontro às ideias de Oliveira (2007), quando afirma que, às vezes, a migração é uma alternativa que os camponeses têm para ter acesso à terra. Neste processo percebe-se a dimensão do esforço dos camponeses para manter sua autonomia dentro das condições sociais do modo de vida da classe.

Nos relatos dos idosos entrevistados é possível entender que a decisão de permanecer na determinada área parte da demanda que tinham de terra produtiva para morar e produzir. Com isso, muitos sacrifícios foram necessários, principalmente, pelos primeiros que chegaram, mas tendo como pretexto conseguir condições de reprodução social, sem ser explorados nas relações do trabalho assalariado vigentes nas fazendas. Além disso, alguns tentaram adaptar em outras terras e produzir na condição camponesa, mas não conseguiram condições de vida satisfatórias e retornaram. Podemos perceber isso nos relatos feitos por um dos camponeses mais antigos da Comunidade Angical que foi entrevistado no povoado Bom Jesus das Palmas, para onde havia mudado recentemente:

Eu nasci e criei lá. Tanto que eu fiquei fora dali não chegou três anos. Quando tava pra completar três anos eu ia voltando pra ali sozinho. Eu tava num lugar chamado Buriti. Mas lá só tinha necessidade e o gadinho era de cinco donos, três vendeu ficou só dois. E o Sarafim berrado lá. E aí eu fiquei quase três anos fora, voltei pro Angical denovo. Depois que eu voltei eles foram juntando. Foi primeiro Duca, depois foi Selino e foram juntando lá em roda até que ficou povoado. Mas esses mais velhos tudo deu certo. (N.R.A., 80 anos, camponês ex-morador da Comunidade Angical, entrevistado em 2017).

A adaptação destes camponeses no território que se formava ocorre em razão do grupo já ter chegado munido de saberes que permitiram a produção agrícola de subsistência. Naquele período, de acordo com os depoimentos dos idosos da comunidade, não havia ainda problemas quanto à questão climática e havia disponibilidade de terras produtivas que não demandavam usos de recursos tecnológicos. Desse modo, o sucesso na produção de



alimentos, mesmo com o emprego apenas de técnicas tradicionais, foi uma das bases que sustentaram as famílias durante décadas. Nestes aspectos merece atenção a visão de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, ao dizer:

O camponês é um dos tipos humanos que melhor realiza a relação homem natureza, pois dada sua perspectiva de produção da vida material e simbólica assume papel fundamental na constituição de diferentes modos de existência, na complexidade das relações sociais do mundo atual, especialmente sua capacidade de produção e reprodução cultural a partir de seus diferentes modos de reorganizar a vida e o trabalho, produzindo material e simbolicamente formas de existências que o colocam como parte de um processo social mais amplo na sociedade. (OLIVEIRA, 2001 b, p.182).

Foi em razão desta identidade com a classe a que pertence, que os camponeses da Comunidade Angical conseguiram estabelecer estratégias e organizar-se diante das condições sociais vigentes no momento que chegaram. O histórico de luta destes camponeses se caracteriza por diferentes períodos de resistências para conseguirem permanecer na terra e produzir os bens necessários à uma vida digna. Com isso, no período de ocupação e formação do território as dificuldades foram diferentes de outras que surgiram posteriormente.

Outro fator que possibilitou a permanência dos primeiros camponeses que chegaram no local foi a condição de acesso à terra que se dava sem haver qualquer conflito com possíveis donos da área. Os idosos da comunidade relatam que permaneceram algumas décadas sem serem perseguidos. Viviam em um ambiente de paz que motivava a luta contra as dificuldades de outras naturezas que eram obrigados a enfrentar.

Este cenário de relativa paz no campo, só era possível porque no momento histórico em que o município de Paranã se encontrava a disputa por terra era menor. Mesmo sendo basicamente todas as terras do município já confiscadas por algum “proprietário” regular ou irregular, os posseiros conseguiam entrar para produzir sem haver conflitos, vistos que em alguns casos as terras se encontravam em situação de abandono e sob domínio do Estado. Sendo terras devolutas ou não, era possível haver a ocupação pacífica em grandes áreas improdutivas. Neste contexto, no cotidiano do camponês posseiro, às vezes, o principal problema enfrentado era a falta de vias de acesso à cidade, que sempre foi um espaço complementar das relações sociais desenvolvidas no campo.

No caso específico da Comunidade Angical, a distância de 40 Km da sede municipal, que era o centro urbano mais próximo, foi uma questão que demandou esforço no tráfego dos camponeses durante décadas, pois a necessidade de acesso a alguns recursos essenciais sempre exigiu o deslocamento para a cidade. O deslocamento até a cidade era caminhando ou a cavalos, que era o meio de transporte acessível. Neste período a inexistência de estradas

adequadas para o tráfego de veículo era uma realidade comum no município. Além disso, a frota de veículo existente não era suficiente para suprir a demanda até por volta dos anos 1990, pois apenas algumas pessoas da elite política e econômica possuíam automóvel. Com isso, a territorialização dos primeiros habitantes foi acompanhada de dificuldades que foram sendo superadas concomitantemente com o surgimento de outras.

Os problemas multiplicam com o advento da valorização das terras no município, principalmente a partir de 1980, momento em que surgem grandes latifúndios englobando áreas ocupadas historicamente por camponeses, sem os considerar no processo de delimitação. Assim, as famílias da Comunidade Angical, existentes no momento da pesquisa, passam a viver um drama diferenciado das experiências que alguns dos seus antecedentes viveram. Elas lutam para resistir às forças expropriadoras e manter o controle sobre o território que se consolidou por meio de suas práticas sociais.

Com a expansão do capitalismo agrário a concentração da propriedade da terra se torna uma questão complexa, sobretudo no final do século XX em que cresce o número de grandes fazendeiros delimitando suas áreas. O objetivo destes proprietários no município de Paranã-TO, na maioria dos casos, nunca foi explorar a terra como um meio de produção e nem a usar para explorar a força de trabalho. O foco foi ter a terra apenas como reserva de valor para vendê-la por altos preços no futuro. Trata-se de uma estratégia que José de Souza Martins considera uma contradição dentro do sistema capitalista. Sobre isso ele faz a seguinte explicação:

Esse é o motivo pelo qual quando o capitalista compra a terra não é porque esteja, como senhor feudal, interessado na terra em si: o que ele efetivamente compra é a renda da terra, o direito de se assenhorear de uma parte da mais-valia social. Neste sentido, a terra também é diferente do capital. Mesmo que o proprietário não ponha sua terra para trabalhar, ainda assim ela lhe dará direito de se apropriar de uma parte da riqueza socialmente produzida. Quando o proprietário diz que sua terra está “valorizando” ele denuncia exatamente o caráter irracional da propriedade fundiária: como pode a terra valorizar-se se ela permanece improdutiva, se ela não incorpora trabalho, se não desenvolve produto? (MARTINS, 1995, p. 166).

É com foco no lucro gerado através da venda da terra que os grandes proprietários avançam no processo de regularização de suas áreas causando a expropriação dos camponeses posseiros. Esta contradição se efetiva no município de Paranã de forma violenta em algumas fazendas, tendo trabalhadores rurais com suas casas destruídas no processo de desapropriação. Na Comunidade Angical, de acordo com as entrevistas realizadas, frequentes ameaças tem sido a preocupação principal de todos os camponeses. No entanto, eles permanecem firmes na terra dispostos a lutar pela permanência definitiva no território.

Uma questão que deixa todos os camponeses em dúvida é a veracidade da documentação usada pelo fazendeiro para confirmar propriedade da terra. Tratando de uma área ainda considerada irregular, tendo sido apresentado apenas título paroquial como documento, segundo os posseiros, não é possível entender como se processaria a legalidade de um eventual reintegração de posse. Assim, no momento da pesquisa, a questão da regularização parece apresentar impasses tanto para os camponeses como para o fazendeiro, que afirma ser proprietário das terras.

O histórico de regularização da Comunidade Angical é uma questão emblemática. O que as famílias existentes sabem é que no início havia o pagamento de um “*talão*” (boleto) anual para o estado como condição de permanência na terra. Entretanto, há muito tempo, por determinação do poder público, deixaram de pagar a referida taxa. Diversos camponeses relataram sobre isso, mesmo não sabendo decifrar de modo detalhado a natureza deste documento, do qual foi encontrado um exemplar, mas ilegível por estar deteriorado pelo tempo.

Surge, então, uma dúvida: Como poderíamos entender a relação dos posseiros diretamente com o órgão de controle do Estado sem haver o reconhecimento deles ao passar o poder das terras para um proprietário definitivo? É uma situação que nos leva a entender que possivelmente a aquisição da terra não tenha passado pelo devido processo legal nos órgãos públicos de controle fundiário. Com isso, o que é possível compreender é que a ocupação territorial e a resistência dos camponeses da Comunidade Angical têm razão para existir desde o início.

A partir do momento em que os camponeses pararam de pagar taxas<sup>4</sup> anuais ao Estado os primeiros ocupantes desta área de terra e seus descendentes continuaram nela na condição de posseiros. O número de famílias foi crescendo, mas mantendo o uso coletivo da terra até por volta de 1990, quando começa a ocorrer a divisão da terra em pequenas “propriedades” familiar. A questão da regularização fundiária passa a ter uma nova fase. Se no início tratava-se de uma quitação com estado, agora a documentação das posses tornou-se o foco principal para todos.

Os posseiros entendem que há possibilidade de regularização de suas áreas, entretanto, além dos conflitos com os fazendeiros, os custos em cartório são vistos como uma das dificuldades em razão da renda das famílias não favorecer esse processo. Dessa forma, o

---

<sup>4</sup> Não foi possível decifrar, na íntegra, o teor da referida taxa, em razão de não haver documentos legíveis a respeito. Entretanto, foi visualizado um boleto da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, de 1930, já deteriorado. De acordo com camponês que estava com o documento, um dos moradores mais antigos, tratava-se de um exemplar do talão fundiário que era pago ao Estado.

principal avanço que tem ocorrido na maioria dos casos é no que refere à demarcação e o georreferenciamento. No momento da pesquisa estes dois procedimentos já tinham sido realizados por alguns dos posseiros, pela a necessidade de ter o mínimo de segurança contra a invasão de suas áreas.

Com esta preocupação, o cercamento passa a ser uma necessidade para todos os membros da comunidade. Ao cercar as áreas de terra que os pertencem, os camponeses se consideram protegidos da entrada de pessoas estranhas. Entendem que passam a ter mais domínio sobre a terra e resistência contra a pressão dos grandes fazendeiros. Em razão disso, até mesmo as novas residências instaladas no interior da Comunidade passaram a ter a construção de cerca como parte inicial da construção. A figura 03 mostra exemplo de um sítio<sup>5</sup> de um dos filhos de uma das moradoras mais antigas da comunidade. No momento da realização da pesquisa ele estava construindo a cerca da sua área de terra, para posteriormente iniciar a construção da casa. Isso deixa claro o quanto se tornou forte a questão do domínio e da propriedade sobre a terra, mesmo pelos camponeses.

**Figura 3 - Construção da cerca de um sítio na Comunidade Angical**



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

<sup>5</sup> De acordo com Woortmann (1990), no campesinato a palavra *sítio* pode ser compreendida de três formas, considerando ao nível de abrangência: Primeiro, o termo tem um sentido amplo significando um “*espaço onde se reproduzem socialmente várias famílias de parentes*”. Em um segundo lugar significa “*uma área de terra trabalhada por uma família, idealmente localizada dentro do sítio em sentido amplo*”. Já em terceiro lugar o *sítio* significa o conjunto casa-quintal, aproximando-se seu significado do de *chão de morada*”. No caso da Comunidade Angical o significado de *sítio* é uma junção do segundo e terceiro apresentado do pelo autor, ou seja, compreende a combinação da *terra de trabalho* com o *chão de morada*.

Como é possível ver na figura 3, a questão da demarcação territorial, no que refere à base material é bem intensa, pois a necessidade de controle sobre a posse individual é clara. O fato de a área ser conflituosa leva os posseiros à necessidade de fazer a delimitação de suas posses mesmo estando ainda pendentes quanto ao processo de regularização.

De acordo com as famílias entrevistadas, a regularização individual das posses tem sido uma questão complicada, por algumas razões bastante complexas. Primeiro porque o processo de demarcação das áreas pertencentes a cada família tem sido complexo. Segundo porque o custo para fazer a documentação é elevado, saindo do orçamento da maioria dos posseiros. E um terceiro motivo é o fato de haver fazendeiros e latifundiários também tentando regularizar toda a terra a seu favor, por dizer ser donos de uma grande área que engloba também a Comunidade Angical.

Assim, a *declaração de posse*, emitida pelo Incra – Instituto de Colonização e Reforma Agrária, é o documento que quase todos possuem, o qual é usado em situações burocráticas enfrentadas no acesso às políticas públicas. Entretanto, em algumas situações este tipo de comprovação não é suficiente, como por exemplo, no caso de alguns financiamentos necessários para melhoria da produção agrícola. Desse modo, a falta de um documento definitivo vem sendo preocupante para as famílias em vários aspectos.

Diante destes impasses no processo de documentação, a vulnerabilidade do território camponês acaba sendo maior quanto à perseguição de alguns grandes proprietários que vêm tentando organizar documentos para comprovar-se com os proprietários definitivos das terras. Desse modo, uma grande preocupação dos camponeses da Comunidade Angical é a regularização de suas posses de modo que possam ter mais segurança quanto à permanência na terra.

Outra dificuldade enfrentada na luta pela terra na Comunidade Angical, sobretudo no processo de viabilização da regularização fundiária, é a falta de assistência jurídica por parte dos camponeses. Foi possível perceber este fato nas conversas realizadas durante a pesquisa na comunidade. Entretanto, foi notável o início de uma força de mobilização mais conjunta para tentar resolver esta situação, pois a maioria das famílias começa a ver a luta pela terra como um objetivo do grupo e não apenas de alguns que são mais ameaçados.

## 2.2 Novas famílias e novas demandas por terra

O surgimento de novas famílias na comunidade, formadas por filhos, netos e demais descendentes dos primeiros camponeses que chegaram na comunidade gera novas demandas por terra. Com isso surge uma questão complexa, em que parte deles decide construir suas residências dentro da área da comunidade mesmo sem ter o apoio de todos os posseiros já existente. Isto acaba gerando conflitos internos, os quais dificultam a articulação coletiva no processo de luta contra as forças expropriadoras externas.

Por outro lado, existem aqueles que decidem sair da comunidade e mudam para cidade, por não ter onde se instalar no campo na condição camponesa. Além disso, alguns decidem enfrentar a luta pela terra em outras áreas improdutivas, em processo de ocupação, consideradas de domínio público. Esta realidade condiz com o que Oliveira (2001) fala sobre os problemas do minifúndio para a reprodução do campesinato, ao afirmar que:

Certamente a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que o levará à cidade, ou a estrada que o levará à luta pela reconquista da terra. (OLIVEIRA, 2001, p. 188).

Neste contexto, algumas das novas famílias que surgem na Comunidade Angical não terão lugar dentro dela, pois a divisão das posses se encontra em processo conclusivo. Sendo a maioria das posses pequenas e com área de terras férteis, normalmente, limitadas ao uso de uma família. Neste aspecto, começa a ficar inviável a formação de novas posses a partir da fragmentação das existentes. Este processo ainda é possível apenas em alguns casos em que a dimensão da área da posse permite.

Durante entrevista com um ex-morador mais antigos da Comunidade Angical que mudou para o Distrito Bom Jesus das Palmas, ficou claro a dificuldade que passam ao ter que fracionar a terra que está sob posse de seus descendentes. Ele relata a forma como suas terras foram diminuindo com a entrada de novos moradores posseiros e com a formação de novos núcleos familiares oriundos dos seus filhos:

De jeito que a gente foi perdendo até o gosto Dali. Inclusíve eu. Surgiu uns fuázinhos assim sobre terra. Uns queria mais que do que outros e foi tomando, foi tomando. Até os meus direitos tomou quase tudo. Eu fiquei ali com 20 alqueires de chão. Já os filhos também foi crescendo, os que já estava criado, uns três. E foi aumentando. Foi tirando, tirando, até que eu fiquei com um taquim, só aquele miolinho lá (N.R.A., 80 anos, camponês ex-morador da Comunidade Angical, entrevistado em 2017)



Este ex-morador deixou claro ao longo da entrevista que na divisão de sua terra entre os filhos foram formadas diversas posses pequenas. Conforme os dados objetivos colhidos em campo estas posses variam entre 20 e 40 hectares cada. São áreas que não poderão ser divididas entre os futuros descendentes familiares, na condição produtiva que os atuais camponeses vivem. Dessa forma, podemos entender que a luta pela terra será permanente. Tanto os posseiros atuais para permanecer onde estão quanto as novas gerações para ter acesso a uma área de terra terão que esforçar muito e ter muita resistência às forças capitalistas concentradoras da propriedade da terra.

Além da área das posses serem pequenas, o processo de cercamento das propriedades, que os camponeses passam a ver como necessidade inevitável, elimina a possibilidade de uso coletivo da terra, como ocorreu durante décadas. Se antes todos podiam criar um pequeno rebanho de gado em uma área compartilhada, hoje cada família precisa ter suas pastagens próprias, como é possível ver na figura 4. Estas alterações podem delimitar a quantidade de famílias na comunidade.

**Figura 4 - Gado em roças de pasto na Comunidade Angical.**



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

Em razão disso, alguns jovens ao constituírem novas famílias, são obrigados a morar em outros lugares onde possam produzir ou trabalhar como assalariados para obtenção da renda necessária ao sustento familiar. O caminho da cidade, muitas vezes, é o primeiro a ser procurado na intenção de resolver a questão da moradia, na busca de emprego, acesso à escolas para crianças, dentre outras razões cruciais. Este destino varia entre diversas cidades e estados, tendo predominância os estados de Goiás e Tocantins.

É notável, ao observar e conversar com esses camponeses, a importância que eles dão ao modo de vida camponês, mesmo quando são obrigados a aderir permanente ou temporariamente a outras relações sociais e de trabalho. Mesmo aqueles que mudam para a cidade não abandonam definitivamente as práticas que antes fizeram parte das suas atividades cotidianas. Há diversos casos, em que o camponês que muda para cidade e fica esperando a oportunidade para readquirir o modo de vida da classe. E essa oportunidade tem como ponto de partida o acesso a uma área de terra para reproduzir-se socialmente.

Aqui, colocamos em pauta a questão da continuidade do enfrentamento da luta pela terra em outros lugares, pelos camponeses que foram expropriados do território de origem. No município de Paranã há uma luta bastante significativa da *Associação de Produtores Rurais Vale Areia*<sup>6</sup> que surge por meio da luta de diversos trabalhadores rurais sem terra que há muito tempo moram na cidade. Eles ocuparam uma área improdutivo de domínio do Estado, mas em conflitos por haver um suposto proprietário lutando pela regularização a seu favor.

Este fato pode ser visto como um exemplo do processo que ocorre na trajetória dos camponeses que migram para a cidade por não ter alternativa de permanência no campo. No caso do município de Paranã, e de modo específico, na Comunidade Angical. Até mesmo aqueles que nasceram na comunidade e dela saíram, as vezes demonstram a identidade com o modo de vida camponês. É possível identificar isso pelo fato de alguns que saem para outros lugares, assim que têm oportunidade, voltar a morar na comunidade.

Este processo ocorreu com alguns filhos do ex-morador N.R.A., que voltaram para a Comunidade Angical para cuidar do sítio do pai quando ele se mudou para a cidade. Nas narrativas fica claro o modo como ocorreu a divisão da propriedade entre os filhos e o próprio pai. Os acordos na família ocorreram de modo que nenhum precisou romper definitivamente o vínculo com a comunidade. O entrevistado explica que ele precisou mudar para a cidade, por motivos particulares, ocorreu da seguinte forma:

---

<sup>6</sup> A *Associação de Produtores Rurais Vale Areia* foi criada para reforçar a luta pela terra na ocupação realizada na proximidade da cidade de Paranã, na margem esquerda do rio Paranã. Entretanto a associação foi ampliada para outras áreas do município, tendo, inclusive, grande parte dos camponeses da Comunidade Angical associados a partir de 2017.



Depois minino<sup>7</sup> tava trabalhando lá em Campos Belos, ele veio, diz: Não. Não vou deixar acabar não. Mas não está dando mais vantagem não porque só ficou o miolinho. Mas é lá mesmo, eu faço parte. Eu já tinha dois alqueires e meio de pastos aí eu criava. Já tava com nove anos com meu gadinho fechado. Gordo, bem tratado. Mas era pouquinho. Aí ele chegou tomou de conta aumentou os pastos. Falei com ele que não queria nada. Mas aqui as cabeças dos mais velhos é sempre assim mesmo. Aí já ele lembrou dos irmãos, que eu nem pensava, pra mim só era ele (Risos). De modo que ele fala, depois que apurou tudo, mediu. Fala que eu tenho cinco alqueires lá ainda. Não sei o quê que eu quero com isso. (Risos). Já tô mesmo lá no fim da corda, daqui pra lá não cálculo de voltar. Falei não, cê zelando dos meus bichinhos lá já tá bom demais. Aí eu ajudo. No que precisar lá cê me fala. Ele me fala e eu ajudo ele. O que eu posso eu faço. (N.R.A., 80 anos, camponês ex-morador da Comunidade Angical, entrevistado em 2017)

Esse relato nos mostra o quanto a possibilidade de acesso à terra influencia na trajetória dos camponeses. Eles migram a qualquer momento ao ver a possibilidade de reproduzir o seu modo de vida trabalhando na terra. O caso citado não é o único, pois já ocorreu essa divisão das terras e retorno dos filhos em outras famílias. A tendência é continuar esse processo aumentando o número das posses e diminuindo os tamanhos das áreas enquanto for possível. Durante a pesquisa foi possível verificar que a resistência movida pelo interesse de permanência na área é crescente entre os posseiros.

Os jovens camponeses incorporaram as práticas sociais da comunidade de tal modo que mesmo saindo da comunidade definitivamente, ainda preferem manter o vínculo. Seja por meio de interação com os parentes que vivem na comunidade ou por outras vias de participação da vida camponesa, como por exemplo, participando das manifestações religiosas e culturais locais. Desta forma, as relações de parentesco são fundamentais por, muitas vezes, facilitar o diálogo na busca de interesses comuns e permitir a convivência entre os moradores fixos e os que vivem temporariamente em lugares diferentes, como os jovens que saem para estudar em outras cidades.

Conforme as conversas realizadas com as famílias na Comunidade Angical, quase todas têm alguma relação de parentesco. Entretanto, essa proximidade familiar influencia de duas formas na resolução de conflitos internos. Por um lado, isso cria um vínculo comunitário maior entre todos, que os levam a evitar decisões radicais na resolução de conflitos. Por outro lado, o parentesco pode dificultar o uso dos recursos jurídicos, quando precisam resolver situações mais complexas. O ato de *colocar na justiça* os problemas que envolvem parentes é visto como uma falta de bom senso.

Com isso, há o entendimento, por alguns entrevistados, que o parentesco não permite a resolução dos conflitos mais tensos, como no caso de discordância na divisão das posses. As

---

<sup>7</sup> “menino” refere-se ao filho do entrevistado, que voltou para sua residência na Comunidade Angical.

tomadas de decisões nestas situações ficam prejudicadas, por ser levado em consideração o vínculo familiar. Percebemos, então, que mesmo diante da divisão das áreas dos posseiros, eles não rompem completamente as relações de solidariedade.

Sobre a questão da solidariedade, Woortman (1990) esclarece que na cultura camponesa as relações de parentesco ajudam resolver os problemas do grupo de modo que todos tenham autonomia no processo. Estudando sobre comunidades camponesas das regiões Sul, Nordeste e da Amazônia, ele percebe que o parentesco está na base da organização social e da constituição dos territórios camponeses. Discorre que a ideia de dominação de um sobre o outro é evitada, até mesmo nas relações de trocas de trabalho e dos produtos do trabalho, que não ocorre dentro da lógica mercantil convencional.

Na Comunidade Angical as relações de parentescos são nítidas e constitui um elemento das interações sociais que ajuda na sustentação do modo de vida ali consolidado. A resistência aos problemas locais e às forças antagônicas externas pode estar ligada também às relações de parentescos, pois a preocupação de uma família com a outra é bastante presente. Neste sentido, mesmo que haja pequenos conflitos eventuais entre os próprios camponeses, há uma relação de solidariedade entre eles que é fundamental para a trajetória de luta e manutenção das práticas sociais desenvolvidas.

Outra questão importante na estrutura da comunidade é a venda das posses, mesmo sendo uma prática em declínio. Em períodos anteriores, aconteceu de alguns posseiros desistirem de suas posses, por problemas familiares particulares, vendendo-as para pessoas que até então não faziam parte da comunidade. Este processo gerou alguns descontentamentos pelo fato de alguns moradores mais antigos temerem a entrada de outras pessoas. Entretanto, isso não causou grandes problemas, pelo fato de tal prática não ter avançado muito na comunidade. Conversando como um dos moradores mais antigo sobre essa questão ele diz o seguinte:

Graças a Deus está bem mais sossegado. Entra pessoas de fora, mas não chega estar aborrecendo ninguém não. Ali mesmo tem um rapaz que não é daqui. É morador novo, mas nunca aborreceu ninguém aqui com nada. (E.C.G., 70 anos, camponês da Comunidade Angical)

Como está neste depoimento, não há problemas de convivência entre os novos moradores. Entretanto, a venda dos direitos de posse para pessoas desconhecidas é um fato que preocupa alguns membros da comunidade. Embora seja uma prática pouco presente, tendo ocorrido poucos casos, até então, há preocupação daquelas famílias mais conservadora quanto á entrada de novas lógicas de vida. Temem, também, que na abertura para a entrada de

um número maior de pessoas de fora, possa entrar posseiros com intencionalidades distintas dos interesses locais.

Por esta razão, nas conversas com os camponeses da comunidade, durante trabalho de campo, foi possível perceber que a maioria deles passou a evitar a venda de qualquer área do direito de posse, precavendo conflitos com proprietários novos que podem ter outras intencionalidades. Entendem que os interesses de quem faz parte historicamente da Comunidade Angical são mais específicos do grupo. Enquanto lutam para manter o modo de vida existente, aqueles que tentam entrar podem ter interesses contrários.

Em decorrência deste fato, alguns camponeses resistem em fornecer informação sobre a Comunidade, sobretudo para pessoas estranhas, pois temem serem vítimas de qualquer tipo de ciladas ligadas à questão da terra. Isto mostra que há um interesse, por parte deles, de que todos permaneçam e resistam às pressões dos fazendeiros e do capital especulativo sobre suas terras. Desse modo, podemos perceber a existência de estratégias de controle dos camponeses sobre a terra diante das armadilhas expropriadoras que surgem.

Na interpretação da formação do território, a forma como os processos históricos são compreendidos pelo grupo social é uma via de entendimento sobre as práticas desenvolvidas no campo de lutas e resistência, diante das adversidades encontradas nas experiências de vida. A partir daí as representações sociais dos membros da Comunidade Angical sobre a realidade local e os processos históricos de formação territorial oferecem elementos cruciais para o entendimento das relações internas e externas que sustentam ou desequilibram o modo de vida camponês estabelecido no lugar. Portanto, o viés metodológico das representações sociais contribui com a discussão desenvolvida trazendo contribuição dos próprios sujeitos na interpretação das suas práticas sociais.

### **2.3 As representações sociais dos camponeses sobre o modo de vida na Comunidade Angical**

As representações sociais dos camponeses da Comunidade Angical são vistas nesta pesquisa como uma possibilidade de um entendimento melhor sobre as experiências vivenciadas pelo grupo. Uma das intenções principais ao optar por tal abordagem é possibilitar participação dos sujeitos sociais na explicação sobre organização das práticas sociais desenvolvidas por eles. Relacionar a discussão teórica com o conhecimento popular, baseando na vivência é um delineamento que entendemos como adequado, considerando que:

A teoria das representações sociais é uma teoria sobre o conhecimento social. Ela aborda a construção e transformação do conhecimento social em relação a diferentes

contextos. O conhecimento social pode se referir a qualquer conhecimento, mas a teoria é especialmente preocupada com o fenômeno das representações sociais, que compreende conhecimentos produzidos e na vida cotidiana. Nesse sentido, a teoria das representações sociais pertence a uma tradição que eu chamo de fenomenologia da vida cotidiana buscando compreender como pessoas comuns, comunidades e instituições produzem conhecimento sobre eles mesmos, outros e a multidão de objetos sociais que são relevantes para eles. Como outras disciplinas vizinhas, compartilha um interesse em trazer à luz a estrutura de visões de mundo, de crenças e formas de vida que podem produzir uma teoria da vida cotidiana e a conhecimento que produz. (JOVCHELOVITCH, 2007, p. 40).

Este viés investigativo pode possibilitar uma compreensão mais aprofundada sobre a realidade prática e as ações coletivas do grupo em estudo. É uma condição para entender melhor a forma de organização comunitária nas relações internas e externas do cotidiano. “A representação que elabora um grupo sobre o que deve realizar, define objetivos e procedimentos específicos para seus membros.” (JODELET, 2010, p. 470). Desse modo, a forma como uma comunidade compreende suas experiências tem uma influência significativa nas decisões tomadas pelos sujeitos que a compõem. Portanto, a estruturação do modo de vida e a constante reconstrução do espaço geográfico também recebem tais influências.

É importante considerar que na abordagem das representações sociais sobre o espaço, o entendimento construído no campo intelectual deve estar articulado com aquele produzido ao nível das práticas sociais e do cotidiano. Neste aspecto, é fundamental lembrar das três dimensões de compreensão do espaço que Henri Lefebvre sistematizou em sua obra *A produção do espaço*. O autor explica tal questão da seguinte forma:

A triplicidade: percebido-concebido-vivido (espacialmente: prática do espaço – representação do espaço – espaço de representação) perde seu alcance caso se lhe atribua estatuto de um “modelo” abstrato. Ou ela apreende o concreto (e não o “imediato”), ou ela tem uma importância apenas reduzida, a de uma mediação ideológica entre muitas outras. É imprescindível que o vivido o concebido, o percebido sejam reunidos de modo que o “sujeito”, o membro de determinação grupal social, possa passar de um ao outro sem aí se perder. (LEFEBVRE, 2006, p. 68).

Podemos perceber, na fala do autor, que é dada uma importância significativa em manter a harmonia como os sujeitos sociais ao estudá-los. É necessário que a construção simbólica e codificada do espaço não seja direcionada apenas pelas percepções daquele que olha de fora para dentro. Considerando isso, a identificação das representações sociais dos camponeses da Comunidade Angical tem como pretensão entender a identidade do modo de vida, tendo o grupo social como principal fonte informativa, pois:

Representações sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas ciências sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explica-na,

justificando-a, ou questionando-a. Enquanto material de estudo essas percepções são consideradas consensualmente importantes atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social. (MINAYO, 2009, p. 89).

Considerando a potencialidade deste “*conteúdo do pensamento*” citado por Minayo (2009), as entrevistas semiestruturadas permitiram explorar o conhecimento popular dos membros da comunidade estudada. A disposição e sinceridade dos camponeses e camponesas em expor suas ideias a respeito das experiências históricas e presentes possibilitaram a identificação deste conhecimento e dos elementos centrais do modo de vida existente. Em consequência disso ocorre a identificação das representações sociais por meio de entrevistas semiestruturadas.

Durante os diálogos abertos com diversos camponeses e as entrevistas gravadas com idosos da comunidade foi possível identificar alguns elementos das representações que eles têm sobre a Comunidade Angical. Sobre o que eles acham da vida naquele lugar, as respostas dos camponeses e camponesas entrevistados foram parecidas. Alguns depoimentos são destaques sobre esta questão:

Eu antigamente meu filho, eu falo ocê a verdade, aquele tempo já foi, né? Angical por um lado pra mim foi bom, e hoje tá assim um pouco diferente mais dá prá gente sobreviver, né? Vai levando a vida, né? E aquele povo mais velho foi acabando tudo, aqueles novatos uns é assim outros é assado, mas cada um está sobrevivendo nas casas, né? É como diz, vai levando a vida. Não sou de mal com ninguém, graças a Deus não. Graças a Deus eu não sou de mal com ninguém aqui. (T.S.A., 72 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada em 2017).

Eu gosto daqui. É bom, né? O lugar é bom, né? Eu gosto daqui. Pode dizer que fui nascido e criado aqui, né? Nós morou lá pra esses lados de Bom Jardim muito tempo, mas foi criado aqui mesmo. Trilhando daqui pra lá. Gosto daqui do lugar, demais. O lugar é bom é tudo família, né?. (E.C.G., 70 anos, camponês da Comunidade Angical).

Nas falas dos idosos é possível perceber a memória de um tempo passado que foi considerado melhor que o momento presente, como está na fala da entrevistada T.S.A. As comparações feitas nos mostra que experienciam mudanças nas condições de vida em vários sentidos. Dentre eles, as relações entre as pessoas parecem ser um dos pontos centrais quando é tratada a questão do *bem-estar* na Comunidade. A boa convivência com a vizinhança aparece como um valor de grande significado para as pessoas, pois dependem disso para manter a estabilidade social do grupo.

É muito claro também nos depoimentos dos idosos entrevistados a identidade com o *lugar*, construída historicamente pelas experiências ao longo do tempo que permaneceram no local. Na fala do camponês E.C.G., por exemplo. Podemos perceber que ele relaciona o fato de gostar do *lugar* ao longo período de permanência nele. O fato de ter nascido dentro da

comunidade e nela permanecer até ficar idoso aparece como um dos elementos explicativos do vínculo criado pelos moradores mais antigos com o território.

Diante disso, é possível entender que na relação de afinidade dos camponeses com o espaço geográfico de reprodução social, por meio de acesso à terra, gera ligações territoriais. Assim, “[...] é inevitável a conclusão de que muitos laços de identidade se manifestam na convivência com o lugar e com o território. O significado desses laços, porém, não são marcados pela unicidade, mas sim pela multiplicidade de sentidos.” (ALMEIDA, et al. 2011, p. 27). Desse modo, o valor que a comunidade dá à base simbólica e material existente é algo inerente às práticas vivenciadas que somente os sujeitos inseridos conseguem perceber na íntegra.

É importante verificar, neste processo de identificar as representações sociais os depoimentos dos camponeses ex-moradores da Comunidade Angical, pois eles mostram uma compreensão baseada em experiências específicas. Os motivos que levaram alguns a migrarem pra cidade e a forma como aceitam tais mudanças são questões centrais nas falas dos entrevistados. Isso pode ser percebido de forma clara nos seguintes textos transcritos das gravações:

Alí já foi muito bom. Um povo até unido. Foi muito tempo bom. E depois voltou, foi entrando muita gente, entrou até desunião. E foi raleando mais assim. Foi ficando mais fraco. (N.R.A., 80 anos, camponês ex-morador da Comunidade Angical, entrevistado em 2017)

Achava muito bom. Se eu pudesse morara lá eu tava lá, né? Eu morava la. Mas depois que o velho morreu eu vi que eu não podia morar mais lá , né? Fiquei aqui, né? Teve que vir praquí e aqui eu to. Sei que pra morar lá vai ser difícil. Em fim acho que é aqui e aqui mesmo. (J.A.C., 86 anos, camponesa ex-moradora da Comunidade Angical, entrevistada em 2017).

É possível identificar na fala do ex-morador N.R.A o valor que é dado à questão da união entre as famílias, quando ele dá seu ponto de vista sobre a comunidade. Essas famílias são quase todas formadas por parentes e com uma solidariedade bastante significativa, que diminui no momento que inicia a divisão das terras em posses separadas. Aí começa a desunião que o entrevistado refere, e que estamos tratando aqui como conflitos internos. Neste depoimento percebemos, também, a ideia de transição de um período muito bom para outro mais conflituoso.

Na fala da ex-moradora J.A.C., é notável o descontentamento com a saída da comunidade, por motivo de falecimento do marido. Ela demonstra um desejo de retornar, que é conformado diante da impossibilidade de tal retorno. Nas expressões da entrevistada percebe-se que as representações sobre a Comunidade Angical estão ligadas a identidade com

o lugar. É por isso que “[...] a particularidade do estudo das representações sociais é o fato de integrar na análise desse processo a pertença e a participação social ou cultural dos sujeitos.” (JODELET, 2001, p.27). Dessa forma, o conjunto de sentimentos construídos pela territorialidade do grupo social influencia na forma como ele interpreta as experiências vivenciadas em determinado lugar.

É em razão do vínculo com as experiências comunitárias que a saída do território é, normalmente, uma desconstrução da identidade do sujeito. Assim, podemos identificar que a cidade enquanto local de morada para os camponeses em questão não é um espaço de fácil adaptação. O modo de vida inerente à classe só é possível de ser reproduzido, no campo e na terra de trabalho. Isso pode ser identificado na fala de uma entrevistada que estava na cidade ao falar sobre sua identidade com a comunidade, ao ser questionada se gostava daquele lugar:

Gosto. Só não estou podendo e quetar lá. É aqui todo dia feito menino. Um vem fala uma coisa outro vem fala outra. Quando da fé estou com minha bolsa arrumada. Gosto. Eu vou falar a você a verdade eu gosto mais de lá que daqui, né? É como se diz, lá foi onde eu fui criada, né? E eu só não queto lá porque sou assim meio nervosa. Criei muitos filhos, mas nenhum fica mais eu. Só o Felix<sup>8</sup> que fica, mas esse é muito andador, pra cima e pra baixo cuidando da vida dele, né? Pra mim ficar lá, no correr do dia eu fico muito, agora a noite não costumo não. Aí a Doxa<sup>9</sup> vai aperta aqui mais eles manda me buscar. Tou aqui, mas o dia que eu sismo aqui até minhas coisas eu arrumo, fica aí pronta, eu digo: Me panha vai botar ondes cês achou. É desse jeito. Pois vai botar eu lá em casa. Lá eu saio, eu panho lenha deço na grotá<sup>10</sup> panho um balde de água. Não tem precisão porque tem água de poço, tem água de caixa. Mas eu panho água na grotá pra ir pra casa, água boa. Sem precisão eu vou. (E.R.A., 84 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada na cidade em 2017).

Neste depoimento fica muito claro o sentimento de pertencimento ao lugar, e o conflito de identidade causado no caso de ter que mudar para a cidade. No caso da Entrevistada ERA, o sofrimento aparece mesmo diante da necessidade de permanecer por período curto em um modo de vida urbano, diferenciado daquele em que é acostumada. A identidade com as práticas cotidianas tradicionais apresenta também na relação com a natureza, o que é identificável no fato de pegar água na *grotá* sem precisão, mas por satisfação.

É por estas e outras razões explicáveis pelas experiências cotidianas do grupo social que o modo de vida consolidado na Comunidade Angical se apresenta como o melhor para os camponeses que vivem nela, os quais não trocam por estilos de vida mais modernos. Além disso, ficou claro que a relação com a cidade ocorre por necessidade e não por gostarem do

<sup>8</sup> Camponês, filho da entrevistada, que mora no campo junto com ela.

<sup>9</sup> Filha da entrevistada, que mora na cidade de Paranã.

<sup>10</sup> Córrego de pequeno porte.

meio urbano. Neste sentido, muitos pontos identificados nas representações sociais do grupo estão ligados a essa questão de preferência pelas práticas camponesas mesmo diante das dificuldades enfrentadas para mantê-las.

E quando tratamos das dificuldades, a questão ambiental aparece, pelo fato das práticas produtivas agrícolas dependerem de condições naturais favoráveis para se desenvolver, conforme o nível de técnica que os camponeses estudados têm acesso. A noção que possuem sobre o ambiente em que vivem parte de uma reflexão histórica, normalmente, retomando a momentos passados para comparar e explicar cenário atual. Dessa forma, os depoimentos trazem uma noção da realidade concreta a respeito da relação com a estrutura e dinâmica ambiental na Comunidade Angical.

Em termo das representações do ambiente da Comunidade Angical, as perguntas durante as entrevistas e diálogos foram direcionadas às relações dos camponeses com a dinâmica da natureza e seus recursos. Diante disso a situação climática, sobretudo, as alterações ocorridas nas últimas décadas foi o assunto mais abordado. Tanto os camponeses que deram entrevistas gravadas como os que preencheram o formulário objetivo, durante diálogos falavam de uma mudança no regime das chuvas que dificultou muito nos últimos anos as atividades agrícolas na comunidade:

Ha, naquela época era outro caso, as chuvas era bastante chuva. E hoje nós pode dizer que não tem mais chuva. Esse ano ela melhorou um pouco, mas a chuva naquele tempo era muita chuva. Ela já tem bastante anos que ela faltou. Deve já ter uns vinte a trinta anos. Lá tem uma lagoa, que é uma barragem. Celino estava ainda casado de novo e ela secou e perdeu quinze reis. Ele e aquela velha Celina. Então desse tempo pra cá é que começou. Ela secou e atolava. Ela secou a primeira vez. Já perdeu muita criação por falta de água e continuou. (N.R.A., 80 anos, camponês ex-morador da Comunidade Angical, entrevistado em 2017)

Antigamente era bom de chuva, nesse tempo, logo eu cheguei pra aqui, chovia bem. Perdia roça, todo tempo perdia, né? Mas não era igual esses anos que vem vindo não, né? Mudou muito a chuva. (E.C.G., 70 anos, camponês da Comunidade Angical, entrevistado em 2017)

Chovia mais do que agora. Esses anos vêm vindo muito secos. Ta falado. Como diz, esse ano ela começou até chovendo bastante. Muitos não ganhou arroz, não ganhou milho, mas pouco mas ganhou, dá pra ir roendo enquanto dá a volta mais por fora, né? Esse ano tá melhor. Quem deu de plantar mandioca agora de janeiro pra cá vai ganhar ela tudo porque a terra tá mais molhada. E quem plantou cedo perdeu. (E.R.A., 84 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada na cidade em 2017)

Naquele tempo era bom. Se for de roça era bom. De certos tempos pra cá não foi bom não por conta da chuva. Tinha mais arroz, milho mandioca, tudo tinha. O que planta mais não ganha por falta da chuva. Assim mesmo, muitos ainda pirraça e planta. Planta mas não ganha, né? Se ganhar é maravilhado. (J.A.C., 86 anos, camponesa ex-moradora da Comunidade Angical, entrevistada em 2017).



Com base nestas narrativas é possível entender que a forma como os camponeses do grupo estudado têm lidado com as estiagens prolongadas tem sido bastante complexa, sobretudo a partir das últimas décadas do século. Na fala de todos aparece a afirmação que houve diminuição nas chuvas nos últimos tempos (a partir de 1985). Todos afirmam naquele lugar chovia muito e não tinham problemas com falta de chuva. Depois, tanto para plantações como para criações de animais a falta de chuva passou a ser uma preocupação. Em alguns casos até mesmo para o consumo humano a água ficou difícil.

Nos depoimentos dos camponeses fica claro que eles compreendem a comunidade como um ambiente que se tornou desafiador, no sentido da relação com a natureza. Mesmo assim resistiram aos desafios, os quais vão começaram a ser superados apenas na década de 2010, por meio de acesso à algumas medidas alternativas. A irregularidade da distribuição das chuvas tem sido geradora de dúvidas nas decisões dos camponeses no momento de plantar, pois a incerteza, às vezes, dificulta as tomadas de decisões.

No ano desta pesquisa (2017), por exemplo, alguns camponeses lamentaram por não ter plantado temendo a estiagem, pois o período chuvoso foi melhor um pouco que nos anos anteriores e os que plantaram tiveram retorno. A entrevistada T.S.A. fala sobre a situação geral conforme as últimas décadas, mas cita a diferença que teve em 2017.

As chuvas naquele tempo chovia muito. Hoje as chuvas estão menos. Agente plantava as roças ganhava as lavouras que plantava, ganhava tudo bom, né? E hoje é raro, uns sim outros não, né? O ano passado mesmo a chuva foi lenca aqui pra nós. Esse ano até tem chovido um bando, né? Muita gente ganhando roça. Felix ali mais Zé ganhou o arroz deles todinho, meu genro acolá, Adimundo ganhou também arroz. Nós aqui, não mexi com roça não. Dei vontade de botar, mas os meninos não deixam. (T.S.A., 72 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada em 2017)

Uma questão interessante e perceptível é a persistência de alguns, que continuam plantando tudo que precisa (arroz, milho, feijão, mandioca...) mesmo diante das adversidades climáticas existentes. O trabalho na terra como agricultores de subsistência continua sendo a base de sustentação dos camponeses ainda que precise de outras fontes de renda complementar, sobretudo, no ano que a produção agrícola é muito ruim. Com isso, os problemas que dificultam a produção de alimentos, como a irregularidade climática, não impedem a permanência do modo de vida camponês na Comunidade Angical.

Outro aspecto fundamental identificados é influência das atividades culturais tradicionais no modo de vida camponês na Comunidade Angical. Neste viés, discorreremos sobre estas atividades, tendo em consideração o entendimento dos membros da comunidade sobre suas práticas cotidianas relacionadas à questão.

### 2.3.1 Atividades culturais tradicionais dos camponeses da Comunidade Angical

Dentre as atividades culturais presentes na Comunidade Angical destacam-se os giros das folias do Divino, de Santos Reis, de São Bom Jesus, dentre outras. Elas fazem parte das manifestações culturais e religiosas das populações rurais e urbanas do município, nas quais, durante os giros, os camponeses são os participantes mais ativos. Neste contexto, a Folia do Divino ganha destaque envolvendo a maioria das pessoas, razão pela qual é tratada com maior ênfase nesta pesquisa.

De acordo com Souza (2017) a festa do Divino Espírito Santo tem origem secular, iniciando em Portugal no século XIV e depois expandindo para outros países e continentes. Afirma que no Brasil as primeiras manifestações ocorreram em meado século XVIII, tendo como referência a cidade de Pirenópolis em Goiás. E depois expande para outras regiões do país inclusive para o Norte de Goiás, atual Tocantins, onde se tornou uma festa religiosa e cultural bastante expressiva:

Sobre as festas do Divino Espírito Santo no Tocantins, as comemorações ocorrem de janeiro a julho, de acordo com as características de cada localidade, e são realizadas em várias cidades, especialmente nas regiões sudeste e central do Estado, entre elas Almas, Santa Rosa, Chapada de Natividade, Peixe, Silvanópolis, Paranã, Conceição do Tocantins, Palmas, Porto Nacional, Araguaçema, Araguaçu, Monte do Carmo e Natividade. (SOUSA, 2017, p.17).

Nestes municípios, os *giros das folias* constituem uma parte fundamental da Festa do Divino Espírito Santo. Estes giros variam espacialmente em alguns aspectos, mas há alguns detalhes quase comuns que foram determinados desde a origem da tradição, como por exemplo, o período do ano em que ocorrem, que normalmente concentra entre Domingo de Pascoa e Domingo de Pentecostes. Os objetivos traçados pelos foliões devotos durante o percurso do giro é outra questão semelhante, tendo como principal finalidade levar o Divino Espírito Santo, por intermédio de sua bandeira, considerada sagrada (figura 5) e os cantos litúrgicos às residências dos católicos na cidade ou no campo.

**Figura 5 - Folia do Divino na Comunidade Angical.**



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

Neste sentido a Folia do Divino “é uma romaria musical na qual um grupo de músicos empreendem um itinerário (em geral muito extenso) no qual se visita casa por casa dos devotos do Divino Espírito Santo de uma dada região.” (Ramos, 2012, p. 22). Este mesmo autor explica que a ritual da folia é também um sistema arrecadatório de donativos para manter as despesas dos foliões e financiar a festa do Divino. Com isso, a coleta de esmolas durante o giro é uma prática comum nesta tradição religiosa.

No município de Paranã o Giro da Folia do Divino tem algumas peculiaridades em relação à data que acontece, pois inicia mais tarde não tendo o dia de Pentecostes como a finalização da festa, como ocorre na maioria das outras cidades. Normalmente, somente no mês de maio o terno de folia sai da cidade para o giro em missão no campo. No mês de junho ocorre a recolhida, concluindo o giro com a realização da Festa do Divino em conjunto com a Festa de São João Batista.

De acordo com as entrevistas realizadas, a folia inicia e finaliza na cidade, mas no curso do giro permanece oito dias dentro da Comunidade Angical. É um momento de muita festa e devoção, pois trata-se de um evento de cunho cultural e religioso que contempla basicamente todas as pessoas. Entretanto, em meio à satisfação da comunidade, há algumas críticas de alguns devotos direcionadas às alterações provocadas nos rituais, pela necessidade de adaptação aos novos contextos em que a organização social se encontra.

Alguns idosos entrevistados apontaram que está tendo algumas mudanças nos rituais e normas do giro da folia. Em geral, eles não concordam com as alterações feitas pelas novas gerações, mesmo assim continuam participando ativamente dos eventos que ocorrem na comunidade e na vizinhança. Com isso, eles conhecem na prática a reprodução das atividades culturais que ocorrem no momento histórico em que vivem, como podemos ver nos seguintes depoimentos:

Eu recebia ela era muito em casa, poso de folia e achava bom. [...] o tempo mudou que até pra receber ela é tudo é diferente, né? Não é como era. Tanto eu como compadre Raimundo recebia folia e poso. No ano, assim repetido, de junho até agosto eu recebia quatro folias se não fosse cinco. Porque primeiro de tudo a do Divino. Depois uma da Serrinha de São Bom Jesus. Depois de São João. E era assim repetido quase. (J.A.C., 86 anos, camponesa ex-moradora da Comunidade Angical, entrevistada em 2017).

Uai...Eu acho que ela mudou porque tem certos lugar que era aqueles pousos velhos eles mudou pra frente. Mas tudo isso eu falo que é porque viu o movimento do tempo. Viu que a comida vai ser fraca, água pra dar os bichos, os animais, né? Andaram mudando os pousos, mas a folia todo ano sai. Tem um bando de morador velho e novo, e eles vai mudando dos velhos pros novos. Pois é, tá desse jeito. (E.R.A., 84 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada na cidade em 2017).

Mudou um pouco, do meu tempo pra cá. Mudou é o descontrolé que é. Naquele tempo o folião saia do começo até o fim hoje não vai é dois dias só. Acho que é as dificuldades mesmo. É falta das coisas também. Naquele tempo era mais difícil, mas era mais fácil. As folias também acho bom é mais é só isso. Sai gira dois três dias volta. É assim. E antigamente não. Eu girei muita folia, saía do começo até o fim. Mas eu acho bom a tradição que é boa, né? (E.C.G., 70 anos, camponês da Comunidade Angical, entrevistado em 2017).

É notável nos depoimentos dos entrevistados que a maioria das alterações nas folias é decorrente das mudanças ocorridas no padrão de vida dos próprios devotos. O modo de vida dos próprios camponeses da comunidade é alterado no momento em que eles passam a ter rotinas mais aceleradas, pela necessidade de aderir, também, novas relações de trabalho influenciadas pela imposição capitalista. Torna-se limitada a possibilidade de ausentar de suas atividades produtivas para dedicar a um giro de folia, pois na maioria das famílias a renda é complementada através de trabalho para terceiros. Assim, no caso estudado, não é mais possível o camponês organizar todo seu tempo, pois está submetido a ritmos de trabalho distintos do seu modo de vida.

Dentre as mudanças ocorridas, o tempo de duração dos giros, que antes eram quarenta dias e passou a ser trinta, merece atenção. Em 2017 a redução do tempo de giro das folias foi justificado pelo aumento das dificuldades enfrentadas no campo, sobretudo, a falta de água. Muitos devotos defendem que deveria manter na íntegra as tradições antigas, mas as novas

formas de pensar a respeito da situação possibilita as alterações, inclusive a flexibilização que Igreja Católica passa a ter sobre essa questão.

No entanto os camponeses da Comunidade Angical, e demais devotos do Divino Espírito Santo, permanecem firmes e ativos na realização dos giros das folias, que possibilitam melhores interações sociais e culturais internas e externas. Com isso, os camponeses da Comunidade Angical representam uma parte significativa dos foliões, o que os faz interagir com espaços diferenciados durante o giro. Além disso, trata-se de uma tradição atrativa para as pessoas do meio urbano, as quais têm uma participação significativa, sobretudo nos momentos dos pousos das folias e nas festas de encerramento.

No momento das festas há uma cooperação significativa entre as pessoas da comunidade, em que a solidariedade acaba sendo a força necessária para festa. As dificuldades financeiras e de recursos humanos na organização nos eventos são superadas mediante a ajuda entre as famílias da comunidade. Além disso, pessoas de fora também costumam contribuir com estes eventos por meio de ajudas financeiras com a mão de obra necessária para a realização.

Um pouso de folia (a permanência de toda a equipe da folia durante uma noite e mais da metade do dia seguinte), por exemplo, exige um esforço considerável da família responsável. Como podemos ver no quadro 01 são inúmeras as atividades que envolvem o pouso de folia, o que exigem muitos preparativos da família que está recebendo, para cada momento. Mas em razão da fé que os devotos têm no Santo e da identidade com o movimento cultural/religioso eles não deixam de enfrentar este desafio e conseguem fazer tudo conforme os costumes da região.

**Quadro 1 - Cronograma básico de um pouso da Folia do Divino.**

<b>Momentos principais do pouso</b>	<b>Horários ideais</b>
Chegada no pouso e <i>canto do agasalho</i> (um pedido de licença aos donos casa)	19:00 horas
Momento de <i>acolhimento</i> do terno da folia e tempo para desselar a tropa.	19:30 horas
<i>Canto da esmola</i> direcionando à família que está recebendo o pouso	20:30 horas
<i>Janta</i> para o terno de folia e convidados	21:00 horas
<i>Reza do bendito</i> agradecendo pela refeição	22:00 horas
<i>Brincadeiras</i> (curradeira, roda, catira, súcia...)	22:30 horas
Despertar, com o son da caixa	07:00 horas
<i>Canto para beijar a Bandeira</i>	07:30 horas

Café da manhã	08:00 horas
<i>Canto do curral</i>	09:00 horas
Tempo para os foliões e bagageiros organizar instrumentos, lavar suas roupas, cuidar das tropas, dentre outros preparativos para continuar o giro.	09:30 horas
Almoço	12:00 horas
<i>Canto da despedida</i>	13:30 horas
Saída do pouso para continuar o giro	14:00 horas

Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

Cada momento do pouso de folia é organizado conforme as crenças dos devotos e as tradições adotadas. Dentre estes momentos os cantos litúrgicos são centrais, tendo uma importância devocional maior tanto para a família quanto para o terno de folia e convidados. Como exemplo podemos citar *canto agasalho*, *canto da esmola*, *bendito*, *canto para beijar a bandeira*, *canto do curral* e o *canto da despedida*.

O *agasalho* é um momento muito esperado pelos participantes do pouso e inicia assim que a folia chega da casa e que as pessoas terminam de beijar a bandeira. Estando toda a equipe do giro ainda montada na tropa e emparelhada com a bandeira erguida na frente da porta, (Figura 6) iniciam o canto que, normalmente, dura de 20 a 30 minutos. Os foliões fazem um canto compartilhado entre eles, no qual uma *dupla guia* vai lançando versos e outras respondendo dando sequência à mensagem de agradecimentos, saudações, pedidos de bênçãos e de licença.

**Figura 6- Canto do agasalho na Comunidade Angical, no início da noite.**



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.



O *canto da esmola* ocorre depois que os foliões e o alferê já foram acolhidos pelos donos da casa e pela equipe da bagagem que chega no pouso antecipadamente. Todos reúnem dentro da residência e com a bandeira do Divino erguida na frente da família recebedora do pouso fazem o canto saudando, abençoando e agradecendo a todos os membros da família presentes e ausentes. No final do canto recebem as esmolas e devolve a bandeira para o proprietário da casa guardar.

Após a janta todos os foliões se reúnem ao redor da mesa e rezam/cantam o *bendito*, um canto da folia que tem como finalidade agradecer pelos alimentos servidos. Neste momento, elevam suas súplicas ao Divino Espírito Santo, pedindo bênçãos para os donos da casa e as pessoas que ajudam na preparação do evento. Durante o *bendito* a Bandeira fica erguida pelo alferê e, na parte final do canto todos vão andando em círculo e beijando-a. Ao terminar os foliões se preparam e iniciam as *brincadeiras* (momento de entretenimento do pouso), que são as últimas atividades antes de todos se recolherem.

No pouso de folia o dia se inicia com o *alvoroço* (canto para beijar a bandeira), assim como acontece no *bendito*. Todos que estão no local se posicionam em círculo vão se movimentando cantando e beijando o Santo (Figura 7) até que todos façam o ritual. Ao terminar guardam a bandeira e iniciam a organização para servir o café-da-manhã. Normalmente todos se deparam com uma mesa farta organizada com esforço e boa vontade. Acreditam que oferecendo o melhor que podem estarão agradando mais o Divino Espírito Santo e terão o retorno.

**Figura 7 - Canto para beijar a bandeira no início da manhã.**



Outra etapa importante da folia na qual é possível associar fé católica com as práticas sociais e produtivas, é o *canto do curral*. Neste momento a Bandeira é levada para dentro do curral com a presença dos donos da casa e convidados. Os foliões cantam pedindo bênçãos e proteção às criações, abordando as principais necessidades existentes no modo de produção da comunidade. Dessa forma, estes rituais movidos pela fé dos camponeses servem também de suporte para o enfrentamento das dificuldades existentes.

O último momento do pouso de folia é o *canto da despedida*, no qual os foliões cantam agradecendo por tudo que os donos da casa ofereceram e prometendo voltar no ano seguinte. Ao finalizar este canto o terno de folia segue para o giro que ocorre durante a tarde, período do dia em que visitam as casas onde não há pousos marcados. Fazem o canto da esmola em cada residência, saudando, pedindo bênçãos e agradecendo os moradores diante da Bandeira do Divino que é venerada por todos. Repetem esse ritual com diferentes famílias até chegar no próximo pouso.

Assim segue o itinerário da Folia Divino na Comunidade Angical. Um movimento que parece simples, mas constitui um elemento fundamental da identidade e da inter-relação entre os diferentes membros do grupo. A cooperação entre as pessoas para receber um pouso de folia e para realizar a Festa do Divino reforça o vínculo comunitário dos camponeses. Dessa forma, as manifestações culturais e religiosas assumem importância, também, na luta e na resistência camponesa.

Durante o trabalho de campo uma entrevistada, falava sobre um pouso de folia que iria acontecer em sua casa e demonstrava preocupação, mas tendo firmeza da realização. Foi notável a confiança dela na comunidade. Assim é possível perceber que a ajuda entre as famílias, em determinadas situações, ainda é comum no modo de vida camponês, sendo uma peculiaridade da classe que possibilita suas ações em momentos mais complexos das relações sociais existentes.

Outra modalidade de manifestação religiosa são as *rezas* que durante muito tempo foram bastante representativas, ocorrendo em várias residências e com frequência. Entretanto, segundo os entrevistados, estão em decadência, na Comunidade Angical pelo fato dos principais rezadores já terem morrido e não surgir novos para tomar a frente. No período da pesquisa, ainda estava ocorrendo apenas uma reza durante o ano, alternando entre as casas de duas famílias.

Diante disso, as pessoas idosas da comunidade são as que mais lamentam as mudanças na tradição das rezas. Costumam comparar a forma que era estas manifestações religiosas



com a realidade presente. Assim, os idosos entrevistados demonstram em seus depoimentos a reprodução do espaço que ocorre ao longo das diferentes gerações por meio de alterações das práticas sociais do grupo. Sobre a questão das rezas alguns entrevistados relataram a seguinte situação:

Muitos os anos. Todo ano tinha, mas agora tá acabando. Tem nem bem rezador. O mais rezador é Ercilo aqui. Mas esse também deixou de estar com essa rezação pros outros, esses mais velhos. Tanto que aquelas rezas que ocê tá falando, comadre Maria, compadre Raimundo, conheceu. Essas não têm mais não. Essa aí está acabada mesmo. É lá um lugar assim, ocê vê falar fulano vai rezar. São Sebastião todo ano tinha. Senhora do Livramento, Senhora do Remédio, tudo era tempo de reza. Cabou tudo. (E.R.A., 84 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada na cidade em 2017)

Rezas, meu filho, aqui acabou. Falar ocê a verdade, eu mesma rezava todo ano, pra Santa Luzia. Aqui eu não vejo uma pessoa falar, a não ser lá no povoado que menina reza. E meu genro que reza acolá dia de São Sebastião, todo ano. Eu parei de rezar, né? Aqui ninguém vê uma pessoa rezar aqui arredor. Antes tinha muita gente, o povo rezava, comadre Izabel cá nessa vida rezava de Menino Deus, eu rezava de Santa Luzia. E aí assim, era mais, né? A minha eu rezava meio dia. Era só a reza e pronto. E botava o que tinha de oferecer pro povo. (T.S.A., 72 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada em 2017).

Naquele tempo tinha. Inclusive a velha Petronília rezava, né? Era muito boa. Hoje em dia só Godenço acolá que reza. Um ano sempre é ele e outro ano é Creuzo. De *Todos os Santos*, Sempre um ano é um, outro ano é o outro. (B.S.S., 75 anos, camponesa da Comunidade Angical entrevistada em 2017).

Nestes depoimentos podemos ver que a tradição das rezas em homenagem aos Santos na Comunidade Angical diminuiu em razão de alterações nos costumes da população que habitam no local. Na fala de todos os entrevistados e entrevistadas foi possível perceber que sentem a diferença nas práticas religiosas vigentes. Relataram que antes tinham muitas rezas acompanhadas de festas e que atualmente as poucas que ocorrem são voltadas apenas à momentos de oração.

Neste aspecto, houve uma grande mudança em termo das práticas culturais mais antigas adotadas que pode ter ocorrido devido à nova forma das pessoas lidarem com as experiências cotidianas. Elas passam a ser direcionadas não apenas por forças internas, mas também por elementos culturais de outros lugares, em razão das redes de comunicação e de relações tornarem mais intensas, sobretudo no século XXI. Com isso, não é pertinente considerar como um prejuízo cultural o enfraquecimento de algumas práticas, como no caso das rezas tradicionais, pois assim como a sociedade no sentido amplo é dinâmica os grupos sociais também são.

Neste contexto, os efeitos das mudanças presenciadas nas práticas sociais consolidadas historicamente na Comunidade Angical não são elementos que comprometem a existência do grupo nem mesmo a base do seu modo de vida. Há experiências que passam a fazer parte da

história pelo fato da construção temporal do espaço ocorrer de forma contínua, normalmente exigindo o ganho ou perda de algumas características da organização social em razão dos diferentes contextos pelos quais passa. É importante considerar que:

O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. (LEFEBVRE, 2006, p. 07).

Considerando isso, pode-se entender que a formação e transformação do espaço social dos camponeses da Comunidade Angical, podem ser entendidas como um processo contínuo que se organiza de acordo com as relações envolvidas na formação do território e na trajetória de luta do grupo. A flexibilidade para adaptar com novas experiências ou para desligar de outras, parece possibilitar algumas alterações na Identidade dos camponeses e, conseqüentemente, a reconstrução do mundo simbólico pelas gerações futuras. Entretanto esta dinâmica social e cultural não pode ser vista como um problema, pois podem ser elementos fundamentais para a manutenção da condição de existência de alguns grupos sociais.

Stuart Hall (2011), baseando em Enersto Laclau, fala sobre uma concepção de identidade que vai de encontro ao este raciocínio. Traz uma abordagem a respeito das redes de ligações e de rupturas existentes nas sociedades modernas, deixando claro que não há estruturas fixas na definição cultural das diferentes categorias de grupos sociais espacialmente definidas. O advento da globalização intervém, de certo modo, nas estruturas identitárias em diferentes escalas geográficas, desde o local ao global. Neste sentido o referido autor entende que:

Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas esta articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta. (HALL, 2011, p.18).

Neste sentido, podemos entender que a identidade cultural de um determinado povo ou determinada classe social, não está fechada às influências de outros arranjos culturais com os quais pode ter ligação direta ou indiretamente. Assim, em termo comparativo, pode-se relacionar o processo de articulação das forças culturais em níveis globais com aqueles em escala local e dentro de uma determinada classe social. Como exemplo disso tem-se a

“integração” que ocorre com as comunidades tradicionais, ocorrendo perdas e ganhos de características.

No caso da Comunidade Angical as alterações que houveram nas práticas sociais, como a decadência da tradição das *rezas*, nas últimas décadas, provocam um certo desconforto na memória cultural, sobretudo para as pessoas que presenciaram tais alterações, mas não prejudica a identidade territorial. Nas representações sociais dos idosos entrevistados, por exemplo, é possível perceber que eles ainda têm um vínculo muito grande com a comunidade. A base simbólica construída não rompeu com as alterações de contextos sociais, pois a satisfação em vivenciar aquele espaço supera as adversidades sociais e ambientais enfrentadas pelos camponeses.

Quando foi perguntado na entrevista com os idosos se havia possibilidade deles venderem seus sítios para ir morar na cidade, as respostas foram claras mostrando o valor que seus sítios representam. Demonstram claramente a identidade com o modo de vida camponês e a aversão ao ritmo da vida urbana. Os depoimentos dados nas entrevistas foram os seguintes:

Não eu não estou pensando não. Não até agora não. Só se tiver outros envolvimento, mas por enquanto não. Eu vendo aqui e onde é que eu vou ficar, só naquela casa ali. Ave Maria menino, se eu sair daqui! Eu que não gosto de andar na rua, vou aqui vou acolá. E aqui eu vou panhar minha lenha. Ave Maria menino! Acho que se eu vender aqui pra ir pra lá eu apaixonado sei lá. Eu não estou pensando de vender isso aqui e sair daqui não. Só se as vezes o povo vir e meter o pé em mim. (T.S.A., 72 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada em 2017).

Até que eu não tenho este plano não, né? Esse plano eu não tenho não. A diferença é o seguinte é porque aqui a gente passa assim mais sossegado e lá no Paranã até de noite que deita pra dormir barulho não deixa dormir sossegado. Aqui não, cê chega, deu a noite, entrou pra dentro deitou, hora que quer dormir liga um radinho ali, hora que não quer mais desliga ele vai dormir sossegado. (B.S.S., 75 anos, camponesa da Comunidade Angical entrevistada em 2017)

Não largo não. Ave Maria. Aqui eles brigam comigo mais. Diferente de tudo por tudo até o comer. De tudo que ocê caçar uma coisinha de comer aqui ocê acha e do bom né, mas se ocê não tiver aquele dinheiro cê não come. E lá ocê planta um pé de mandioca. Ocê não tem, ocê vai na casa de um vizinho acha umas raízes vai comendo. Faz um estalirão aí enche de abobora e aqui não. Agente para comer aqui come é aquelas coisas diferentes. O que eu comia lá em casa não come não. (E.R.A., 84 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada na cidade em 2017).

Nestes depoimentos podemos ver que a ligação dos camponeses com o espaço onde vivem se dá por diversos motivos. Dentre eles destacam, a sensação de liberdade comum da vida no campo, a inexistência de poluição sonora no ambiente, a “autonomia” alimentar, a e solidariedade com a vizinhança na comunidade. Neste contexto, é possível entender que as representações dos camponeses sobre as práticas cotidianas vivenciadas, apontam para uma

necessária sustentabilidade das condições de reprodução social e espacial do grupo. Pode-se considerar então que:

Os espaços de representação, vividos mais que concebidos, não constroem jamais à coerência, não mais que à coesão. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história, de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo. (LEBFEVRE, 2006, p. 70).

Portanto, o sentido dado ao território formado pelos camponeses vai além dos valores representados pela base material. A dimensão simbólica construída por intermédio das inúmeras relações presentes no modo de vida permite que a representação social do referido espaço, pelo grupo em estudo, tenha caráter positivo em termo de identidade. Por outro lado, os problemas existentes são representados no imaginário coletivo de forma clara, demonstrando a existência de uma realidade traçada por luta e resistência.

Em relação ao teor explicativo das representações, Lebfèvre (2006) explica que o discurso do cotidiano descreve as características centrais de um espaço social, mostrando suas funcionalidades e as práticas dos sujeitos que o reproduz. Foi por esta razão que as representações sociais existentes nos depoimentos dos camponeses entrevistados aproximam mais a realidade concreta do grupo social que qualquer outra fonte de informações.

Dentre os elementos das representações sociais dos camponeses, identificados durante a pesquisa, podemos destacar a *identidade como o lugar*, o *sentimento de pertencimento ao lugar*, a *identidade com as práticas camponesas*, a *interação desafiadora com a natureza*, a *religiosidade como fortalecimento da luta*, e a *solidariedade*. Estas representações estão ligadas às experiências cotidianas dos membros da comunidade, tanto nas práticas rotineiras quanto nas ações de luta e resistência.

A *identidade com o lugar*, juntamente com o *sentimento de pertencimento ao lugar* são representações imbricadas à *identidade com as práticas camponesas*. Estas representações indicam o significado da organização coletiva do pensamento dos camponeses diante da rotina cotidiana e das adversidades enfrentadas para manter o modo de vida desta classe social na comunidade. Do mesmo modo é possível entender a *relação desafiadora com a natureza*, a *religiosidade* e a *solidariedade*, pois também são elementos fundamentais da organização social do grupo.

Portanto, a análise das narrativas e a identificação das representações sociais permitiu entender que os camponeses da Comunidade Angical construíram, ao longo da formação do território, a identidade, o sentimento de pertencimento, e os valores simbólicos presentes no lugar. A concepção que eles criaram sobre a vida na comunidade ou no sítio da família é

carregada de valores construídos ao longo das experiências históricas. Com isso, os sentidos dados ao lugar e às práticas sociais e culturais desenvolvidas, aparecem como força motriz na luta pela permanência no território.

## **CAPÍTULO III: A RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE ANGICAL FRENTE ÀS ADVERSIDADES SOCIAIS E AMBIENTAIS**

### **3.1 Adversidades ambientais e políticas públicas na Comunidade Angical**

O foco deste capítulo é apresentar e discutir as principais adversidades sociais e ambientais enfrentadas pelos camponeses da Comunidade Angical. Além disso, pretende-se identificar os elementos e recursos de sustentação e resistências aos fatores desfavoráveis. Parte-se do pressuposto que:

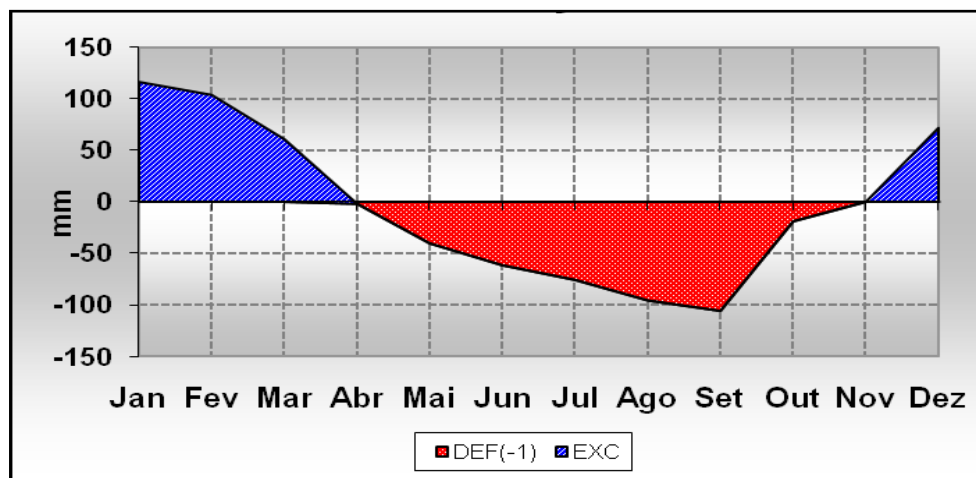
[...] teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2001a, p. 185).

No que refere às adversidades sociais o foco maior da pesquisa foi a questão dos conflitos territoriais e a falta de políticas públicas eficazes voltadas aos trabalhadores rurais no município de Paranã. São fatores que afetam diretamente as condições de vida na Comunidade Angical. Dessa forma, percebe-se a necessidade de aprofundar a discussão sobre estes aspectos.

Não vemos, neste estudo, as condições ambientais como determinantes das ações sociais, mas elas têm diversas implicações nas condições de reprodução social no modo de vida camponês, sobretudo no que diz respeito às atividades produtivas agrícolas básicas. O fator climático é o mais preocupante no que diz respeito à força produtiva de um grupo tradicional em que o trabalho é baseado na mão de obra familiar e sem haver recursos tecnológico. Portanto, a discussão avança refletindo sobre estas adversidades, presentes na comunidade em estudo.

Dentre as adversidades ambientais presentes na Comunidade Angical, que não são exclusivas de lá no município de Paranã, destaca-se as estiagens prolongadas que ocorrem frequentemente. De acordo com os camponeses entrevistados esta situação afeta intensamente as atividades agrícolas, pois os períodos chuvosos têm sido muito curtos em comparação como os períodos secos. Este fato é constatado também nos resultados de estudos hidrogeológicos realizados na Região Sudeste do Tocantins em 2010, em que o balanço hídrico, representado no gráfico 1, mostra deficiência hídrica em oito meses do ano, de abril a novembro em Paranã-TO.

**Gráfico 1- Extrato do balanço hídrico mensal de Paranã-TO.**



Fonte: SMARH - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2010.

Em consequência disso, alguns alimentos que antes eram produzidos abundantemente, como o arroz, tiveram queda na produção deixando de suprir as demandas. A agricultura passa a ser insuficiente para a geração da renda necessária em algumas famílias. Neste contexto, alguns camponeses vão deixando, gradualmente, de cultivar parte dos próprios alimentos em razão de não dispor de recursos suficientes para lidar com o baixo índice e má distribuição das chuvas ao longo dos períodos chuvosos.

Dos 19 entrevistados que preencheram os formulários objetivos da pesquisa de campo, apenas sete (36%) permaneciam plantando arroz, mesmo este sendo um dos alimentos básicos da comunidade. A maioria dos camponeses passou a cultivar apenas os vegetais mais resistentes à estiagem, como o caso da mandioca. Desse modo, a produção agrícola alterou quanto à variedade de culturas, sobretudo a partir de 1990, mas não deixou de ser a base da sustentação das famílias que enfrentam persistentemente as dificuldades existentes.

Na figura 08, podemos perceber que o plantio sofreu impacto de estiagem não podendo granar adequadamente. Essa situação é bastante comum no município de Paranã, sendo na Comunidade Angical e entorno mais acentuada em determinados anos. Dessa forma, as dificuldades nas atividades agrícolas decorrentes da irregularidade das chuvas acabam enfraquecendo a produção. Este fator leva os camponeses a comprar no mercado urbano produtos que eles deveriam estar vendendo o excedente da produção familiar.

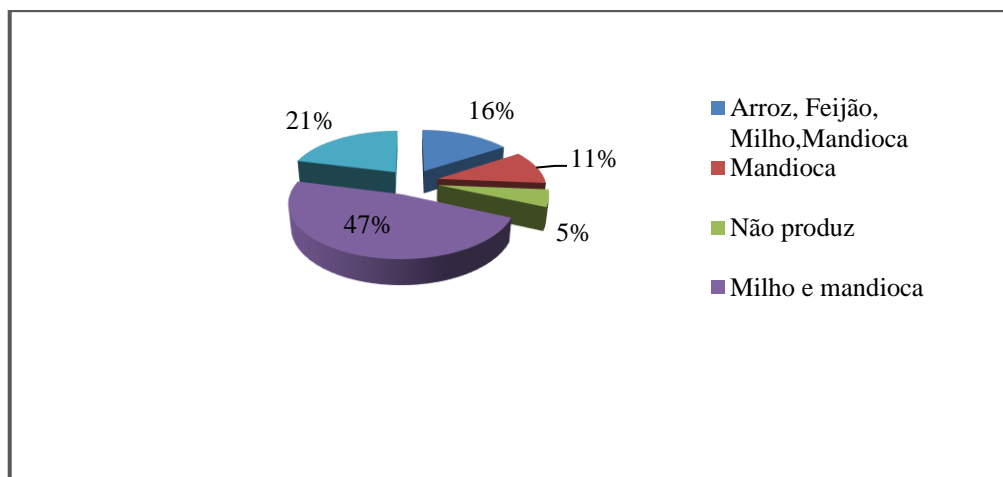
**Figura 8 - Plantio de arroz na Comunidade Angical**



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

Este cenário não é muito diferente no que refere às demais plantações, pois a maioria daquilo que é cultivado não produz de forma satisfatória, o que acaba enfraquecendo a produção, ou tornando inviável a tentativa de produzir alguns tipos de alimentos. No gráfico 2 podemos ver a proporção dos camponeses que permanecem cultivando os alimentos básicos, mesmo diante dos problemas enfrentados.

**Gráfico 2 - Percentual de famílias sobre os tipos de produtos cultivados**



Fonte: Autor. TAVARES, 2018.



Vale ressaltar que além dos produtos descritos no gráfico 2 outros tipos também são cultivados, mesmo em quantidades menores e apenas por algumas famílias. Como exemplo disso, tem-se: abóbora, melancia, melão, batata doce e quiabo. Estes vegetais são complementares, mas de acordo com os dados levantados, a maioria das famílias não consegue produzir todos eles em seus sítios. Isso acontece em razão das adversidades citadas, e das dificuldades específicas de cada família, como a quantidade de mão de obra disponível para o trabalho nas plantações. É importante levar em consideração que:

“Pessoas” e “natureza” são entidades diferentes. No entanto, são combinadas na prática da agricultura, que envolve a construção do devido equilíbrio que precisa atingir diversos objetivos. Ele deve fornecer uma produção suficiente (que permita “viver da terra”). Mas também precisa reproduzir a natureza, preferencialmente enriquecendo-a, aprimorando-a e diversificando-a. Usar e transformar a natureza também implica pessoas capazes de lidar com diversidades incertezas e caprichos. Aqueles que envolvem na coprodução precisam enfrentar ciclos de desdobramentos (o desenvolvimento de uma plantação, o crescimento dos bezerros até virarem vacas adultas e, em seguida, vacas leiteiras) e transformar as suas observações retornando-as a esses ciclos, adaptando-as de diversas formas, algumas grandes, outras pequenas. (PLOEG, 2016, p. 60).

Neste contexto, ressaltamos que os desafios das práticas produtivas camponesas, não são oriundos apenas das adversidades ambientais, mas também, dos procedimentos básicos que o próprio modo de produção exige. Tais exigências, já são enfrentadas como rotina do próprio modo de vida camponês e da forma como eles lidam com a natureza respeitando o seu ritmo de produtividade. O que gera desequilíbrio são as condições extremas em que o sustento das famílias é comprometido, como ocorre no caso em estudo.

Vale ressaltar que, mesmo diante das dificuldades, a produção camponesa apresenta resistência. Na figura 9 é possível identificar uma família da Comunidade Angical envolvida na colheita de arroz, usando técnicas tradicionais. Neste tipo produção agrícola encontrado na comunidade, todo o processo, desde a preparação do solo até a colheita, ocorre sem o uso de máquinas, tendo apenas ferramentas rudimentares.

**Figura 9 – Colheita de arroz na Comunidade Angical**



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

Pode-se entender que, assim como os problemas territoriais, as dificuldades produtivas também são enfrentadas para manter o campesinato no município de Paranã. A insuficiência das políticas públicas no campo apenas influencia nas condições produtivas, mas não impede a reprodução social camponesa. Assim, a luta e resistência às diferentes adversidades é o que sustentam, d o modo de vida camponês dentro de suas especificidades sociais e culturais.

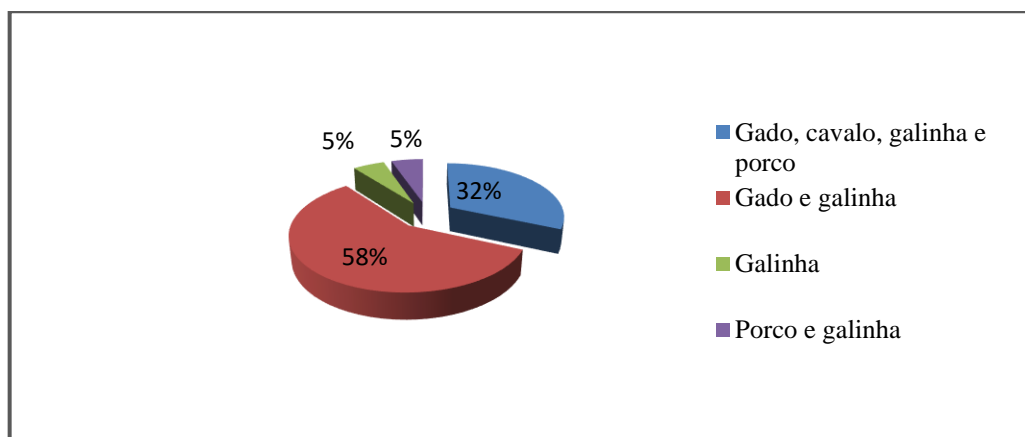
Além das dificuldades enfrentadas na agricultura é importante lembrar que a pecuária, que é a outra principal fonte de renda na Comunidade Angical, também enfrenta problemas em razão da falta de água nos períodos de estiagem. As criações de galinhas, porcos, gados, equinos e muares são mais comuns e têm sustentado por meio de alternativas adotadas pelos próprios camponeses diante da falta de águas superficiais. Entretanto o enfrentamento eficiente da situação ainda carece de acesso a recursos que, até então, muitas famílias não conseguem.

Em razão disso, muitos camponeses não criam todos os animais que precisam e gostariam de ter em seus sítios. Limitam tanto na variedade quanto na quantidade de criações, conforme os recursos disponíveis permitem, principalmente, o acesso à água e a aquisição de alimentos para os animais nos períodos secos. Assim, ao observar a proporção de famílias que criam determinados animais, no gráfico 3, podemos perceber que todos exercem alguma

atividade na pecuária, mas ela não é avançada na comunidade, ainda que seja uma das principais fontes de renda.

O quantitativo de animais criados por cada família também é uma questão a se refletir, pois varia em pequenas quantidades. No caso do gado, que é a principal criação, a maioria das famílias só tem o suficiente para produzir o leite que consome e vender de vez em quando algumas unidades para resolver eventuais situações mais complexa que exigem dinheiro. Com isso, mesmo juntando as atividades da agricultura e da pecuária, a produção não é suficiente para garantir um nível econômico satisfatório a todos os camponeses.

**Gráfico 3 - Percentual de famílias por tipos de criações**



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

Resolver o problema da falta de água para a criação de animais é mais simples que para a agricultura, pois demanda uma quantidade menor e técnicas menos avançadas, precisando, portanto, de menor investimento. Neste sentido, a implementação e implantação de políticas públicas eficazes voltadas a essa questão no município seria uma alternativa. Entretanto, além destas políticas serem insipiente, o acesso a elas não é simples para os camponeses, sobretudo, no que refere a créditos.

O acesso às políticas públicas voltadas ao enfrentamento das adversidades ambientais foi algo desconhecido pela comunidade até por volta de 2010. Os problemas sempre foram vistos como desequilíbrios da natureza que somente ela poderia resolver ao “normalizar”. Em razão disso, a falta de água superficial se tornou um fator limitador, passando a ameaçar até mesmo a permanência dos camponeses no campo. De acordo com dados coletados em trabalho de campo, em 89% das residências já ocorreu falta de água até mesmo para o consumo humano.

Este déficit de água é referente à disponibilidade hídrica superficial, que não depende de grandes investimentos para exploração. No entanto, a captação de águas subterrâneas passou ser a melhor alternativa, mas tendo como empecilho as dificuldades financeiras dos camponeses. Por esse motivo, somente quando começa a surgir algumas políticas assistenciais ou de créditos para o município, contemplando a comunidade, que novas perspectivas surgem.

As principais ações realizadas pela Prefeitura Municipal, até o momento da pesquisa, foram a construção de um açude (conhecido como barragem comunitária) e de um poço artesiano comunitários (Figura 9). Estas ações beneficiaram algumas residências apenas, pois as mais distantes não conseguiram usufruir destes recursos. Outro problema que dificultou foi o cercamento das posses de cada família, que acabou provocando o isolamento do acesso ao açude. Os entrevistados apontaram ainda que, devido à má instalação, a distribuição da água do poço ficou comprometida até mesmo para os moradores mais próximos.

**Figura 10 - Poço artesiano da Comunidade Angical**



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

Estas políticas não são implantadas de forma satisfatórias e nunca foram suficientes para resolver o problema hídrico na Comunidade Angical e nem em outras partes do município de Paranã. Assim, há ainda, uma demanda evidenciada nas conversas com os camponeses entrevistados. Atualmente, a perfuração de poços artesanais está sendo a

alternativa mais viável, entretanto, muitas famílias não conseguem fazer isso, por dificuldades financeiras.

Em entrevista com o Presidente do Sindicato Rural de Paranã, também vereador do município, ele relatou que a realidade do campo no município é bastante grave no que refere às estiagens e que é preciso encontrar alternativa para garantir um futuro melhor para o “homem do campo”. O entrevistado citou que há uma preocupação também com a questão das queimadas dificultam a produção agrícola. Entretanto, segundo ele não havia nenhum projeto concreto em prática voltado aos problemas citados, tendo apenas algumas iniciativas já em pauta. Desse modo, podemos entender que as dificuldades estão tanto na implementação quanto na implantação das políticas públicas no campo, mesmo nos casos em que os gestores estão cientes das demandas.

Uma política pública assistencial de grande abrangência foi o programa *Água para Todos*, do Governo Federal, que promoveu a instalação de cisternas estruturadas para captação de água das chuvas. As estruturas foram instaladas na maioria das casas da comunidade a cerca de um ano antes da pesquisa, mas não foram encontradas surtindo os resultados esperados em todas as residências. O aspecto mais preocupante é saber que os motivos de não ter surtido os efeitos estão relacionados, em parte, à falha na implantação do programa.

As referidas cisternas se encontravam instaladas (Figura 10) ou em processo de instalação em todas as residências no período da pesquisa. Entretanto, algumas não estavam captando água o suficiente para encher completamente, devido baixa quantidade de chuvas. Outras captaram quantidades insignificativas de água devido às falhas nas instalações, que impossibilitaram o processo, dependendo de correções na estrutura que algumas famílias não haviam conseguido fazer e acabaram não tendo água armazenada.



**Figura 11 - Cisterna do Programa Água para Todos na Comunidade Angical**



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

Além disso, o sistema de bombeamento de algumas cisternas, que depende de uma manutenção periódica, quando danificado permanece com defeito em alguns casos, pois a falta de peças e de mão de obra qualificada para fazer os reparos necessários. Isso necessita ser pensado a nível de gestão do programa. É perceptível a necessidade de fornecimento de assistência técnica para que a política pública em questão possa surtir efetivamente os resultados esperados. Caso contrário, a tendência é tudo se tornar em uma má aplicação de recursos, ao invés de gerar os benefícios.

Neste contexto, o referido programa não é ainda uma solução para os problemas das estiagens e falta de água na comunidade em estudo, assim como também não é uma questão resolvida em âmbito geral no município de Paranã e na Região Sudeste do Tocantins onde está localizado. Com isso, as alternativas de acesso à água durante os períodos secos ainda variam muito de uma residência para outra. Na tabela 01 podemos perceber o quadro desta diversificação na Comunidade Angical.

**Tabela 1 - Água consumida na Comunidade Angical.**

<b>Tipos de fonte</b>	<b>Famílias Entrevistadas</b>	<b>Percentual</b>
Poço/cisterna	8	42%
Poço artesiano próprio	8	42%
Poço artesiano comunitário	3	16%
Total	19	100%

Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

É possível perceber na tabela 01 uma proporção significativa das famílias entrevistadas que possuem poço artesiano próprio. A tendência é todos optarem por esse tipo de captação de água subterrânea, pois a modalidade de poço raso, conhecido como cisterna, não permanecem mais com água durante os seis a oito meses de estiagem. Entretanto, como foi apontado, o custo da perfuração e instalação de um poço artesiano ainda está fora do orçamento de várias famílias.

Nestes aspectos, o acesso a créditos através do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foi uma das políticas públicas que mais fortaleceram o enfrentamento dos camponeses às adversidades ambientais. Foi por meio deste recurso que os camponeses conseguiram construir o próprio poço artesiano e investir um pouco na estrutura dos seus sítios.

Percebe-se que através destes recursos as situações das famílias melhoraram, no sentido de organizar as propriedades de forma a garantir uma produção suficiente para manter o sustendo financeiro. A formação de pastos para melhorar a criação de gado é uma alternativa nova mais que parece estar avançando. Durante a pesquisa foram percebidas apenas áreas de pasto pequenas. Ficou claro no posicionamento de alguns camponeses que há preocupação em preservar as áreas mais propícias para a agricultura tradicional.

Assim, começaram a surgir alternativas de resistências quanto aos problemas das atividades produtivas na agricultura e na pecuária na comunidade. Mesmo diante dos problemas naturais e sociais a luta pela permanência na terra ganha uma dimensão na qual o seu valor está muito além daquilo que é atribuído a ela como um meio de produção. Neste sentido, as ações das famílias estão mais voltadas a manutenção das suas práticas sociais dentro do modo de vida vigente, mas incorporando novos recursos que possam dar sustentação para isso no contexto em que vivem.

### **3.2 Resistência camponesa, função social da terra e a renda familiar**

A formação territorial da Comunidade Angical ocorre em uma área de terra determinada onde as famílias se fixam. É o espaço em que elas lutam para estabelecer o poder de controle e a definição das fronteiras com as fazendas vizinhas. Em decorrência disso, prevalece o entendimento da necessidade de delimitação e cercamento.

Além disso, a luta contra a expropriação é um enfrentamento constante, mesmo sem ocorrer confrontos, pois a existência de latifundiários tentando confirmarem como

proprietários da terra é uma questão preocupante. A maioria dos entrevistados (79%) afirma já ter presenciado perseguições de grandes fazendeiros. Este fato os leva a viver em uma situação de alerta quanto a qualquer manifestação das ameaças que ocorrem, pois, uma eventual perda da posse da terra onde vivem seria a destruição da base material do território e, conseqüentemente, o fim da comunidade.

Infere-se, então, que a ideia de sustentação do território está ligada ao controle dos posseiros sobre a terra. Este fato está no centro dos conflitos enfrentados pela comunidade, tratando-se de uma luta necessária para a existência do grupo. Esta importância é ainda maior quando o enfrentamento ocorre de modo coletivo, em que as diferentes famílias se organizam pela mesma causa. Isto estava ocorrendo no período da realização da pesquisa, tendo como eventos marcantes a realização de reuniões (Figura 11) tratando da questão dos conflitos agrários na comunidade.

**Figura 12 - Reunião dos camponeses da Comunidade Angical**



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

Estas reuniões ocorrem para deliberar sobre a criação de uma associação dos camponeses da Comunidade Angical ou o ingresso na *Associação Vale Areia*, que já estava consolidada e tendo, também, como objetivo a luta pelos interesses de posseiros, mas até então de outra região do município. Optaram pela segunda alternativa, com o proposto de unir as forças dos dois grupos de posseiros lutando pelo acesso e permanência na terra.

A iniciativa de associação que emerge em 2017 é o primeiro momento em que ocorre a articulação organizada na comunidade com objetivos de lutar coletivamente pela terra. A intensificação das ameaças de fazendeiros provoca insegurança a ponto de os camponeses



sentirem a necessidade de unir para lutar pelo território. Desse modo, a busca de legitimação dos seus direitos enquanto posseiros das terras que ocupam, passa a ser o principal foco. Trata-se de mais um elemento de resistência, fruto das relações comunitárias entre as diferentes famílias.

Entretanto, no que refere à terra como base material do território, a noção de propriedade particular se expande, de modo que cada família se sente obrigada a defender sua própria base territorial mesmo tendo que articular em conjunto pela causa. Possivelmente, isso ocorre em razão de não haver mais o uso coletivo da terra, mas sim uma pequena unidade produtiva de cunho familiar em cada sítio. Com esta forma de organização espacial, a questão do cercamento das posses torna-se um mecanismo de busca de poder sobre a área ocupada.

A base territorial simbólica é a mesma entre os camponeses da comunidade, mas a base material encontra-se em processo de fragmentação. A definição de cada posse é uma forma que as famílias encontram para sentir segurança e perspectiva de permanência na terra. Desse modo, esta característica do grupo em estudo é um elemento que os motiva a resistência contra as tentativas de expropriação por parte de latifundiários.

Diante destes aspectos ligados ao poder sobre o território, entendemos que uma das funções sociais da posse da terra é garantir a existência da base material deste território, possibilitando a reprodução dos demais elementos que compõem a organização social da comunidade. Dessa forma, os benefícios sociais do acesso à terra são mais amplos no que refere reprodução das práticas cotidianas no território.

Na Comunidade Angical, se vemos a terra abrangente como um espaço de reprodução social, é possível notar que ela tem duas funções fundamentais para a garantia do modo de vida dos camponeses. Uma delas está implícita na condição de meio de produção básico para as práticas produtivas agrícolas e pecuárias, que são as bases da geração de renda na comunidade. A outra função é a constituição da base material do território como um lugar de habitação e construção das relações sociais familiares e comunitárias.

O acesso à terra tanto para morar quanto para produzir é e sempre foi uma condicionante para o surgimento do grupo social estudado, para sua permanência e crescimento. O significado deste espaço físico e social para os camponeses não está apenas no valor da propriedade, mas também nas possibilidades de reprodução das práticas sociais e culturais que necessitam para garantir a qualidade de vida dentro dos padrões básicos da dignidade humana. Além disso, é neste arranjo socioterritorial que surge a possibilidade da construção da autonomia cultural da classe social em questão.

Considerando estes aspectos, é possível entender que dentro da lógica camponesa em que vivem os posseiros da Comunidade Angical, o papel social da terra é cumprido em todos seus sentidos, do ponto de vista econômico, cultural e ambiental. Tanto é que o cenário presenciado na comunidade não está distante do que diz no Art. 186 da Constituição Federal de 1988, em que:

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (Brasil, 2017, p. 149).

Conforme o que está na constituição, o mais preocupante quanto aos benéficos produzidos mediante a posse ou propriedade da terra é saber se este domínio está contribuindo com o bem-estar social de todos os envolvidos direto ou indiretamente. Neste viés, a função social da terra é plenamente presente nos casos onde há produção agrícola em harmonia com os recursos naturais e por meio de relações de produção que não exijam submissão à exploração do trabalho. Estas características são visíveis na comunidade em estudo, onde a base econômica da comunidade é a produção familiar que nela ocorre.

É importante lembrar que a produção agrícola e pecuária, mesmo diante das adversidades discutidas, ainda é considerável, permitindo a vida digna dos camponeses sem haver dentro das relações internas do grupo as relações assalariadas de trabalho. É a força de trabalho familiar que move a produção necessária ao grupo. Isto vai de encontro ao que Chayanov defende ainda no início do século XX, sobre as especificidades da economia não capitalista no modo de vida camponês:

Numa exploração com base no trabalho familiar, a família equipada de meios de produção, utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo e obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma certa quantidade de bens. Uma olhadela apenas para a estrutura interna dessa exploração bastaria para nos fazer perceber que, na ausência da categoria salário, é impossível situar nesta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, considerados como verdadeiras categorias econômicas no sentido capitalista do termo. (CHAYANOV, 2014, p. 105).

Neste aspecto, a realidade da Comunidade Angical coaduna com o sentido em que é empregada a força de trabalho, a qual é voltada à produção ou aquisição dos bens de utilidades básicas. Não há exploração de mão de obra para a geração de lucro, pois a finalidade de cada família é manter sua propriedade produzindo para o sustento e não para a acumulação de capital. Os próprios camponeses, em questão, não exploram o trabalho

assalariado produzindo mais-valia<sup>11</sup>. Entretanto, para a complementação da renda familiar alguns se submetem a esse tipo de trabalho periodicamente, fora da comunidade.

A adesão ao trabalho assalariado pelos camponeses da Comunidade Angical não é algo recente, entretanto, nos dias atuais se intensificou. Nos meses do ano em que as atividades agrícolas diminuem os camponeses prestam serviços nas fazendas vizinhas, ou até mesmo em lugares distantes, como uma alternativa de complementação da renda familiar. Durante a pesquisa de campo ocorreram algumas situações em que membros da família, sobretudo o pai, estavam prestando serviço em outras localidades, mesmo sendo época de colheita. Podemos entender então que:

[...] presença de *trabalho acessório* é outro elemento componente da produção camponesa. Através do trabalho acessório o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário por período de trabalho. (OLIVEIRA, 2001 b, p. 57).

Foi possível perceber que, para alguns camponeses, o trabalho assalariado é uma das formas de acesso ao dinheiro para a compra daquilo que não produzem. Isto se explica pelo fato da venda do excedente da produção agrícola e pecuária não ser suficiente para suprir a demanda da família. Além disso, é importante lembrar que os hábitos de consumo na comunidade se diversificam, sobretudo a partir do século XXI, com o acesso à energia elétrica, possibilitando as influências mais fortes do processo de globalização<sup>12</sup> em curso no campo brasileiro.

Em decorrência destes fatores, surgem novas demandas de consumo, causando a necessidade de uma quantidade de dinheiro superior à de antes. A possibilidade de uso de eletrodomésticos e de alguns equipamentos usados na produção agrícola, por exemplo, contribui com a mudança deste cenário em que a *indústria doméstica*<sup>13</sup> vai perdendo sua eficácia e é substituída pela *grande indústria*. Neste processo, os camponeses na Comunidade Angical passam a fazer uso de recursos tecnológicos fundamentais para reprodução social do grupo no contexto histórico em que se encontram. No entanto, é preciso considerar que:

Trabalho e consumo são entidades diferentes, incomensuráveis. Ainda assim, precisam ser equilibradas. Uma implica a outra. Sem consumo não haveria trabalho. E o trabalho não faria sentido se não houvesse o consumo. No entanto, não existe

<sup>11</sup> No entendimento de Oliveira (2007), *mais-valia* é a parte do valor criado no processo de produção que não é retornada o trabalhador e sim apropriada pelo capitalista, dono dos meios de produção, como lucro.

<sup>12</sup> “A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista.” (SANTOS, 2000, p. 12). Representa, assim, um processo histórico transformador/homogeneizador dos diferentes arranjos espaciais de modo a possibilitar as novas formas de produção circulação e consumo de mercadorias.

<sup>13</sup> A *indústria doméstica* que referimos é a produção diversificada de bens de consumo dentro da unidade produtiva familiar para suprir as próprias necessidades.

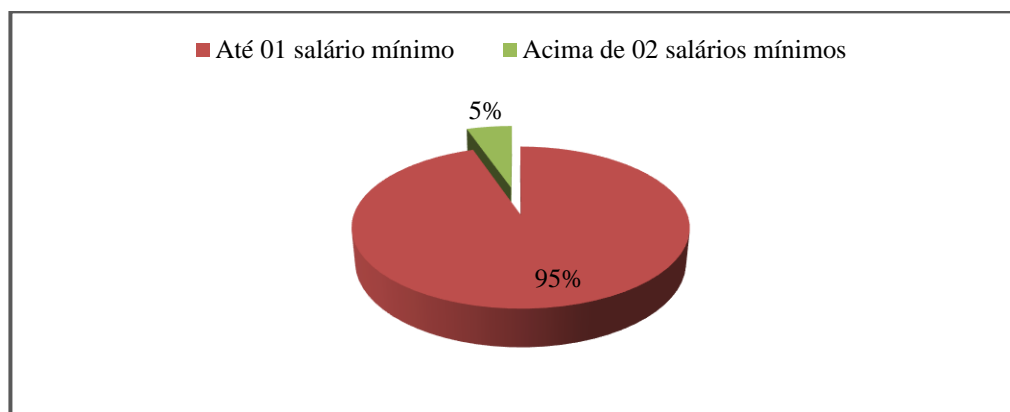
uma relação simples linear entre ambos. Não são meramente intercambiáveis. Em vez disso trabalho e consumo precisam ser combinados em um equilíbrio dinâmico que, por sua vez, regula muitas características concretas da propriedade e seu funcionamento. (PLOEG, 2016, p.42).

Podemos perceber que a submissão ao trabalho assalariado se torna um elemento usado no enfrentamento das dificuldades produtivas e de novas demandas de consumo. A renda gerada pela venda do excedente ganha novas aplicações pelo fato da variedade de produtos que os camponeses consomem e não produzem ter aumentado significativamente. Assim, este tipo de complementação de renda ocorre em razão da exigência do contexto em que a comunidade está inserida, tendo que lutar pela sua permanência sem perder a dignidade da sua condição social. Entretanto essa alternativa traz também algumas consequências no modo de vida, que o grupo passa a enfrentar.

Um problema causado pela submissão ao trabalho assalariado é a perda da autonomia do camponês sobre suas práticas sociais. O uso do tempo disponível passa a ser, em parte, controlado pelo ritmo acelerado do sistema capitalista aderido pelos empregadores. Com isso, mesmo sendo trabalhos temporários ainda afetam as práticas sociais e culturais dos camponeses que passam a não ter tempo suficiente para algumas atividades tradicionais, como o caso do giro das folhas discutido no capítulo II.

No desenrolar da pesquisa de campo foi possível perceber grande fragilidade econômica no grupo social estudado, conforme gráfico 04. E o enfrentamento deste problema ocorre por via de possibilidades diversas em que a venda da força de trabalho é uma das principais alternativas. São meios que os camponeses adotam para garantir sua resistência às forças expropriadoras, pois conseguem manter condições dignas de vida sem ter que abandonar, definitivamente, suas práticas tradicionais.

**Gráfico 4 - Renda familiar mensal na Comunidade Angical**



Fonte: Autor. TAVARES, 2018.

Neste contexto, a abertura para a prestação de serviço em fazendas ou outras localidades, não configura uma quebra da produção familiar. Ela é muito mais o incremento da renda necessária para lidar com as adversidades produtivas e com as novas demandas de consumo que o cenário social vigente exige. Portanto este fato pode ser entendido como um elemento de resistência fundamental para a permanência dos camponeses na comunidade mantendo a luta diante dos conflitos territoriais existentes.

### **3.3 A territorialidade, os valores simbólicos e o sentido de pertencimento**

A construção historicamente consolidada de significados sobre a Comunidade Angical, para as famílias que surgiram e permanecem nela, tem influências significativas para a resistência do grupo. São valores simbólicos que dão sentidos na existência das relações de convivências estabelecidas na comunidade. Durante as entrevistas algumas pessoas relataram que a relativa harmonia entre elas é um dos motivos de gostarem do lugar. Um exemplo disso é o caso da camponesa TSA, que faz uma comparação entre a vida na *roça* (comunidade) e na *rua* (cidade):

O povo diz: Não, que é que cê vai fazer na roça? Eu digo: Não, eu não acho agasalho na rua não. E falo: Eu vou me embora pra onde eu nasci. Aquí é mais sossegado rapaz... Agente vive e dorme, assim mais sossegado. Na rua cê fica assim um pouco assustado, com certas coisas né, da violência que tá tendo. Nas fazendas também tem, mas graças a Deus e o pai eterno, aqui nunca aconteceu e nem Deus vai deixar, né? Então a gente não pode dizer que é ruim né? Tá bom. Eu acho que tá bom né. (T.S.A., 72 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada em 2017).

Neste depoimento da entrevistada T.S.A., é possível perceber que a identidade com o lugar em que vive é um elemento que fortalece o sentido do espaço construído na luta dos camponeses. O fato de ter uma boa convivência com a vizinhança, sendo um lugar menos violento que a cidade, repercute na territorialidade pelo fato de contribuir com a identidade dos camponeses com o território. Neste contexto o vínculo de cada família com a comunidade ocorre tanto em razão de fazer parte de uma mesma luta pela terra quanto pelo fato de terem criado laços de convivência que dão sentidos a vida no referido lugar.

A territorialidade do grupo social estudado não se sustenta apenas no valor dado ao espaço físico em construção, mas também nas relações sociais que formam o espaço geográfico. O conjunto das ações coletivas e individuais converge para um objetivo semelhante no que refere ao significado dado ao território. Além disso, os motivos que levam os camponeses a esforçar para manter suas condições de reprodução social giram em torno da

necessidade da terra para reproduzir com autonomia o modo de vida, e da identidade com a comunidade. Neste sentido é importante levar em consideração que normalmente:

[...] as lutas emancipatórias enfrentadas por esses sujeitos envolvem elementos que fazem de outra gramática política e moral, fundamentada na ideia de reconhecimento da diferença através do direito ao território. Quando tais grupos reivindicam o direito a diferença estão reivindicando o direito à autonomia material e simbólica. O direito a um território próprio significa o direito às formas próprias de produzir materialmente sua existência, mas também o direito às suas peculiares formas de dar sentido ao mundo através de uma memória, de uma linguagem, de um imaginário, de formas de saberes, de formas de crenças que constituem sua existência, sua cultura e sua cosmologia. (CRUZ, 2014, p. 64).

É neste sentido que o imaginário simbólico construído pelas experiências sociais e culturais faz os camponeses se sentirem pertencentes à comunidade e ao lugar em que vivem. De acordo com alguns entrevistados da Comunidade Angical, lá é o melhor lugar para viver. Trata-se de uma afirmação que provém das possibilidades que o acesso ao território os garante. Portanto, o acesso ao espaço produzido e em reprodução torna-se condição básica para a permanência do modo de vida existente.

A sustentação do modo de vida camponês no caso estudado exige a resistência territorial por meio de lutas que só se firmam em razão da identidade do grupo com a classe social a que pertencem. Embora estes camponeses se identifiquem como lavradores as práticas desenvolvidas no cotidiano de lutas e de vivências são características do campesinato. Dessa forma, mesmo que a consciência de classe ainda esteja em construção a identidade camponesa já é consolidada.

A identidade dos camponeses da Comunidade Angical com o modo de vida nela estruturado é um elemento fundamental na sustentação das práticas sociais existentes. A permanência das famílias mesmo diante de algumas dificuldades, se sustenta pelo fato delas ter incorporado as experiências vivenciadas no referido espaço. Até mesmo porque se trata de um espaço construído pelas relações que o próprio grupo estabeleceu.

A resistência às influências modernizadoras causadas pelo processo de globalização é um aspecto inerente ao posicionamento dos camponeses da Comunidade Angical. Eles não abandonaram suas tradições ao serem impactados pelas ideias de progresso disseminadas no campo nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. O que ocorre é apenas uma alteração das práticas diante do novo cenário que vivenciam, mas mantendo o modo de produção e as práticas culturais básicas.

O embate contra a homogeneização cultural é uma característica central da comunidade diante de um momento histórico em que o sistema de informação chega ao

alcance da maioria dos camponeses em questão. A mídia passa exercer sua força assim que o acesso à energia elétrica e, conseqüentemente, a todos os aparelhos eletrônicos se torna possível. Entretanto é perceptível que a identidade com os elementos culturais tradicionais não os permite viver em uma lógica global sem preservar suas especificidades locais.

Este confronto é mais claro no comportamento dos adultos, sobretudo os idosos, os quais lutam com mais intensidade pela preservação da cultura local. Entretanto, há participação de todas as gerações neste processo. Isso foi percebido no envolvimento que tem nas atividades culturais tradicionais, como os giros das Folias do Divino, discutidos no capítulo II, que faz parte da resistência ao discurso modernizador que tenta negar o valor das tradições.

Nestes eventos, a participação e o entusiasmo não se distinguem de uma faixa etária para outra, o que demonstra perspectivas de sustentação destas atividades. Do mesmo modo, o modo de vida camponês, em sentido amplo, tende a se sustentar nas próximas gerações. Caso o esforço comunitário permaneça, melhorando suas articulações isso é possível, mesmo diante das forças expropriadoras e homogeneizadoras do poder hegemônico político e econômico que atuam no campo brasileiro.

O vínculo com os elementos simbólicos da história local é um elemento fundamental da representação espacial que os membros da comunidade têm sobre ela. Durante observações e diálogos com os idosos entrevistados ficou claro que os acontecimentos históricos estão na base do valor atribuído ao lugar e ao território. O lugar onde os filhos nasceram e cresceram, por exemplo, representa uma continuidade da construção espacial que os camponeses tentam manter para sempre. Do mesmo modo, pretendem manter a existência da casa onde moram desde nascimento ou onde seus pais ou avós nasceram e viveram. Neste contexto, é importante considerar que:

[...] os elementos simbólicos não são apenas subsidiários de poderes voltados à dominação. Concomitantemente, capacitam os homens a cimentar relações de integração, cooperação, vínculos de solidariedade, sentimentos de pertencimento entre as pessoas e grupos, cujas sociabilidades engendram territorialidades que impõem mudanças e novas formas-conteúdos às relações de poder que compõem a vida social. (FLÁVIO, 2011, p.33).

Por estes e outros motivos, a luta pela permanência no território está ligada ao vínculo que o grupo social tem com o espaço reconstruído por ele. Conforme os depoimentos das entrevistas, sair daquele lugar significa uma perda da construção histórica que eles têm. Para alguns a comunidade representa parte de sua existência, tendo significado que vai muito além

do lugar onde mora. Consideram, nos depoimentos, a ideia de um lugar onde viveu até o presente momento como o mais ideal para continuar a vida.

Além disso, ressaltamos que a identidade com o modo de vida aparece como um dos elementos sustentadores da permanência dos camponeses na Comunidade Angical. Assim, a territorialidade construída pelas práticas e vivências no território em questão contribui com a motivação para a luta pela permanência na terra e pela continuidade do modo vida camponês. Portanto, estes elementos simbólicos, presentes nas representações sociais e espaciais dos sujeitos, contribui com a existência e trajetória de luta do grupo social ao qual pertencem.

### **3.4 A relação campo-cidade nas práticas sociais da Comunidade Angical**

A relação entre *campo* e *cidade* que apresentamos parte do pressuposto de que estes dois termos representam as bases materiais do espaço geográfico. Neste sentido, consideramos o que Biazzo (2008) fala sobre esta questão. Tendo como base diversos autores que discutem o tema, como Milton Santos e Henri Léfèbvre, ele explica que as relações entre o campo e a cidade:

Manifestam-se por meio de nossos atos, através das práticas sociais. Na esfera dos sujeitos, são conteúdos incorporados no curso da vida. Na esfera das instituições ou agentes coletivos, são ora incorporados, ora herdados. De qualquer modo, são representações provenientes de diferentes universos simbólicos, reproduzidos por cada indivíduo em seu convívio social. (Biazzo, 2008, p.143).

Neste contexto, damos atenção ao conjunto das práticas sociais cotidianas dos camponeses dentro da comunidade e fora dela, no caso das ações vinculadas à cidade. Além disso, damos foco à reprodução contínua dessas ações no campo, enfatizando o aparecimento de elementos considerados urbanos e suas influências no modo de vida da comunidade estudada. Os motivos e consequências das mudanças no nível de aproximação da vida na cidade com a vida no campo é outra questão a ser considerada na resistência do modo de vida camponês da Comunidade Angical.

A relação campo-cidade tornou-se mais estreita nas últimas duas décadas, em razão da evolução no sistema de mobilidade usado pela população do campo no município de Paranã. Estas mudanças foram significativas na Comunidade Angical permitindo um fluxo mais intenso das pessoas, as quais passaram a visitar a cidade com maior frequência e com menos sacrifício. Nos depoimentos dos idosos entrevistados ficam claras as alterações que houveram nas últimas décadas, sobretudo, quando eles comparam com a realidade de um passado mais



distante, normalmente de meado do século XX, como aparece na fala dos seguintes entrevistados:

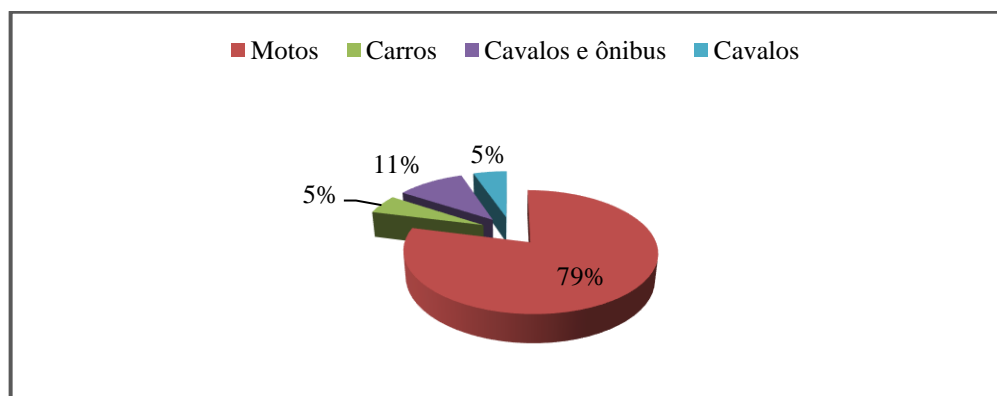
Esse povo nesse tempo, já dos meus irmãos pra cá, era Paranã e Arraias que eles frequentavam. Naquele tempo era marcada a viagem, assim de um mês no outro, quinze dias, conforme. Tudo era montado era difícil. Era assim salteado, não era como hoje, que todo dia tá na cidade. (N.R.A., 80 anos, camponês ex-morador da Comunidade Angical, entrevistado em 2017)

Eu mesma, várias vezes eu ia mais comadre Flora, montada a cavalo para pegar merenda lá no Paranã, com essa meninada. Vixe! Fiz isso demais, demais, demais. Outra hora eu mesma ia fazer a compra, eu mesma lá no Paranã. (T.S.A., 72 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada em 2017).

Era aqui no Paranã. Lá não tinha nada. Só morador mesmo. Era fazendas, umas fazendas maior assim, e os morador mais velhos né? Era essas coisas não tinha povoado não tinha nada. (E.R.A., 84 anos, camponesa da Comunidade Angical, entrevistada na cidade em 2017).

Estas dificuldades de mobilidade entre o campo e a cidade citadas pelos entrevistados é uma característica do momento histórico relatado, no qual os meios de transporte no campo a base de animais ainda eram os principais no município. Entretanto, mesmo diante de grandes esforços o isolamento no campo nunca foi possível, como podemos ver nas falas dos entrevistados. O papel da cidade, como centro comercial e administrativo e político incentiva a relação com o campo. Assim, as comunidades camponesas, como Angical, intermediam suas ações entre estes dois espaços.

Desde o início da formação da comunidade, no início do século XX, até por volta de 1990, todos os deslocamentos eram feitos a pé ou a cavalo. Deste período em diante começa o uso de bicicleta e posteriormente de moto e carro, que predomina atualmente, como podemos ver no gráfico 5. Na medida em que as vias de acesso (estradas) vão surgindo e os meios de transporte motorizados vão se popularizando os camponeses começam a ter acesso a eles para uso nos deslocamentos cotidianos.

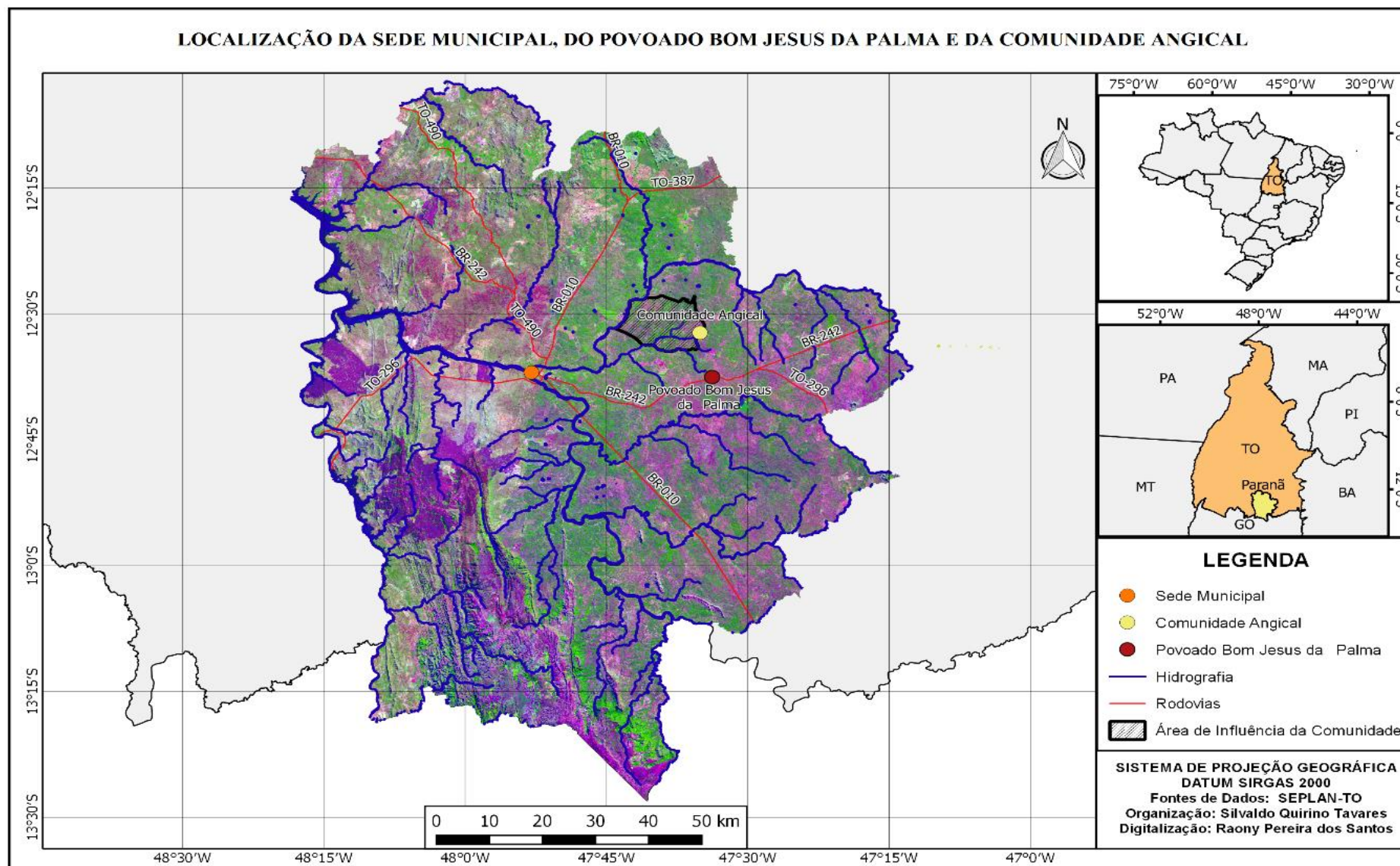
**Gráfico 5 - Meios de transporte usados da Comunidade Angical**

Fonte: Autor. TAVARES, 2018.

No gráfico 5 é possível perceber que o meio de transporte predominante é a moto, sendo usada por 79% das famílias. Por ser uma alternativa acessível, os camponeses passaram a ter maior mobilidade, encurtando, assim, a distância entre cidade e campo na Comunidade Angical. Com isso estes dois espaços passam a fazer parte das relações sociais cotidianas dos camponeses que buscam os serviços públicos e outros recursos no meio urbano.

Além disso, surge o Distrito Bom Jesus da Palma, que fica muito próximo da Comunidade Angical (Figura 12). Muitas famílias frequentam mais este povoado que a sede do município, pelo fato de ser mais perto e já contar com os serviços públicos básicos e um comércio razoável. Inclusive, segundo dados coletados no campo, todos os estudantes da Comunidade Angical passaram a estudar em escola deste povoado, tendo transporte fornecido pelo município. Desse modo, o referido povoado assume importância na territorialização e resistência da comunidade.

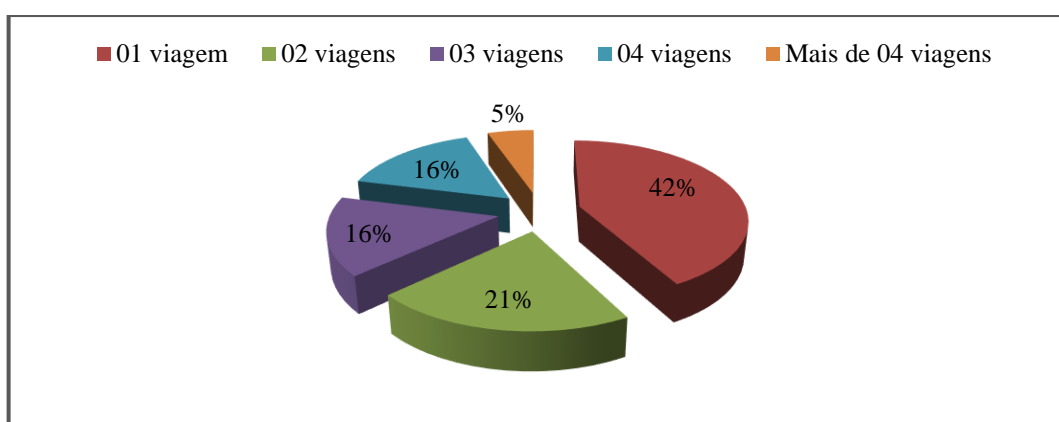
Figura 13 - Mapa de localização da Sede Municipal, do Povoado Bom Jesus da Palma e da Comunidade Angical



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

Em meio a essas alterações na malha urbana com o surgimento do povoado e os avanços na mobilidade a frequência dos camponeses na cidade tornou-se mais intensa, pelo fato da complementaridade existente entre os dois espaços. Nos formulários objetivos aplicados durante a pesquisa de campo foi questionado sobre este nível de frequência e os resultados foram bem diferentes do que disseram os idosos entrevistados sobre a mesma situação em meados do século XX. No Gráfico 6 podemos ver que há variação de uma até mais de quatro viagens ao mês para a cidade.

**Gráfico 6 - Viagens dos camponeses à cidade ao mês**



Fonte: Autor. TAVARES, 2018.

Estas alterações ocorridas na relação campo-cidade, evidentemente, contribuem com a permanência dos camponeses na comunidade, pois parte das dificuldades são superadas, na medida em que o isolamento do local diminui. O grupo social estudado desde sua origem nunca foi autossuficiente, dependendo sempre de recursos externos. A mobilidade espacial acaba sendo um elemento necessário para a reprodução das práticas sociais e culturais básica.

A situação da produção agrícola apresentada vem forçando os camponeses a necessitar do comércio urbano. Primeiro, porque a criação de gado e a agricultura a cada momento requerem maior uso de insumos comprados na cidade. É também na cidade que mais ocorre a venda do excedente agrícola e, quando a produção de alimento na comunidade é insuficiente, ocorre a compra no comércio urbano.

As relações produtivas do campo passaram a ter uma necessidade crescente de recursos localizados na cidade. Recursos que vão destes insumos até a questão burocrática de controle da produção, sobretudo da criação de gado. Com isso a produção no campo não ocorre de modo independente das influências do espaço urbano, que ainda permanece como



regulador das relações econômicas e de produção, até mesmo no que refere as práticas produtivas camponesas. Assim é crucial levar em consideração que:

A cidade é um polo indispensável ao comando técnico da produção, a cuja natureza se adapta, e é um lugar de residência de funcionários da administração pública e das empresas, mas também de pessoas que trabalham no campo e que, sendo agrícolas, são também urbanas, isso é, urbano-residentes. Às atividades e profissões tradicionais juntam-se novas ocupações e às burguesias e classes médias tradicionais juntam-se as modernas, formando uma mescla de formas de vida, atitudes e valores. (SANTOS, 2000, p.44).

Diante disso, o fluxo entre campo e cidade é permanente, mesmo nas cidades pequenas, como o caso de Paranã-TO, onde a baixa qualidade da infraestrutura no campo dificulta o deslocamento das pessoas e da produção. No município há problema para o escoamento dos produtos agrícolas em épocas chuvosas, pois a ausência de pontes sobre alguns córregos (Figura 13) impede a passagem de carros e motos. Dessa forma, ocorre um relativo bloqueio das vias de acessos em determinadas épocas do ano, normalmente, no período em que a produção agrícola é maior. Vale ressaltar que isso não é um caso específico da comunidade Angical, mas também de outras várias localidades no município de Paranã.

**Figura 14 - Local de passagem sobre o Córrego Palmeira**



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

Na foto 13, capturada durante o período de estiagem, mostra onde uma das principais estradas que dão acesso à cidade cruza o Córrego Palmeira. Neste local já foi cogitada a

possibilidade de construção de ponte pelo poder público municipal, no entanto, nenhuma proposta havia sido colocada em prática até o momento da realização desta pesquisa. Neste contexto, por mais que existam diversas estradas que dão acesso a Comunidade Angical, ainda há problemas a serem resolvidos. Sobre essa questão a chefe de unidade do Ruraltins, que acompanha a situação dos Trabalhadores rurais no município relata:

Tem propriedade lá que para você chegar na propriedade você tem que deixar o carro a 200, 300 metros ou até 1000 metros, ou mais, para poder chegar, para ter acesso, para poder atender aquela família que está ali. Paranhã ainda está em atraso com relação a isso aí. Eu acredito que melhorando essas vias de acesso, melhora muito mesmo para a comunidade. (S.C.S., Chefe de Unidade do Ruraltins, Paranhã-TO).

Estas maiores dificuldades atingem, principalmente, os moradores mais recentes da comunidade que estão em locais nos quais ainda não passaram máquinas nas estradas que chegam às residências ou aqueles mais antigos onde as estradas passam muito tempo sem manutenção. Estas situações mostram que mesmo diante dos avanços com o surgimento das estradas, o problema da mobilidade no campo ainda é um obstáculo a ser resolvido para melhorar a produção agrícola e agropecuária. Considerando que a necessidade de deslocamento do que é produzido no campo para a cidade é inevitável, as condições das vias de acesso influenciam diretamente nas decisões e ações dos trabalhadores rurais.

Além das dificuldades enfrentadas no escoamento da produção há também outros fatores ligados ao mercado que dificultam a comercialização dos excedentes agrícolas. Um destes fatores é a concorrência com produtos vindos de outros municípios ou estados em que a produção é mais avançada. Normalmente, os comerciantes preferem estes produtos para revender, pelo fato de vir de projetos mais estruturados que conseguem manter o compromisso com a entrega. Outra questão é a procura, por parte dos consumidores que preferem mais estes produtos, talvez pelo fato de serem mais atraentes, deixando em segundo lugar os alimentos produzidos pelos camponeses, ainda que estes sejam, na maioria das vezes, totalmente orgânicos.

Neste sentido, podemos entender que as dificuldades para comercializar o excedente da produção relacionadas ao mercado consumidor poderiam ser superadas mediante a melhoria na qualidade e quantidade da produção dos camponeses. Entretanto, o modo de produção camponês, que prevalece entre os pequenos produtores, não é e, talvez nunca será organizado para atender o mercado. Por isso, já aprenderam lidar com um mercado consumidor pequeno para seus excedentes agrícolas, como é o caso dos camponeses da

Comunidade Angical. Procuram produzir, mesmo em pequena quantidade, mas em variedade, aquilo que é consumido pela família e pode ser vendido diretamente ao consumidor.

Esta relação, da produção agrícola e agropecuária da comunidade com o comércio urbano está, a cada momento mais intensa, e assume uma importância significativa na sustentação das práticas cotidianas do grupo estudado. Tanto a compra dos bens de consumo que não produzem quanto a venda do excedente da produção que tem, são práticas indispensáveis para manter a reprodução social no campo. Desse modo, estas relações influenciam na resistência dos camponeses às adversidades enfrentadas nas atividades agrícolas e, conseqüentemente na permanência no território em luta.

É importante ressaltar que a integração entre as práticas culturais urbanas e rurais estabelece um estreitamento da relação campo-cidade que sai da noção de dependência de um espaço sobre o outro. É possível notar uma complementaridade cultural, sobretudo, pelo fato da população da cidade e do campo participar das mesmas manifestações culturais. Isso é bem claro no caso dos giros das folias no campo e das festas comemorativas tradicionais na cidade. A Festa do Divino (Figura 14) marcada pela recolhida (encerramento) das folias, que ocorre junto com a Festa de São João Batista<sup>14</sup>, é um exemplo dessa interação cultural entre o campo e a cidade.

**Figura 15 – Festa do Divino em Paranã - TO**



Fonte: Autor. TAVARES, 2017.

---

<sup>14</sup> A festa de São João Batista em Paranã ocorre entre os dias 20 e 25 de junho de todos os anos tendo como principais momentos as missas na Igreja Matriz de São João Batista (padroeiro da cidade) e a Procissão Fluvial que inicia no Rio Palma e finaliza no Rio Paranã.

Estas Festas, de cunho religioso, provocam uma grande movimentação da população do campo para a cidade entre os dias 20 e 26 de junho de todos os anos. A interação tanto dos organizadores quanto dos participantes do campo e da cidade é conjunta durante estes eventos. Com isso, não é possível ver claramente uma barreira cultural entre a cidade e campo, no caso do município de Paranã.

Além disso, há uma integração cultural que parte também da difusão dos meios de comunicação no campo. Na Comunidade Angical, por exemplo, o fato de a maioria das famílias possuir energia elétrica em casa, possibilitando o uso dos meios de comunicação, contribui com a integração com a cidade. Isso permite uma rede de comunicação mais dinâmica, gerando maior interação entre estes espaços, o que pode ajudar a superar a ideia de inferioridade que historicamente foi construída sobre campo.

É neste sentido que Alves (2012) defende que há uma intersecção nas práticas sociais que ocorrem no campo e na cidade, as quais repercutem na reprodução do espaço geográfico. Segundo ele, o espaço rural passa a ter uma multifuncionalidade crescente que possibilita, cada vez mais, a existência de elementos socioespaciais considerados urbanos (urbanidades) no campo.

Por estes e outros motivos já é notável uma mudança na visão que se tem sobre a vida no campo, no município de Paranã. Se antes o campo era visto como espaço “atrasado” pelo fato de conservar mais as tradições e diferenciar completamente da zona urbana, no período contemporâneo este quadro muda, pois há diversos elementos comuns aos dois espaços. Estes elementos que provocam a correlação entre as práticas sociais e culturais são frutos do processo de alteração do arranjo espacial em que se encontra o município no período histórico vigente. Portanto, a relativa incorporação desses elementos não ocorre apenas como destruição do modo de vida tradicional das comunidades camponesas, mas também, como formas de adaptação às novas relações sociais que aparecem nos mais diversos lugares.

Neste contexto, as influências das relações campo-cidade sobre a trajetória de luta dos camponeses provocam diferentes efeitos nos campos político, econômico e cultural que repercutem na resistência territorial. A forma como estas relações ocorrem pode ser vista como um elemento de resistência pelo fato delas não eliminarem as práticas socioculturais tradicionalmente consolidadas nas comunidades camponesas, como Angical. Neste sentido, ajudam a manter a reprodução socioespacial destes grupos sociais em que os sujeitos envolvidos têm campos de ações cotidianas que vão além das relações internas do grupo.



Portanto, os elementos de resistência aos problemas de ordem ambiental e social da Comunidade Angical se diversificam em fatores ligados as próprias práticas sociais e alternativas que o grupo encontra para se manter no território. Os conflitos territoriais, as dificuldades produtivas e a insuficiência das políticas públicas são dificuldades que o grupo social em questão enfrenta por meio das estratégias que o próprio modo de vida camponês tem para lidar com estas situações. Mas, também, incorporando algumas estratégias novas que os faz permanecer na luta, mesmo diante de algumas transformações nas práticas sociais e culturais tradicionais.

## CONSIDERAÇÕES

De acordo com os estudos teóricos e de campo realizados durante a pesquisa é possível perceber que o processo de formação, e a permanência da Comunidade Angical envolvem questões específicas de luta e resistência. Lutas que partem da necessidade de resistências às forças expropriadoras do território formado, ocupado e usado, ou ainda, lutas oriundas das relações sociais cotidianas de cunho político, econômico e cultural e ambiental constituintes das práticas formadoras e transformadoras do espaço geográfico.

Sendo uma comunidade surgida no início do século XX, tem resistido todas as forças antagônicas e ainda se reproduz no sentido de crescimento do número de famílias instaladas. Há diversos elementos de resistência identificados na análise do modo de vida consolidado através das práticas sociais vivenciadas. Uma conclusão desta investigação que chama muito atenção é o fato de a resistência camponesa não ocorrer por meio do isolamento, mas sim por estratégias de integração com outros espaços, havendo relações sociais internas e externas fundamentais para a permanência no território e, conseqüentemente, para a existência da reprodução social camponesa.

Os problemas relacionados à propriedade da terra é uma situação complexa, no caso dos camponeses posseiros da Comunidade Angical. A convivência em meio de conflito com grandes fazendeiros tornou-se uma experiência duradoura que está no cerne da resistência da classe camponesa da qual o grupo faz parte. A luta pela permanência na terra passa a ser uma questão que envolve o interesse coletivo do grupo e não mais uma situação relativamente tranquila como era antes da grande especulação pelas terras rurais do município. Assim é possível perceber durante a pesquisa a iminência de melhor organização do grupo para lidar com os diversos problemas enfrentados na comunidade.

Desse modo, a formação da Comunidade Angical ocorre por iniciativa da luta camponesa, tendo como ponto de partida a ocupação da terra e a resistência às adversidades sociais e ambientais enfrentadas. Tal processo envolve a convivência com conflitos agrários e outros problemas comuns no campo brasileiro. Entretanto há elementos do modo de vida consolidado na comunidade que fortalece a territorialidade e posicionamento dos camponeses.

O vínculo criado com o território aparece como um dos elementos que dão sustentação aos camponeses diante dos conflitos e outras dificuldades enfrentadas. Assim, o modo como eles veem a comunidade e se sentem parte dela são fundamentais para o enfrentamento da luta. As representações sociais identificadas no capítulo II, mostram esta realidade por meio do posicionamento dos próprios camponeses em relação às experiências vivenciadas desde a

origem do grupo no local. A *identidade como o lugar*, o *sentimento de pertencimento ao lugar*, a *identidade com as práticas camponesas*, a *interação desafiadora com a natureza*, a *religiosidade como fortalecimento da luta*, e a *solidariedade* são as principais representações sociais dos camponeses sobre a Comunidade Angical. Estas representações aparecem nos resultados das entrevistas como elementos das práticas sociais e culturais fundamentais na constituição da relação comunitária, da identidade coletiva e da formação do território.

É importante mencionar que o grupo social estudado lida com diversos problemas de ordem ambiental e social que afetam a lógica de produção social na qual está inserido. A título de exemplo, tem-se o problema das estiagens prolongadas e, conseqüente, a falta de água para todos os tipos de uso. Trata-se de um problema que dificulta a produção agrícola e a pecuária que são as atividades econômicas básicas. Em alguns momentos a falta de água chega a ameaçar a permanência de algumas famílias no campo, por não ter alternativas ao alcance.

Quanto a essa situação, um aspecto relevante é o fato de somente a partir da segunda década século XXI algumas políticas públicas começam a ser direcionadas à questão. É um enfrentamento que passou a ter um relativo apoio de políticas públicas, mas tendo necessidade de avanços no que refere à eficácia e abrangência destas políticas. As ações governamentais direcionadas ao referido problema não tem sido suficiente para resolver os problemas por duas razões básicas: o baixo investimento e a má aplicação dos recursos, em razão de falhas na implantação dos projetos e programas destinados a isso.

Neste contexto, os fatos investigados permitem o entendimento de que a reprodução do campesinato não depende apenas do acesso à terra, embora seja a condição primordial. O acesso às políticas públicas voltadas à assistência dos camponeses é essencial para o enfrentamento de alguns problemas enfrentados no cotidiano. Assim, mesmo sabendo que o Estado tem sido negligente com a questão do campesinato, percebe-se que a luta dos camponeses, no período histórico vigente deve ser centrada no acesso à terra e às políticas públicas direcionadas à melhoria reprodução social dos camponeses.

Portanto, a existência camponesa no município de Paranã, seja no caso dos posseiros da Comunidade Angical de outras modalidades é duradoura e tende a permanecer, entretanto, passando por algumas alterações em suas práticas sociais. O modo de vida historicamente consolidado adere novos elementos para se manter. Além disso, as especificidades das relações do campesinato com o Estado e com o capitalismo passam por transformações que alteram o nível de suas contradições. No entanto, resta saber até que ponto estas alterações, contribuem com a resistência da classe camponesa em escalas mais amplas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda; VARGAS, Maria Augusta Mundim; Mendes, Geisa Flores. **Territórios, paisagens e representações: um diálogo em construção.** Revista Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 22, p. 23-35, mai./ago. 2011.
- ALVES Flamarion Dutra. **A relação campo-cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos.** Geografia Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 16, n. 3, set./ dez. 2012.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANDRADE, Artur Leonardo; ALVES, Flamarion Dutra. **As representações socioespaciais da relação Campo-cidade, rural-urbano na geografia agrária brasileira: análise do período entre 1998 e 2012.** Campo-território: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 9, n.º 17, p. 166-193, abr. 2014.
- AYOADE, J.O. **Introdução à climatologia para os trópicos.** 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.
- BARBOSA, Messias Vieira. **Reforma agrária no Tocantins: uma análise da luta e conquista da terra a partir do assentamento Paulo Freire I e II, Rio dos Bois - Tocantins.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGG – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional -TO, 2016.
- BIAZZO, Pedro Paulo. **Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária.** 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, 2008. p. 132-150.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil -1988.** Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. p. 518.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A comunidade tradicional.** 2012. Disponível em: <nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/.../a%20comunidade%20trad160.pdf > Acesso em: 24 de Março de 2017.
- CHAYANOV, Aleksander Vesilievich. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horácio Martins de. **Chayanov e o campesinato** (org). 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.
- CRUZ, Valter do Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: SILVA, Onildo Araújo da; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; NETO, Agripino Souza Coelho. **Identidade, território e resistência.** 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 37-72.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DOURADO, Auceia Matos. **Entre tradições e traduções: identidade territorial nos assentamentos de reforma agrária**. 2012. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/sermne/artigo9.pdf>>. Acesso em: julho de 2016.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Revista NERA Presidente Prudente, v. 10, nº. 11 p. 8-32 jul./dez. 2007.

FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valéria de. **Os camponeses e práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão**. Geografia - Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. v. 15, n. 1, jan./jun. 2006.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Reforma Agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e evolução da questão de terra no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia Programa de Pós-graduação em Geografia, Campus de Presidente Prudente. São Paulo, 2011.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão agrária brasileira: uma análise dos problemas agrários através do mapa**. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo>>. Acesso em: julho de 2016.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HESPAÑHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo**. Mercator, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 103-112, set. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico (2010)**. Disponível: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=171620&idtema=90>>. Acesso em: 30 de março de 2016.

TOCANTINS. Governo do Estado. ITERTINS - Instituto de Terras do Estado do Tocantins. **Diagnóstico Fundiário do Município de Paranã no Estado do Tocantins: relatório técnico final**. Tomo I/V. vol. único. Palmas, 2010.

JODELET, Denise. **La representación social: fenómenos, concepto y teoría**. 2010. Disponível em: <<https://sociopsicologia.files.wordpress.com>>. Acesso em: 02 de Outubro de 2017.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: **As representações sociais**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Knowledge in context: representations, community and culture**. First published. London and New York: Taylor & Francis e-Library, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LIMA, Cícero Erivaldo de. **Agricultura camponesa, PRONAF, e iniciativas agroecológicas no município do Crato-CE**. (Dissertação de mestrado), Universidade Federal do Ceará, Centro de ciências, Departamento de Geografia, 2011. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7682/1/2011\\_dis\\_celima.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7682/1/2011_dis_celima.pdf)>. Acesso em: Julho de 2016.

LINDNER, Michele (et. Al). **Presença da ruralidade em municípios gaúchos: o exemplo de Silveira Martins, RS**. XIX encontro nacional de geografia agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-15.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial,1980.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Nera – v. 11, n. 12 – janeiro/junho de 2008.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, n.11, v. 2, fevereiro de 2000. p. 97-128.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; JÚNIOR, Antonio Thomaz. **A discussão agricultura camponesa x agricultura familiar e as perspectivas políticas para a reforma agrária**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo 20 a 26 de Março de 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIRANDA, Ricardo Ferreira; LIRA, Elizeu Ribeiro. **A apropriação do campesinato pelo capitalismo rentista no Tocantins: o caso do Município de Miracema**. In: SANTOS, Roberto de Souza (Org.). Território e diversidade territorial no Cerrado: projetos regionais, cidades e conflitos socioespaciais. Goiânia: Kelps, 2015. Cap. 12 p. 319-374.

MORAES, Antonio Carlos Robert de; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, Antônio Miranda de. **Campesinato e identidade cultural no Tocantins**. In: FREIRE, Juciley Silva Evangelista; OLIVEIRA, Antonio Mirando de (Orgs). Educação participação política e identidade cultural: uma contribuição multidisciplinar para a formação doscente no Tocantins. Palmas TO: EDUFT, 2016. p.181-224.

OLIVEIRA, **Arioaldo Umbelino de**. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Estudos Avançados v.15, n.43 São Paulo: Set./Dez. 2001a.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1 ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Pulo: Contexto, 2001b.

\_\_\_\_\_. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira**. GEOUSP (Online), São Paulo, v. 19, n. 2, p. 228 – 244, mai./ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102776>>. Acesso em: 01 de Abril de 2017.

PARANÃ- TO. SMS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Cadastro domiciliar**, 2016.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. Tradução Claudia Freire. 1. ed. São Pulo; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

RAMOS, Carlos Eduardo de Andrade Silva. **Ensino/aprendizagem da Folia do Divino Espírito Santo no Litoral Paranaense**. Dissertação (Mestrado em Música)- Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda; BELLINI, Marta. **Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Da largura ao cercamento: um balaço do programa de desenvolvimento do Cerrado**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROCHA, Gabriela Freitas. **A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: Uma análise interdisciplinar**. Revista CAAP n.02. Belo Horizonte, Dezembro de 2009. p. 233-253.

SÁ, Celson Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. 1. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 110p.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: formação espacial como teoria e como método**. 1982. Disponível em: <<http://ricardoantasjr.org/wp-content/uploads/2013/05>>. Acesso em: 15 de agosto de 2016

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5 ed. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Roberto de Souza. Políticas públicas e agronegócio na Amazônia Legal: conflitos e contradições sociais no espaço agrário. In: SANTOS, R.S. et al. **Território e diversidade territorial no Cerrado: projetos regionais, cidades e conflitos socioespaciais**. vol. II. Goiânia: Kelps, 2015. p. 31-44.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e agronegócio na Amazônia Legal/Cerrado: conflitos socioterritoriais. In: Olivera A. U. et al. **Território em conflito, terra e poder**. Goiânia: Kelps, 2014. Cap. 3, p. 171-226.

SÊGA, Rafael Augutus. **O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Sergio Moscovici**. Anos 90, Porto Alegre, v. 133, n.13, julho de 2000.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista Nera – ano 8, n. 7 – julho/dezembro de 2005.

SOUSA, Poliana Macedo de. **Festas do divino espírito santo: influência do modelo de Império de Alenquer (Portugal) na Festa de Natividade -Tocantins (Brasil)**. Revista Desafios –Universidade Federal do Tocantins. Palmas, v. 04, n. 01, p. 14-20, Abril/Junho de 2017.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de. **Eventos sociais e naturais na constituição do front agrícola no MATOPIBA**. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos (A construção do Brasil: Geografia, ação política e democracia). Anais eletrônicos. São Luís/MA: 24 a 30 de julho de 2016. Disponível em: [http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468267234\\_ARQUIVO\\_Tabalho\\_ENG\\_Glaycon\\_final.pdf](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468267234_ARQUIVO_Tabalho_ENG_Glaycon_final.pdf) . Acesso em 04 de Maio de 2017

TOCANTINS. Governo do Estado. SEPLAN - Secretaria do Planejamento e Orçamento. **Perfil socioeconômico dos municípios: Paranã, 2015**. Disponível em: <<http://seplan.to.gov.br/estatistica/perfil-socioeconomico/versao-2015/>>. Acesso em: julho de 2016.

\_\_\_\_\_. SMARH - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Relatório Final do Contrato 156/99** (Estudos Hidrogeológicos da Região Sudeste do Estado do Tocantins). 2010. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/269483/>>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a Barragem de Itá**. Dissertação de (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2003.



VIEIRA, Flávia Braga. **Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?** 2008.

**Disponível em:** < [www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/flaviabraga.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/flaviabraga.pdf)>

Acesso em: 31 de Março de 2017.

XAVIER, Glauber Lopes; SILVA, Mary Anne Vieira. **Processos de acumulação capitalista e conflitos territoriais no cerrado.** Cadernos Ceru v. 25, n. 2, 29 de maio de 2015.

WOORTMANN, Klaas. **“Com parente não se neguceia”:** o campesinato como ordem

moral. Anuário Antropológico /87. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

Disponível em: <<http://reformaagrariaemdados.org.br>>. Acesso em: 28 de Setembro de 2017.

## APÊNDICES

### Apêndice A - Roteiro para entrevista semiestruturada com camponeses da Comunidade Angical

Universidade Federal do Tocantins  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Pesquisador: Silvaldo Quirino Tavares  
Tipo de Entrevista: semiestruturada/depoimento pessoal  
Data da Pesquisa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Horários \_\_\_\_\_  
Duração da entrevista: \_\_\_\_\_

Nome da propriedade: \_\_\_\_\_  
Localização geográfica: \_\_\_\_\_  
Entrevistado (a): \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_  
Sexo: \_\_\_\_\_  
Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Quantidade de pessoas morando na casa: \_\_\_\_\_  
Escola onde os filhos e netos estudam: \_\_\_\_\_  
( ) campo ( ) cidade

1. Como o/a senhor (a) vê a Comunidade Angical? O que acha daqui?
2. Desde quando o/a senhor (a) mora aqui na Comunidade Angical? Onde morava?
3. Como e por que o/a senhor (a) e sua família chegaram neste lugar?
4. Sabe por que colocaram o nome “Angical” aqui?
5. Como era a vida na comunidade no início e com está atualmente?
6. O que as pessoas precisavam resolver ou comprar na cidade naquela época?
7. Atualmente, o que os moradores daqui mais precisam resolver na cidade?
8. Como era e como está a situação das chuvas na região?
9. O que os moradores daqui produziam no início e o que conseguem plantar e produzir hoje? Como é a criação de animais como gado, cavalo, galinha, porco?
10. Quais os recursos os governos municipais, estadual e federal têm fornecido para melhoria de vida das pessoas que moram aqui?
11. Como era e com está as festas tradicionais como as folias do divino que giram aqui?
12. O/A senhor (a) gosta de morar aqui nesta comunidade? Por quê?
13. O/A senhor (a) venderia sua propriedade para ir morar na cidade?
14. Já aconteceu de quererem expulsar as pessoas daqui destas terras? Como foi?
15. Porque o senhor (a) permanece morando aqui mesmo enfrentado dificuldades?

**Apêndice B - Roteiro de entrevista semiestruturada para o(a) Chefe de Unidade do  
Ruraltins de Paranã**

Universidade Federal do Tocantins

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Pesquisador: Silvaldo Quirino Tavares

Tipo de Entrevista: semiestruturada

Data da Pesquisa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Duração da entrevista: \_\_\_\_\_

Entrevistado (a): \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

1. Como o senhor (a) vê a situação da agricultura camponesa no município?
2. Quais as principais demandas dos agricultores camponeses referentes às dificuldades produtivas?
3. Há projetos agrícolas sendo implementados ou implantados no município voltado ao enfrentamento das secas prolongadas?
4. Que tipo de assistência técnica o Ruraltins fornece aos agricultores camponeses no município?
5. Que sugestão o/a senhor (a) daria para o enfrentamento da seca na zona rural?
6. O/A senhor(a) considera que a produção dos agricultores camponeses está melhorando ou piorando nos últimos anos?

**Apêndice C - Roteiro de entrevista semiestruturada para o/a Presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores Rurais**

Universidade Federal do Tocantins

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Pesquisador: Silvaldo Quirino Tavares

Tipo de Entrevista: semiestruturada

Data da Pesquisa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Duração da entrevista: \_\_\_\_\_

Entrevistado (a): \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

1. Quais as metas e projetos que o sindicato tem voltado aos interesses dos agricultores camponeses do município?
2. Quais os principais problemas que o Sindicato tem enfrentado no município?
3. Como tem sido a aproximação do Sindicato com os agricultores camponeses no município?
4. Como é vista, pelo sindicato, a questão da escassez hídrica em Paranã?
5. Como é vista as condições produtivas dos trabalhadores rurais em Paranã?

## Apêndice D - Formulário objetivo - camponeses da Comunidade Angical

Universidade Federal do Tocantins  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Pesquisador: Silvaldo Quirino Tavares  
Tipo de Entrevista: Preenchimento de formulário objetivo  
Data da Pesquisa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_\_

Nome da propriedade: \_\_\_\_\_  
Localização geográfica: \_\_\_\_\_  
Entrevistado (a): \_\_\_\_\_

1- Idade: \_\_\_\_\_

2 - Sexo: \_\_\_\_\_

3 - Escolaridade:

( ) Fundamental incompleto ( ) Fundamental completo ( ) Médio incompleto

( ) Médio completo ( ) Superior

4 - Renda mensal:

( ) Até um salário mínimo ( ) Até dois salário mínimos ( ) Acima de dois salários mínimos

5 - A família é beneficiário do Bolsa Família? \_\_\_\_\_

7 - Quantidade de pessoas morando na casa: \_\_\_\_\_

8 - Em qual escola os filhos e/ou netos estudam: \_\_\_\_\_

9 - Desde quanto o/a senhor (a) mora aqui na Comunidade Angical? \_\_\_\_\_

10 - Onde morava antes de vir morar aqui? \_\_\_\_\_

11- Qual o tipo de propriedade da terra

( ) Proprietário ( ) Arrendatário ( ) Posseiro ( ) Agregado ( ) Ocupação

12- Qual o tamanho de sua propriedade? \_\_\_\_\_Alqueires ou \_\_\_\_\_Hectares

13- Como o/a senhor (a) se identifica?

( ) Agricultor familiar ( ) Camponês ( ) Sertanejo ( ) Lavrador ( ) Outro

\_\_\_\_\_

14 - De que fonte é a água usada durante a seca?

( ) Poço artesiano comunitário ( ) Cisterna ( ) Cacimba ( ) Caminhão pipa

( ) Açude ( ) Outros \_\_\_\_\_

15 - Já faltou água para consumo humano? \_\_\_\_\_

16 - A cisterna do programa *Água para todos* foi instalada aqui? \_\_\_\_\_

17 - Quais técnicas são usadas para preparar a terra e plantar?

( ) Machado,foice, inchada ( ) motosserra ( ) trator ( ) arado

18 - O que consegue plantar e produzir na região hoje?

( ) arroz ( ) feijão ( ) mandioca ( ) fava ( ) batata doce ( ) milho ( ) outros

---

19 - Quais criações têm:

( ) gado ( ) porco ( ) galinha ( ) bode ( ) outros \_\_\_\_\_

20 - Quantas vezes ao mês é necessário ir na cidade? \_\_\_\_\_

21 - Quais produtos precisam ser comprados nos mercados na cidade? \_\_\_\_\_

---

22 – Qual o meio de transporte utilizado?

( ) Moto ou carro próprios ( ) Moto ou carro fretados ( ) Cavalos ( ) Bicicletas

23 – Há conflitos territoriais na Comunidade Angical? \_\_\_\_\_

24 – Já aconteceu de fazendeiro querer tomar as terras dos posseiros na Comunidade? \_\_\_\_\_ Quantas vezes? \_\_\_\_\_

## ANEXO

## Anexo I - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (pagina de aprovação).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 1.999.798

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O TCLE está coerente.

**Recomendações:**

Não existem recomendações.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O projeto tem coerência científica.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_824891.pdf	17/03/2017 11:36:05		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_TCLE_2_Modificado.docx	16/03/2017 22:15:25	SILVALDO QUIRINO TAVARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_TCLE_1_Modificado.docx	16/03/2017 22:14:19	SILVALDO QUIRINO TAVARES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_Modificado.docx	16/03/2017 22:13:46	SILVALDO QUIRINO TAVARES	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_AS_PENDENCIA S.pdf	16/03/2017 22:11:52	SILVALDO QUIRINO TAVARES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_ATIVIDADES_Modificado.pdf	16/03/2017 21:36:20	SILVALDO QUIRINO TAVARES	Aceito
Outros	CARTA_DE_APRESENTACAO_AO_CEP.pdf	17/11/2016 22:20:48	SILVALDO QUIRINO TAVARES	Aceito
Outros	DECLARACAO_DA_ORIENTADORA.pdf	17/11/2016 22:19:47	SILVALDO QUIRINO TAVARES	Aceito
Outros	DECLARACAO_SOBRE_A_FASE_DA_PESQUISA.pdf	17/11/2016 22:15:26	SILVALDO QUIRINO TAVARES	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_DA_PESQUISA.pdf	17/11/2016 22:13:56	SILVALDO QUIRINO TAVARES	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	17/11/2016 22:09:39	SILVALDO QUIRINO TAVARES	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado